

O verbo *ter* na língua portuguesa do Brasil

Um estudo panorâmico à luz da linguística cognitiva

Oddbjørn Jortveit



Masteroppgave i portugisisk språk ved det Humanistiske Fakultet -
Institutt for litteratur, områdestudier og europeiske språk

UNIVERSITETET I OSLO

OSLO
2010

ODDBJØRN JORTVEIT

**O VERBO *TER* NA LÍNGUA PORTUGUESA:
UM ESTUDO PANCRÔNICO À LUZ DA LINGUÍSTICA COGNITIVA**

**Masteroppgave i portugisisk språk
presentert ved det Humanistiske
Fakultet - Institutt for litteratur,
områdestudier og europeiske språk.**

**Forskningsområde: Språk
Studieretning: Portugisisk
Emnekode: POR 4190
Veileder: Birte Stengaard
Ekstern biveileder v/ Universidade
Federal de Goiás: Vânia Cristina
Casseb Galvão**

**OSLO
2010**

Jortveit, O. 2010, *O verbo TER na língua portuguesa do Brasil: Um estudo pancrônico à luz da linguística cognitiva*, dissertação de mestrado, Universidade de Oslo, Oslo.

Resumo:

Este trabalho objetiva descrever e analisar o desenvolvimento semântico do verbo *ter*, desde as origens da língua portuguesa até os usos polissêmicos e gramaticalizados na linguagem contemporânea do Brasil. Fundamentamos a pesquisa em teorias da linguística cognitiva, que explicam os processos de gramaticalização e desenvolvimento de polissemias como extensões metafóricas. Desse modo, os sentidos do verbo *ter* na linguagem cotidiana se identificam conceitualmente com os do português arcaico por terem se desenvolvido através da cognição humana, sendo produtos das relações entre as conceptualizações no nível mental. Baseamos-nos principalmente nos estudos de Lakoff e Johnson (1980), Lakoff (1987), Johnson (1987), Sweetser (1988; 1990), Taylor (1989; 2002), Heine et al. (1991), Heine (1993; 1997), Hopper e Traugott (1993; 2003) e Bybee et al. (1994). A essência desse corpo teórico reside do fato de que a linguagem não é mais do que uma representação simbólica, ou seja, uma codificação linguística da compreensão mental do mundo. Em visão disso, as expressões lingüísticas representam mais do que um sentido, de modo que adquirem novos valores semânticos a partir de um sentido prototípico e específico. Além desse processo de desenvolvimento de novos usos ser de base metafórica, observa-se também um fundamento metonímico a promover uma vinculação entre os sentidos diferentes de uma mesma forma. Ao detectarmos um núcleo semântico prototípico do verbo *ter*, em um dos primeiros estágios da língua portuguesa, objetivamos confirmar a hipótese de que os usos do verbo na oração existencial, como verbo auxiliar de modalidade e em tempos compostos sejam mapeamentos metafóricos, diacronicamente relacionados. Dessa maneira, a presente análise do verbo *ter* percorrerá dados lingüísticos de todas as épocas representativas da língua portuguesa, para que seu desenvolvimento seja estudado de modo pormenorizado e esclarecedor.

Palavras-chave: *Verbo ter, metáfora, metonímia, cognição, conceptualização, representações simbólicas.*

Jortveit, O. 2010, *The Verb TER in Brazilian Portuguese: A pancronic research in the light of cognitive linguistics*, Masters-degree thesis, University of Oslo, Oslo.

Abstract:

The present paper pretends to describe and analyze the semantic development of the Portuguese verb *ter*, considering its wide range of polysemic and grammatical uses in light of the history of the Portuguese language, from its origins until modern Portuguese in Brazil. The research is based on theories from the cognitive linguistics that explain the processes in gramaticalisation and development of polysemic categories as metaphorical extensions. As such, the meanings of the verb *ter* in modern Brazilian Portuguese are identified with its uses in the archaic language, by the fact that its evolution depends on human cognition and, in this manner, is a product of the interrelationship between different mental conceptualizations. As for the works that will be of importance to the present paper we have Lakoff and Johnson (1980), Lakoff (1987), Johnson (1987), Sweetser (1988; 1990), Taylor (1989; 2002), Heine et al. (1991), Heine (1993; 1997), Hopper and Traugott (1993; 2003) and Bybee et al. (1994). The essence of these theories lies within the fact that language is no more than a symbolic representation of the mental understanding of the world as it exists. In this manner, the words might represent more than one meaning, so that they develop semantically from a specific and prototypical meaning. Apart from the fact that this process produces metaphorical transfers, it is observed that also the metonymy is a central capacity as for being a connecting element between the different meanings. In discovering a semantic and prototypical centre from the verbs earlier meanings, we pretend to confirm the hypothesis that the existential and auxiliary uses, both in terms of a modal verb and in compound tenses, are metaphorical mappings, diachronically related. As such, the present analysis of the verb *ter* will search through evidence throughout the history of the Portuguese language, so that we will be able to study its development in a detailed and clarifying way.

Keywords: *Ter, metaphor, metonymy, cognition, conceptualization, symbolic representations.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço à **minha noiva Carolina** e à **minha família**, por terem me apoiado durante todo o período de estudo.

À **Prof.^a Dr.^a Vânia Cristina Casseb Galvão**, pelo grande esforço que fez por mim durante a orientação deste trabalho.

À **Universidade de São Paulo** e à **Universidade Federal de Goiás**, pelas oportunidades de estudar a língua portuguesa em universidades da primeira qualidade.

Ao **meu amigo André**, pela paciência e felicidade que mostrou, ensinando-me as primeiras palavras da língua portuguesa.

Aos **meus professores da Pontifícia Universidade Católica** do Rio de Janeiro, que me deram esforço para aprender bem a língua portuguesa.

A **todos da Universidade de Oslo** que me ajudaram durante o período em que cursei o mestrado.

A **Deus**, porque é através dele que temos forças para atingir nossos objetivos na vida.

Quadros:

Quadro 1: Categorias Metafóricas.....	28
Quadro 2: Macro- e Micro-estrutura (Heine et al., 1991, p. 103).....	31
Quadro 3: As noções possessivas.....	35
Quadro 4: A hierarquia possessiva.....	35
Quadro 5: Os esquemas de eventos.....	36
Quadro 6: A evolução semântica do verbo <i>ter</i>	40
Quadro 7: A abstratização dos verbos possessivos (Pountain, 1985).....	44
Quadro 8: O paradigma locativo (Freeze, 1992, p. 558).....	49
Quadro 9: Os canais de experiência na gramaticalização (Heine, 1993, p. 28).....	61
Quadro 10: Trajetória de desenvolvimento de verbo possessivo para futuro e modalidade.....	64
Quadro 11: A gramaticalização do futuro perifrástico pela via intencional.....	68
Quadro 12: Os estágios de gramaticalização (Heine, 1993, p. 113).....	80
Quadro 13: Especificação da <i>posse – ter + participio</i>	87
Quadro 14: Resumo do desenvolvimento lexical e gramatical do verbo <i>ter</i>	94
Quadro 15: O contínuo de desenvolvimento.....	95

Tabelas:

Tabela 1: De “mihi est” para “habeo” – substantivos concretos (Løfstedt, 1963, p. 78).....	37
Tabela 2: De “mihi est” para “habeo” – substantivos abstratos (Løfstedt, 1963, p. 78).....	38

Sumário:

Introdução	1-8
1. O objetivo do estudo	2
2. O fundamento teórico	3
3. O conteúdo dos capítulos	3
4. Questões metodológicas: “O modelo baseado em uso”	4
4.1 Possibilidades e limitações.....	4
4.2 A validade dos dados literários – escolhendo as fontes.....	5
4.3 A progressão do estudo.....	6
Capítulo 1: Aspectos gerais sobre a língua portuguesa	8-12
1.1 Sermo Urbanus e Sermo Vulgaris	8
1.2 A época medieval; o português arcaico	9
1.3 O português médio	9
1.4 A marca do português moderno	10
1.5 A língua portuguesa no Brasil	10
Capítulo 2: Abordagem teórica	13-33
2.1 A linguística cognitiva	14
2.2 O sistema conceptual	15
2.2.1 As funções interativa e simbólica da linguagem – um esclarecimento do termo <i>conceito</i>	15
2.2.2 As categorias conceptuais.....	16
2.2.3 Esquemas imagéticos.....	17
2.2.4 Modelos Cognitivos Idealizados.....	18
2.3 Polissemia lexical	20
2.3.1 Protótipos.....	20
2.3.2 Estruturas radiais.....	21
2.4 O fundamento metafórico da linguagem	23
2.4.1 A metáfora conceptual.....	23
2.4.2 A metonímia conceptual – um segundo instrumento de associação.....	24
2.4.3 A operação metonímica na polissemia.....	25
2.5 Gramaticalização	26
2.5.1 Gramaticalização por extensão metafórica.....	27
2.5.2 As metáforas categoriais.....	28
2.5.3 A metáfora emergente.....	29
2.5.4 Micro-estrutura e macro-estrutura.....	30
2.5.5 As fases de desenvolvimento.....	31
2.6 Considerações adicionais	32
Capítulo 3: A análise do sentido prototípico do verbo <i>ter</i>	34-47
3.1 A noção prototípica de posse	34
3.2 As fontes das construções possessivas	35
3.3 De “est mihi” para “ter”	37

3.4 O Esquema de Ação nas constuições de <i>ter</i>	38
3.5 Os verbos <i>ter</i> e <i>haver</i> na fase arcaica.....	39
3.6 “Segurando” conceitos mais abstratos.....	41
3.7 “De pessoa para objeto”.....	45
3.8 Considerações adicionais.....	46

Capítulo 4: Uma análise de polissemia lexical e gramaticalização.....48-94

Parte I – um fenômeno de polissemia lexical.....48-58

4.1 A oração existencial (uma extensão metafórica).....	48
4.1.1 As fontes existenciais e a base locativa.....	48
4.1.2 <i>Esse > ser > haver/ ter</i>	50
4.1.3 O elemento locativo como possuidor.....	51
4.1.3.1 A metáfora como guia para mudanças metonímicas.....	52
4.1.4 A oração existencial em <i>Os Lusíadas</i>	54
4.1.5 O aumento de uso do verbo <i>ter</i> entre os séculos XVIII e XX.....	55
4.1.6 Um desenvolvimento conceptual de <i>posse</i> para <i>existência</i> – “o espaço como contentor”.....	56
4.1.7 Considerações – português europeu e português do Brasil.....	57

Parte II – O verbo *ter* na gramaticalização.....58-94

4.2 Os verbos auxiliares.....	58
4.2.1 Os domínios nocionais do verbo auxiliar.....	59
4.2.2 Estruturas básicas para a gramaticalização do verbo <i>ter</i>	60
4.3 A expressão modal de obrigação.....	62
4.3.1 Duas vias para ação futura: o futuro intencional e o futuro de obrigação.....	62
4.3.2 De <i>posse</i> para futuro intencional.....	65
4.3.3 De verbo possessivo para auxiliar modal.....	66
4.3.3.1 Haver a > haver de.....	66
4.3.3.2 Em comparação com um fenômeno recente.....	67
4.3.3.3 Representando o duplo sentido.....	68
4.3.4 Um esclarecimento do conceito de “obrigação” para os verbos possessivos.....	69
4.3.4.1 <i>Obrigaçã</i> o por forças externas.....	69
4.3.5 O desenvolvimento gramatical.....	71
4.3.5.1 Forças externas: físicas para mentais.....	72
4.3.6 Os usos modais.....	74
4.4 O aspecto em tempos verbais compostos.....	75
4.4.1 Teorias centrais para a gramaticalização aspectual.....	76
4.4.2 Dados históricos.....	77
4.4.3 O estado atual dos verbos compostos.....	80
4.4.4 A gramaticalização do Pretérito Perfeito Composto.....	82
4.4.4.1 O enfraquecimento do sentido lexical.....	83
4.4.4.2 <i>Posse</i> de situações dinâmicas.....	84
4.4.5 A mudança de <i>espaço</i> para <i>tempo</i>	86
4.4.5.1 Especificação da posse.....	87
4.4.5.2 A metonímia no discurso.....	88
4.4.6 A representação metafórica.....	90
4.4.7 Considerações adicionais.....	92

Considerações finais.....	95-97
Anexo: Os dados e as fontes literárias.....	98-99
Referências.....	100-106

Introdução

“Without imagination, nothing in the world could be meaningful.
Without imagination, we could never make sense of our experience.
Without imagination, we could never reason toward knowledge of reality”
(Johnson, 1987, prefácio, ix)

Sendo nosso principal meio de comunicação, a língua é essencial para a existência humana. As expressões linguísticas são produto de linguagem e é através da diversidade do léxico que designamos as experiências e a realidade. Ao utilizarmos a linguagem, é necessidade básica procurarmos sempre as palavras mais adequadas em cada situação, para que nos expressemos da melhor maneira, em qualquer contexto sócio-discursivo. A linguagem representa, dessa maneira, uma função interativa e faz que os seres humanos possam interagir de modo compreensível. Essa noção da interação, favorece a questão de como a realidade se manifesta na linguagem. A filosofia ocidental e os sucessores dessa tradição baseiam-se na hipótese de que a linguagem está em relação direta com o mundo. Porém, acreditamos, a partir de uma grande base de evidências, que a linguagem é um produto da cognição. Portanto, realizaremos um estudo que se fundamenta na mente humana e parte da concepção de que a linguagem é uma designação da realidade que, pelas capacidades cognitivas, denomina simbolicamente a categorização das experiências e de nossa compreensão do mundo.

Por conseguinte, ao perguntarmos qual a fonte das expressões linguísticas e ao estudarmos o léxico conforme o conhecemos nos tempos cotidianos em relação a épocas anteriores, observa-se que a linguagem é um sistema complexo de símbolos, cujos valores semânticos não são iguais de tempos a tempos. Alguns significados são adquiridos, enquanto outros desaparecem e, do mesmo modo que uma língua modifica sua estrutura interna, desenvolve várias maneiras para expressar uma única e mesma ideia. Desse modo, são questões essenciais para a pesquisa linguística os assuntos que tratam da categorização de conceitos em expressões linguísticas e estruturas gramaticais, e do surgimento de novos sentidos para velhas formas.

As palavras introdutórias de Mark Johnson (1987) indicam uma concepção que se difere da tradição que, observando o mundo objetivamente, vem dominando a pesquisa linguística até muito recente. Elas dão indícios de que, em questões de linguagem, não há uma relação direta entre o objeto no mundo e a expressão linguística. Por outro lado, a conceptualização é uma

capacidade cognitiva, na medida em que a linguagem surge pelas relações mentalmente compreendidas, criadas e adquiridas. Essas ideias estão na base da pesquisa que pretendemos desenvolver e que não é somente linguística, mas sobre a mente humana. O pressuposto básico é que a cognição humana é a máquina principal no desenvolvimento de qualquer fenômeno linguístico.

1. O objetivo do estudo

Ao estudarmos um item lexical específico, observamos que em muitos casos ele não refere apenas um significado concretamente definido, mas uma diversidade de sentidos, ora aparentemente relacionados, ora distintos. É o que temos observado em relação aos usos do verbo *ter* em dados da língua portuguesa contemporânea do Brasil. Nos deparamos com um verbo, cujo sentido pleno parece se centralizar em contextos possessivos. Contudo, o verbo também aparece designando (a) existência, (b) modalidade de obrigação e (c) aspectos de perfectividade em frases como:

- a. “Tem muita gente aqui”.
- b. “Tenho que fazer o trabalho amanhã”.
- c. “Tenho acordado cedo todo dia”.

A hipótese que fundamenta o presente estudo é que novos sentidos são adquiridos ao longo do eixo diacrônico de desenvolvimento, onde surgem como extensões metafóricas ou metonímicas em relação a suas origens e concepção prototípica. Escolhemos os três usos acima por tratarem de sentidos particulares e convencionalizados na língua portuguesa do Brasil. A primeira demonstra extensão de sentido lexical, já a segunda e a terceira são construções em que os gramáticos definem o verbo *ter* como auxiliar. Apontamos que, embora o sentido pleno do item lexical não se reflita concretamente nas novas conceptualizações, esse sentido existe e opera como veículo para a extensão metafórica dos novos sentidos.

Nessa perspectiva, objetivamos descrever detalhadamente o desenvolvimento diacrônico das construções, para que sejamos capazes de compreender os sentidos contemporâneos do verbo. Observando-as pela ótica de que a metáfora e a metonímia não são ornamentações figurativas da linguagem, mas guias para sua compreensão e seu uso, esperamos, desse modo, analisar os

usos atuais do verbo *ter* de modo a esclarecer as relações cognitivas que se estabelecem no desenvolvimento dos sentidos que seus usos produzem.

2. O fundamento teórico

Sustentaremos o presente estudo na base de literatura apresentada, principalmente, pelo movimento cognitivista. A ideia de que a metáfora é fundamental para a compreensão da realidade, sendo uma capacidade mental e não somente linguística, torna-se evidente pelas pesquisas pioneiras de George Lakoff e Mark Johnson (1980) que afirmam que o pensamento, em si, é conduzido através de meios metafóricos. Suas ideias têm orientado um grande número de pesquisas linguísticas que, durante as últimas três décadas, têm elaborado teorias esclarecedoras sobre o desenvolvimento de linguagem. A linguística cognitiva oferece, desse modo, uma base teórica extensa que elucida bem o fundamento metafórico e metonímico dos processos de gramaticalização e de variação semântica em relação a polissemias lexicais, por exemplo, entre outros fenômenos de linguagem. Para o presente estudo, que objetiva explicar os mencionados fenômenos linguísticos em relação ao verbo *ter*, enfatizaremos as postulações teóricas que tratam de assuntos diretamente relacionados às categorias lexicais e gramaticais.

Como fundamento para o estudo da polissemia e das categorias lexicais, basear-nos-emos nas teorias de Lakoff (1987) e Taylor (1989; 2002), que tratam das expressões linguísticas como categorias simbólicas, acreditando que a linguagem é uma representação simbólica das conceptualizações mentais da realidade. Lakoff (1987) aponta, nessa relação, que os “símbolos linguísticos” representam estruturas radiais, formadas a partir de um núcleo semântico prototípico ao qual outros sentidos se relacionam, ou, por meios metafóricos, começam a se relacionar. Em vista disso, trataremos também da teoria de protótipos desenvolvida por Eleanor Rosch (1973; 1975; 1978), fundamental para a compreensão do desenvolvimento polissêmico das categorias lexicais.

Outras obras relevantes são Sweetser (1988; 1990), Heine et al. (1991), Heine (1993; 1997) Hopper e Traugott (1993; 2003) e Bybee et al. (1994).

3. O conteúdo dos capítulos

A base do presente estudo reside em grande parte no desenvolvimento diacrônico do verbo *ter*. Nessa perspectiva, apresentaremos alguns aspectos históricos gerais da língua portuguesa no primeiro capítulo.

A abordagem teórica será esclarecida no capítulo 2. Elucidaremos as ideias centrais da linguística cognitiva e seu fundamento para um estudo pormenorizado sobre o desenvolvimento das categorias lexicais e gramaticais.

Para compreendermos o desenvolvimento semântico do verbo *ter*, iniciaremos a análise no capítulo 3 com um estudo dos primeiros dados do verbo até o estabelecimento do sentido prototípico, cujo uso até hoje é considerado a forma plena. O conhecimento dos aspectos prototípicos é básico para compreendermos o desenvolvimento das categorias lexicais polissêmicas, na medida em que é fundamental obtermos conhecimento das raízes semânticas para que sejamos capazes de analisar os processos que se envolvem no desenvolvimento de outros usos. A pesquisa pormenorizada de Bernd Heine (1997) sobre os verbos possessivos nas línguas mundiais nos orientará nessa parte do estudo sobre o verbo *ter*.

No capítulo 4 trataremos das mudanças semânticas que, a partir do sentido prototípico, ocorrem com o verbo *ter*. Estudaremos os fenômenos conforme apresentados acima, em contexto da oração existencial, o valor modal de obrigação e o valor aspectual de perfectividade em tempos compostos. Para compreendermos melhor o sentido da categoria *auxiliar* nas questões que tratam dos dois últimos fenômenos, elucidaremos também algumas dúvidas em relação à definição desse termo e sobre as estruturas básicas que fazem com que os verbos possessivos sejam gramaticalizados para designarem as noções de *tempo*, *aspecto* e *modalidade*.

4. Questões metodológicas: “O modelo baseado no uso”

Uma das ideias centrais para a linguística cognitiva é a de que a linguagem forma uma parte integral do nosso conhecimento mental. Uma tese de haver um modelo de linguagem baseado no uso vem de Michael Tomasello (2003, p. 5), para quem “a estrutura da língua emerge do seu uso”, de modo que o conhecimento da linguagem, na verdade, diz respeito ao conhecimento do uso da língua. Como base para a utilização de uma língua, Croft (2000) sublinha, desse modo, a necessidade de haver um *código* comum para os usuários, ou seja, é preciso que os falantes e ouvintes sigam certas convenções. As mudanças linguísticas que se seguem, ocorrem quando as convenções são quebradas por uma inovação que levará a uma nova convencionalização. Nessa relação, afirmamos a importância de não vermos as mudanças linguísticas como mudanças sistemáticas internas de regras, mas como uma função

da pressão social e da interação. Como definido por Evans e Green (2006, p. 110), um evento de uso, ou uma pronúncia, representa a expressão de uma ideia coerente, colocando em uso as convenções da linguagem, ou seja, as normas linguísticas de uma comunidade linguística particular. Dessa forma, objetivamos obter conhecimento sobre a linguagem corrente de época para época da língua portuguesa, para que as pertinentes convenções de linguagem em uso nos forneçam informação sobre as relações entre a conceptualização e o item linguístico *ter* ao longo da história.

4.1 Possibilidades e limitações

De acordo com nosso objetivo, a melhor opção seria desenvolvermos a pesquisa de dados linguísticos orais. Entretanto, sabemos que tal análise não será viável pelo fato de não possuímos dados de fala da história integral da língua portuguesa, e, por isso, optamos por analisar dados encontrados na literatura portuguesa em geral, uma vez que a literatura constitui uma modalidade da língua em uso. Observamos, por exemplo, as cantigas trovadorescas que, mesmo sendo poesias, são transcrições de uso oral. Uma grande parte da literatura que servirá de *corpus* para a análise consistirá também de cartas, crônicas e documentos oficiais.

Admitimos que as obras de escrita, pelo fato de mostrarem uma variedade mais conservadora da língua, nem sempre refletem de modo perfeito a língua em uso. Todavia, são indicações do que acontece no sistema linguístico, na medida em que nos ajudarão nas observações diacrônicas sobre o desenvolvimento do item em investigação.

Ao lado das obras literárias, várias pesquisas e transcrições de língua falada têm sido realizadas sobre o uso cotidiano da língua portuguesa no Brasil, de modo que essas nos permitem fazer uma descrição precisa de como o verbo *ter* se utiliza atualmente. Portanto, com o objetivo de analisar o desenvolvimento e as mudanças semânticas do verbo *ter*, embora por parte baseado em dados da língua escrita, esperamos dar uma boa indicação do que tenha acontecido em relação ao verbo, desde suas origens até a linguagem atual popular do Brasil.

4.2 A autenticidade dos dados literários – escolhendo as fontes

Realizar um estudo linguístico diacrônico apoia-se na necessidade de ter uma visão geral da progressão do fenômeno em análise e os códices são de fonte inestimável, não só para o

diacronista, mas o linguista também deve estar atento às variações que nos podem dizer muito sobre o desenvolvimento linguístico. Desse modo, a filologia apresenta-se como pesquisa fundamental para que a análise linguística possa ser realizada. Tendo como seu objetivo reconstruir o texto na sua forma original, não pela semântica, nem por questão de ética, o filólogo apresenta a fonte básica para um estudo que tende demasiadas vezes a confiar em que a palavra escrita é sempre a palavra do seu autor. Por isso, ao escolhermos as fontes literárias para nosso estudo, admitimos que é de grande importância nos basearmos nas obras que, conforme diz Megale (1988, p. 18), “não tivessem por finalidade apresentar um texto *correto*”. Segundo o filólogo, o objetivo da filologia rigorosa é oferecer uma lição autêntica do testemunho com os “erros” que possam haver. Desse modo, concordamos com os filólogos portugueses em que “a reprodução fiel de um texto não admite modernização, mas correção de erros tipográficos e desdobramento de abreviaturas, de forma que as edições semi-diplomática¹ e crítica² podem servir ao trabalho do linguista” (Oliveira, 2005, p 5). Portanto, sendo da nossa preocupação principal fundamentarmos o presente estudo em fontes autênticas, manteremos as ideias de Megale (1988), na medida em que encontraremos os dados linguísticos exclusivamente pelas reproduções fiéis aos documentos originais em edições diplomática,³ semi-diplomática e crítica.

4.3 A progressão do estudo

O fundamento do presente estudo descreve-se pelo termo *pancrônico*. Apontamos que a análise no capítulo 4 será baseada no desenvolvimento diacrônico do verbo *ter*. Entretanto, tal progressão será realizada com o objetivo de descrever detalhadamente seu desenvolvimento para compreendermos as mudanças graduais que geraram as novas designações do verbo conforme o estado sincrônico atual. Observaremos usos do verbo *tenere* no latim e do verbo *ter* durante o período arcaico da língua portuguesa até os tempos modernos. Todavia, sendo que nosso objetivo primário é chegarmos a conclusões sobre os sentidos que se designam pelo verbo no Brasil, marca-se uma divisa histórica no século XVI, pela manifestação da língua portuguesa no território brasileiro. Desse modo, vincularemos a pesquisa, a partir desse século, na direção do desenvolvimento do verbo *ter* no Brasil. Para esclarecermos melhor as

¹ A reprodução semi-diplomática desdobra as abreviações, redivide as palavras e propõe uma pontuação, avançando na interpretação do texto.

² A edição crítica busca estabelecer o texto como foi escrito pela primeira vez. Para isso, confronta manuscritos, anota variantes, corrige os erros tipográficos e interpreta os passos obscuros.

³ A reprodução diplomática transcreve o códice de forma rigorosa, mantendo os hábitos de escrita, os erros, a ausência ou presença de acentos e pontos, a regularidade ou irregularidade deste ou daquele grafo, as correções, as rasuras, etc..

movimentações diacrônicas, iniciaremos este estudo com uma breve apresentação das marcas históricas da língua portuguesa.

Capítulo 1: Aspectos gerais sobre a língua portuguesa

1.1 Sermo urbanus e sermo vulgaris

Pelo fato da língua portuguesa derivar do latim, o ponto de partida para nossa pesquisa encontra-se no Lácio, na Itália Antiga, ou, mais especificamente, de acordo com Mattoso Camara (1976, p. 8), na cidade de Roma. O latim como língua viva estava sujeito a constantes modificações e com a expansão do vasto império romano, o latim falado e o latim escrito tornavam-se a cada vez mais distintos. Não eram duas línguas, mas dois aspectos da mesma língua, que receberam dos romanos as denominações respectivamente de *sermo urbanus* e *sermo vulgaris* (Coutinho, 1974, p. 29). Atualmente são reconhecidas como latim clássico, por ser uma língua escrita, e latim vulgar, que corresponde à língua falada. A variação que chegou até a costa ocidental da Península Ibérica foi o latim vulgar, cuja existência se documenta pela literatura, porém, na forma reconstruída de fragmentos heterogêneos e em grande parte na base de hipóteses (Williams, 1975, p. 15).

Devido a vários fatores como, por exemplo, desenvolvimento de unidades políticas separadas, variação cultural, invasões de outros povos, etc., o *sermo vulgaris* transformou-se nas diversas línguas românicas (Williams, 1975, p. 25). Entretanto, manteve-se, na costa ocidental da Península Ibérica, uma língua mais livre das influências externas, que se desenvolveu em língua portuguesa. Coutinho (1976, p. 46) afirma, desse modo, que “o português é o próprio latim modificado”.

Sampaio (1978, p. 3) diz que o verbo latino *tenere* se desenvolve em *ter* na língua portuguesa, e tinha empregos paralelos com o verbo *habere*. De acordo com o autor, eram verbos que se usavam para indicar a posse de coisas materiais e para relacionar o sujeito a seu complemento. Dessa maneira, embora o principal fenômeno de análise no presente estudo seja o verbo *ter*, apontamos que seu desenvolvimento terá de ser considerado à luz e em comparação com o verbo *habere* do latim (desenvolvido em *haver* no português). A diversidade de construções com esse verbo forma os primeiros dados de verbos possessivos em construções modais e em tempos compostos, de modo que uma parte do estudo panorâmico dessas formas reside no desenvolvimento durante a época anterior à língua portuguesa. Voltaremos em mais detalhe a esse assunto na seção que tratará do

estabelecimento do sentido prototípico do verbo *ter* no capítulo 3 e nas análises das mencionadas formas verbais no capítulo 4.

1.2 A época medieval; o português arcaico

Como indicador básico para definirem o início do período arcaico, os historiadores da língua portuguesa baseiam-se no surgimento dos primeiros documentos escritos em português (Mattos e Silva, 2004, p. 260). Esta autora afirma que o início do período arcaico se estabeleceu com o primeiro documento oficial-régio em 1214 - *O testamento de Afonso II*. Porém, é só a partir de 1255, na Chancelaria Real de Afonso III, que se começam a multiplicar documentos em português.

Do período arcaico possuímos várias fontes escritas dos tipos *não-literário* (documentos escritos para servir finalidades práticas relacionadas com a administração, o direito público ou privado e a atividade económica) e *literário* (poesia, novelística, nobiliários, obras de espiritualidade e historiografia), (Castro, 2008, p.79). Os textos do português arcaico serão uma base central para nosso estudo por manifestarem mudanças explícitas em relação ao estabelecimento do verbo *ter* em contextos onde, anteriormente, se usava *haver* e pela documentação da aquisição do uso mais gramatical nos tempos compostos e na modalidade de obrigação.

Lembraremos, entretanto, que, embora as obras da época sirvam como dados para nossa pesquisa, a documentação escrita em português arcaico não permite ser avaliada além da aproximação hipotética, sabendo que são informações indiretas (Mattos e Silva, 1991, p.28-29). Os textos não refletem com certidão a língua que se falava, já que não é fácil estabelecer a relação entre o plano das grafias e o plano da oralidade (Castro, 2008, p. 79).

1.3 O português médio

Antes que a língua portuguesa passasse para o período moderno, houve uma época à qual Castro (2008) refere como “português médio”. De acordo com Evanildo Bechara (1991, p. 69-70), a fase *arcaica média*, se caracteriza pelo aspecto de transição e uma acentuada tendência de mudança onde os acontecimentos interiores da língua se refletem pelos fatos exteriores, digamos, os fatos históricos. Nessa perspectiva, observamos a marca da época em que a língua portuguesa entra pela busca de recuperação do território do Sul de Portugal, um acontecimento que provocou contato entre os falares do Sul e do Norte. O deslocamento para

a região de Lisboa e Coimbra foi importante, na medida em que, a partir da região antes moçárabe, o português moderno com o tempo se manifestaria. Conforme Castro (2008), a língua passa durante essa época por um processo de elaboração que a separa das origens. Entretanto, as mudanças e a renovação atingiram principalmente a fonologia, enquanto a língua escrita foi pouco ou nada marcada.

1.4 A marca do português moderno

Ao passarmos para o português moderno, encontramos, no século XVI, segundo Coutinho (1974, p. 65), a marca divisória entre as duas fases mais importantes da língua portuguesa; a arcaica e a moderna. É a partir desse ponto histórico que a língua começa a apresentar traços que a distinguem da língua que se usava nos séculos anteriores. De acordo com Williams (1975, p. 27), a maioria das características distintivas do português arcaico havia desaparecido pelo fim do século, de modo que a essência da língua já era a mesma da língua atual. A inauguração do português “clássico” (moderno) manifesta-se, segundo Castro (2008, p. 185), em 1536 por acontecimentos que coincidiram, alterando a vários níveis as estruturas culturais portuguesas. Entre os quais, citam-se a representação do último auto de Gil Vicente; a morte de Garcia de Resende; a transferência da Universidade de Lisboa para Coimbra e, por um evento editorial; a impressão da *Gramática da lingoagem portuguesa* de Fernão de Oliveira.

Como marca entre as fases arcaica e moderna da língua portuguesa apresenta-se, em 1572, mais uma obra importante, nomeadamente, *Os Lusíadas* de Luíz de Camões. Entretanto, não é só por essa razão que a obra é um ponto importante da história da língua. Ela manifesta também um ponto histórico de mudança geográfica ao território brasileiro, de modo que poderemos observar diversos traços iniciais, particularmente, em relação ao verbo *ter* na oração existencial, que documentam distinções entre o português brasileiro e o português europeu.

1.5 A língua portuguesa no Brasil

Por fatos históricos, bem como linguísticos, a língua portuguesa entra, durante o século XVI, em uma terceira fase de desenvolvimento, na medida em que a colonização do Brasil e a instauração do português nesse território marcam um estágio duplo. A história linguística da língua portuguesa, que até então é a mesma para Portugal e Brasil, começa a partir desse século a se desenvolver em duas direções.

De acordo com a análise neste estudo, objetivamos obter conhecimento, principalmente, sobre os acontecimentos linguísticos que se expressam pela fase da língua portuguesa no território brasileiro. Contudo, observamos certas dificuldades na distinção histórica entre as variações portuguesa e brasileira. Embora a análise dos dados no presente estudo focalize, a partir do século XVI, nos dados do Brasil, não se permite definir que o desenvolvimento é categoricamente próprio para esse país. A influência de Portugal continua a ser forte, de modo que os portugueses prosseguem influenciando a linguagem também do Brasil. Desse modo, não há fronteiras claras, facilmente delimitáveis, que separam os dois países em termos linguísticos, fazendo com que o ponto histórico que divide em duas histórias independentes de língua portuguesa ainda seja um ponto de interrogação para os linguistas.

A instauração da língua portuguesa no Brasil reflete várias razões para a existência de uma maneira de fala diferente da de Portugal. Tal fato manifesta-se, primeiramente, pelo encontro com várias outras línguas durante a colonização do território. Nos referimos às línguas indígenas brasileiras, bem como ao crioulo e às línguas africanas. Silva Neto (1986 [1950], p. 10) observa, em complemento, que a juntada de dialetos em um mesmo centro ultramarino deve ter propiciado um compromisso linguístico, na medida em que, não só as línguas indígenas e o crioulo sofriam modificações, mas também a língua padrão portuguesa. Da época do bilinguismo português-tupi e do português crioulo dos escravos negros, mantém-se, por exemplo, um apreciável acervo de termos tupi e africanos (Mattoso Camara, 1976, p. 30). Em vista disso, compreende-se que, já desde o início, havia condições e fundamento para o desenvolvimento de uma subnorma da língua em relação ao português europeu.

Desenvolvendo-se em dois territórios distantes, mesmo com a concomitante vinda da língua padrão de Lisboa pela máquina administrativa da nobreza cortesã portuguesa, existem diferenças marcantes do português europeu na língua contemporânea do Brasil que se manifestam na fonologia, no léxico e na sintaxe, tanto da fala quanto da escrita. Também, têm havido momentos de tentativas de uma disciplinação rígida em moldes restritamente europeus da língua escrita. Porém, pelo fato da língua oral sempre se desenvolver conforme as circunstâncias, e por fatores sócio-culturais, acaba não havendo identidade, conforme ocorreu com a língua portuguesa no Brasil, entre a língua escrita e a língua oral (Mattoso Câmara, 1976, p. 30). Dessa maneira, existem convenções na escrita que não correspondem com a verdadeira fonologia brasileira, de modo que certas formas e construções sintáticas são pouco usadas, ou obsoletas e até abandonadas na língua oral. Do mesmo modo há, simultaneamente,

construções linguísticas que não são bem aceitas na linguagem formal escrita, embora se usem frequentemente na fala.

A necessidade de construir uma norma linguística própria brasileira tem sido presente, e, a respeito, o filólogo e dicionarista Macedo Soares (1888) formulou o citado; “já é o tempo de escrevermos como se fala no Brasil e não como se escreve em Portugal”. Embora inspirasse vários escritores, entre outros, o romancista José de Alencar, tal atitude não se manifesta de modo muito lúcido e firme (Mattoso Camara, 1975, p. 74). Por outro lado, houve muitos defensores da doutrina conservadora que tentavam manter a norma metropolitana. Segundo Mattoso Camara (1975, p. 73) foi essa, em regra, a atitude dos gramáticos e filólogos oficiais e a mesma atitude estava presente ainda no século XX. Por exemplo, Cunha e Cintra (1985) observam as novas tendências da linguagem coloquial no Brasil com certa negatividade. Os gramáticos dizem, entre outros casos, que há “um sistemático combate” entre os professores da língua portuguesa para retirar a forma muito utilizada, mas errada, “para mim fazer” (Cunha e Cintra, 1985, p. 290). Porém, a insinuação de elementos sócio-culturais, também na língua escrita, é um fenômeno inevitável, um fato que os mesmos gramáticos admitem. Desde que uma forma se manifeste na escrita, conforme ocorre no poema de Oswald de Andrade em relação à colocação pronominal proclítica, típica para a linguagem falada do Brasil; “Me dê um cigarro”, não haverá fundamento para negar sua validade. Entretanto, o controle rígido tem afetado a língua falada e a mantido, na maioria dos casos, de uma forma marcante, aproximada à norma culta escrita.

A base histórica apresentada neste capítulo será, em sua totalidade, o fundamento para o estudo panorâmico do verbo *ter*. Iremos estudar seu desenvolvimento através de um período que se estende por mais de dois milênios; das origens do latim até a linguagem coloquial atual do Brasil, durante o qual o verbo tem passado por diversas mudanças semânticas. Conforme observamos na seção 1.1, por existirem empregos paralelos com o verbo *haver*, apontamos que, também, há muitos casos em que não se evita uma análise desse verbo por estar em desenvolvimento próximo a *ter*. Para isso, apresentaremos a seguir as bases teóricas da análise pretendida, conseguidas a partir de uma discussão que confronta perspectivas taxionômicas de perspectivas conceptuais das categorias linguísticas.

Capítulo 2: Abordagem teórica

Na década de 1980, surge, de acordo com Johnson (1987, xi), uma crise dentro da pesquisa científica à qual ele, em termos de linguística, refere como a “visão objetivista”, derivada da tradição filosófica desde os tempos de Aristóteles. Pelas falhas da descrição racional do mundo, independente da compreensão humana e das crenças particulares dos indivíduos, manifestou-se na pesquisa linguística, a necessidade de sair do rumo no qual muitas disciplinas científicas haviam entrado já pelas raízes da filosofia ocidental. Novos estudos entram em vigor ao considerarem a posição dêitica do ser humano no mundo, na medida em que se implanta, particularmente, no ramo da ciência cognitiva, a ideia de que a linguagem é uma reflexão de padrões do pensamento. Com este fundamento científico, várias críticas têm sido postas sobre a visão objetivista e tradicional no que diz respeito à razão e às teorias de significado. Observamos Lakoff e Johnson (1980; 1999), Lakoff (1987), Johnson (1987), Taylor (1989; 2002) e Sweetser (1988; 1990).

De modo geral, tratam-se de questões sobre a capacidade humana de estruturar e definir o mundo em categorias. Estudos que seguem a via tradicional, definindo membros de não-membros por condições necessárias e suficientes das categorias, têm sido rejeitados por teorias linguísticas inovadoras.⁴ As novas evidências estão, de acordo com Lakoff (1987), em conflito com as definições categóricas do mundo. Em vista disso, na década de 1970, começa a ser aceita uma teoria baseada no esquema de efeitos prototípicos (Rosh, 1973; 1975) que é capaz de, não apenas distinguir entre bons e maus membros de uma categoria, mas também focalizar nas relações entre as categorias.

Uma segunda perspectiva que vem sendo criticada é a visão tradicional da metáfora como simples linguagem figurativa, ou seja, como ornamento linguístico. Pela capacidade humana cognitiva de criar relação entre categorias, as novas pesquisas contradizem a consideração “periférica” da metáfora. Desse modo, Lakoff e Johnson (1980, ix) apontam que a metáfora é a chave para sermos capazes de dar uma explicação adequada sobre a compreensão humana. Os autores constam que há evidências de a metáfora não somente ser um elemento linguístico, mas que ela é operadora central em nosso pensamento e nas ações, de modo que pensamos e

⁴ Observamos, por exemplo, a elaboração sintática de parâmetros de Chomsky (1967) e pesquisas generativistas conforme as teorias de Katz e Postal (1964) e Bierwisch (1967).

agimos conforme a natureza metafórica do nosso sistema conceptual ordinário (Lakoff e Johnson, 1980, p. 3).

As afirmações demonstram que o comportamento humano são consequências de produtos da mente e das capacidades a ela pertinentes (Taylor, 2002, p. 5). De acordo com essas crenças nasce o ramo de teorias linguísticas, cuja base reside na cognição humana. Conforme Taylor (2002, p. 9) acredita-se que tal aproximação faz que o linguista seja capaz de exceder a linguística puramente descritiva e formalizada, na medida em que chega a explicações a respeito da razão de modo mais esclarecedor.

2.1 A linguística cognitiva

De fato, ao falarmos de uma linguística cognitiva, concorda-se que, na mente humana, não há apenas um módulo distinto, somente da linguagem. A linguística cognitiva compromete-se à visão de que todos os princípios de estrutura linguística devem refletir o que sabemos da cognição humana das outras disciplinas; filosofia, psicologia, inteligência artificial e neurociência (Evans e Green, 2006, p. 40). Dessa forma, não se focaliza somente em princípios cognitivos específicos para a linguagem, mas em que a estrutura linguística e sua organização fazem parte dos outros elementos da cognição. Portanto, e talvez mais importante, Taylor (2002) relata que qualquer análise linguística precisa ser embutida no que sabemos sobre as capacidades cognitivas gerais do ser humano.

Os linguistas cognitivistas argumentam que a estrutura linguística é um reflexo direto da cognição, de modo que o estudo da linguagem reflete padrões de pensamento (Evans e Green, 2006, p. 3). Nesse sentido, uma expressão linguística associa-se com a maneira particular de *conceptualizar* uma dada situação (Lee, 2001, p. 1) e, portanto, estudar a linguagem é estudar padrões de conceptualização (Evans e Green, 2006, p. 3). Embora o cognitivista estude a linguagem também pela sua própria causa, de acordo com diversas outras escolas linguísticas nas tentativas de descrever sua sistematizidade, sua estrutura e suas funções, mantém-se a ideia de que a linguagem é produto de capacidades mentais. Oferece-se, assim, uma entrada para a função cognitiva em geral, providenciando esclarecimentos para a natureza, a estrutura e a organização dos pensamentos e das ideias.

Os temas de especial interesse para o linguista cognitivista dizem respeito às características estruturais da categorização linguística como *metáfora*, *prototipicidade*, *polissemia*, *modelos*

cognitivos e representações mentais (Lakoff, 1987; Langacker, 1987; Taylor, 1989; 2002); a interface entre sintaxe e semântica e; a base pragmática da linguagem ligada à experiência (Sweetser, 1990; Traugott e König, 1991; Hopper e Traugott, 1993; 2003). Neste capítulo esclareceremos alguns aspectos teóricos interessantes para o estudo que aqui se começa esboçar.

2.2 O sistema conceptual

Conforme a teoria cognitivista, os significados de uma palavra são armazenados no lexico mental como estruturas complexas de *sentidos*. Palavras, ou itens lexicais, são, desse modo, melhor definidos como *categorias conceptuais* (Evans e Green, 2006, p. 328). De acordo com Lakoff (1987) as palavras servem, então, como modelos simbólicos para os conceitos, cuja estruturação e categorização se encontram no nível mental. Neste bloco elucidaremos alguns postulados teóricos que tentam explicar as funções cognitivas na categorização e as capacidades para a compreensão da realidade. Conforme nosso objetivo de estudo, explicaremos também as ideias esclarecedoras sobre o fenômeno de polissemia dos itens lexicais e os protótipos que definem o núcleo de uma categoria conceptual.

2.2.1 As funções interativa e simbólica da linguagem – um esclarecimento do termo *conceito*

Evans e Green (2006, p. 6-7) observam duas funções básicas para a linguagem, nomeadamente; a interativa e a simbólica. A primeira explica-se pelo fato de que utilizamos a linguagem para comunicarmos. Entretanto, há necessidade de esclarecermos mais detalhadamente a função simbólica da linguagem.

De acordo com Taylor (2002, p. 21), a linguagem é simbólica por natureza, pois as expressões simbolizam e representam *conceptualizações*. A linguagem codifica e externaliza os pensamentos (Evans e Green, 2006, p. 6). Taylor (2002) afirma que a tese simbólica tem suas raízes na concepção saussureana do *signo linguístico*, que traz uma ideia semelhante àquela do *conceito* da linguística cognitiva. Para Saussure (1916) o sujeito primário do estudo da linguagem teria que ser o signo linguístico, cujo sistema caracterizava uma língua. O signo representa, segundo sua teoria, a associação entre o significado (o conceito) e o significante (a imagem acústica). Entretanto, o linguísta sublinha que não é para ser compreendido como a associação entre uma coisa e um som, desde que ambos o conceito e a imagem acústica são representações mentais do falante. Para Taylor (2002), o símbolo linguístico não se limita à

linguagem falada, mas pode representar conceitos mentais em qualquer forma, seja por escrito, seja falado, ou até sinalizado.

Ao observarmos a teoria do *conceito* na linguística cognitiva, é bom que façamos algumas distinções entre uma imagem e uma ideia. A concepção de algo da nossa experiência, seja um objeto concreto, uma abstração, um cheiro, um sabor, etc. não é representada através de uma imagem mental, já que esta é demais específica e generalizadora (Taylor, 2002, p. 42). Antes vem a “ideia” que surge de um elemento de percepção. Portanto, Segundo Evans e Green (2006), ao falarmos de um “significado”, é importante não fazermos referências a um item particular no mundo, mas à “ideia” desse item e de sua ligação com o símbolo linguístico. A associação entre os dois elementos é, por sua vez, ligada a uma *representação mental* particular que se nomeia pelo termo *conceito*. Langacker (1987) explica a *representação mental* pela associação entre a percepção e uma forma linguística, no qual o conceito aparece em uma *representação simbólica*. Os dois elementos distinguem-se, por conseguinte, pelas *formas* serem pedaços de linguagem que têm significado linguístico, quer de modo escrito, falado ou sinalizado. O mundo, por outro lado, é sujeito à percepção. O conceito é a ligação entre os dois e, assim, formado por uma ideia, ou seja, uma representação no pensamento.

2.2.2 As categorias conceptuais

Segundo Evans e Green (2006, p. 6) as representações simbólicas são unidades convencionalizadas, digamos, unidades estabelecidas em uma comunidade linguística, que se combinam de vários modos para que a função comunicativa da linguagem seja realizada. Os autores alegam que a linguagem seja sistematicamente estruturada pelo fato de existirem relações entre as palavras, seus significados e como esses são organizados em padrões convencionais e manifestados. Desse modo, a linguística cognitiva afirma que a estruturação sistemática da linguagem é uma reflexão de nossa compreensão do mundo em termos de *categorias*, ou como afirma Lakoff (1987, p. 9); uma reflexão categorizada de tudo que possamos imaginar.

As ideias relacionadas e nossas experiências organizam-se, dessa forma, no sistema dos *domínios conceptuais*, ou seja, em grupos de conhecimento. Algumas teorias similares têm sido elaboradas para designarem esses grupos. Mencionamos Fillmore (1982; 1985) que propõe uma teoria de esquematização da experiência em termos de “semântica de *frames*”. Os “frames” representam estruturas complexas de conhecimento e constituem o cenário ao qual

elementos e entidades são relacionados. De modo semelhante, a teoria de *domínios* de Langacker (1987) baseia-se na ideia de que os conceitos lexicais não são compreensíveis independentemente de estruturas de conhecimento maiores. Os *domínios*, conforme o autor (p. 147), são entidades cognitivas na forma de experiências mentais, espaços de representação, conceitos, ou conceitos complexos. O núcleo das teorias, conforme demonstram Evans e Green (2006, p. 230), se baseia no fato de que, sem compreendermos, por exemplo, o “sistema de temperatura”, seja entendido como um *domínio*, seja como um “frame”, não seremos capazes de utilizar expressões como *quente*, *frio* e *morno* que designam conceitos dentro desse domínio. Entretanto, observamos que a ênfase das teorias é diferente. Enquanto Fillmore vê os “frames” pelo comportamento gramatical, e como grupos de palavras relacionadas (Evans e Green, 2006, p. 222), na medida que o sentido de uma dada palavra não pode ser compreendido independente do “frame” ao qual se associa, Langacker (1987) põe ênfase na *ontologia conceptual*. Focaliza-se, dessa maneira, na estruturação e organização mental do conhecimento e, portanto, nas relações entre os conceitos e como esses são compreendidos em termos de outros conceitos.

2.2.3 Esquemas imagéticos

A hipótese de que as estruturas semânticas refletem *estruturas conceptuais*, ou seja, *domínios conceptuais*, é um dos dois princípios centrais da semântica cognitiva. Em vista disso, estruturamos os domínios básicos da nossa experiência que tratam de conceitos como *espaço*, *cores*, *temperatura*, *tempo*, *cheiro*, *emoção*, etc.. A observação central desses conceitos reside em que há uma relação com experiências corporais. O fato levanta um segundo princípio; as *estruturas conceptuais* derivam da cognição “incorporada” (Evans e Green; 2006, cap. 6-7).

Pelo fato do corpo ser um meio de compreensão e guia para o raciocínio, Mark Johnson (1987) propõe que se criem *esquemas imagéticos* através da experiência corporal e sensorial. Os *esquemas imagéticos* são representações conceptuais relativamente abstratas aos quais obtemos conhecimento pela interação e pelas observações do mundo. Os sentidos surgem, desse modo, através dos esquemas que se formam no nível preconceptual pela experiência corporal, pelos padrões esquemáticos e pela organização de processos figurativos. Através desses categorizamos e criamos conexões, na medida em que podemos compreender e raciocinar sobre o mundo (Johnson, 1987, p. 17). Os *esquemas imagéticos* são o fundamento do sistema conceptual, pois, são os primeiros conceitos a emergir na mente humana, baseados em que existem funções preconceptuais de experiência.

2.2.4 Modelos Cognitivos Idealizados

George Lakoff (1987) elabora um modelo baseado no princípio de que ambas a estruturação dos conceitos e a categorização do conhecimento da realidade ocorrem no nível mental, digamos, pela cognição humana. Os Modelos Cognitivos Idealizados (MCI) são, na teoria de Lakoff, estruturações de sistemas complexos de conhecimento em forma de representações mentais das teorias sobre o mundo. Os modelos são “idealizados” por cobrirem conjuntos de experiências e não apenas instâncias específicas de uma experiência em particular. Conforme o autor (1987, p. 68), os MCI são, desse modo, meios de conceptualização, estruturando as categorias e, portanto, também o pensamento do ser humano. De acordo com Lakoff os MCI dependem de (pelo menos) cinco princípios de estruturação: *esquemas imagéticos*, *proposições*, *metáforas*, *metonímias* e *símbolos*.

Primeiramente, Lakoff (1987, p. 282) aponta que o fundamento das estruturas conceptuais são os esquemas imagéticos, servindo como percepções básicas para a construção de modelos cognitivos mais complexos. Os MCI de *esquemas imagéticos* são, desse modo, diretamente compreendidos em termos de experiência física. O modelo explica-se pela nossa experiência do conceito básico *espaço*, por exemplo, ser estruturada, em grande parte, por esquemas imagéticos como “dentro-fora”, “fonte-caminho-alvo”, “parte-tudo”, “para cima-para baixo”, “frente-verso”, etc..

O modelo *proposicional* (Lakoff, 1987, p. 285) não representa entidades imaginárias como metáfora, metonímia e imaginação mental. Um modelo do tipo pode ser o conhecimento de regras como, por exemplo, as de viajar de avião: É necessário comprar um bilhete, fazer o “check-in”, passar pelo controle de segurança, manter o cinto afivelado durante a decolagem e o pouso, etc.. Os elementos fazem todos parte da categoria, ou seja, do MCI “viajar de avião”. O MCI proposicional também classifica, por exemplo, os sistemas biológicos de plantas e animais. Pela contenção do conhecimento fatural, o modelo tem, de acordo com Lakoff (1987), um sabor de objetivismo. Porém, pelas entidades serem mentais e não objetos físicos, os modelos são cognitivos e não pedaços da realidade. O autor (p. 285) anota, desse modo, que a tendência de ver o mundo objetivamente surge do fato de que muitos dos nossos modelos cognitivos parecem ser objetivistas.

O modelo *metafórico*, ou seja, o mapeamento *metafórico*, envolve um domínio “fonte” e outro domínio “alvo”. O núcleo desse modelo reside em que a estrutura do MCI no domínio

“fonte” é transferida para a do domínio “alvo” (Lakoff; 1987, p. 288). Tal mapeamento ocorre, por exemplo, quando um MCI como *amor* se refere ao MCI de uma *viagem* na frase “o amor chegou ao fim”, estruturando o primeiro metaforicamente em termos do segundo.

Há certas noções de semelhança entre os modelos metonímico e metafórico. Porém, diferente do MCI metafórico, que trata de transferências entre domínios distintos, o mapeamento *metonímico* ocorre dentro do mesmo domínio conceptual quando um indivíduo representa a categoria inteira. De acordo com Lakoff (1987, p. 288), há, dessa maneira, uma relação “representativa” entre o membro, ou subcategoria, “A” da categoria “B” que, ao designar a última, leva a estruturas categóricas *metonímicas* em que “A” é um protótipo metonímico.

Ao apresentarmos o quinto modelo observamos que, pelos quatro primeiros MCI, não discutimos a linguagem fora dos fatos explicitamente mentais. Nenhum dos modelos contém elementos de línguas particulares. Esse modelo, por outro lado, difere-se dos outros por ser *simbólico*, ou seja, a representação linguística (Lakoff, 1987, p. 289). A distinção é, conforme Lakoff, importante pelos MCI puramente conceptuais (mentais) poderem ser caracterizados independentemente das palavras. Entretanto, a combinação dos elementos linguísticos e cognitivos criam o MCI *simbólico*. Encontramos uma descrição dessa estruturação de conhecimento em Fillmore (1982; 1985) pelo mencionado termo; *semântica de “frames”*. Lakoff (1987) baseia a teoria do MCI simbólico justamente no fato de que os “frames” são a base conceptual dos itens lexicais. Os “frames” são esquematizações da experiência que se encontram no nível conceptual, o nível das unidades básicas de conhecimento (Fillmore, 1982; 1985). De acordo com o autor, as palavras e as construções gramaticais associam-se, por conseguinte, aos determinados “frames” e não podem ser compreendidas fora dessa relação, ou seja, quando elementos linguísticos se associam com elementos conceptuais nos MCI, o resultado é um MCI simbólico. Por exemplo, os itens lexicais *ganhar* e *perder* são compreendidos em relação aos “frames” de, por exemplo, um evento esportivo ou um negócio económico. Uma vez que os MCI desse gênero se manifestam na linguagem e não são estruturas puramente conceptuais, subjacentes da linguagem, Lakoff (1987) descreve o modelo como simbólico.

Encontramos a distinção entre a visão de Lakoff e o objetivismo pelo fato da linguagem ter sua base na cognição e não pelas coisas objetivamente observadas pela realidade. A relação que Lakoff (1987) desenha entre a linguagem, a experiência e a mente, evita a concepção da

linguagem ser diretamente compreendida pelo mundo. Portanto, sua conclusão reside em que as expressões linguísticas ganham seus significados por (a) serem associados diretamente com os MCI e (b) por terem elementos dos MCI (Lakoff, 1987, p. 291). Entende-se, pela visão da linguística cognitiva em geral, que os sentidos são estruturas cognitivas embutidas nos padrões de conhecimento e crença, enquanto a linguagem se baseia na cognição. Porém, a estrutura da linguagem utiliza os mesmos meios que se usam para estruturar os modelos cognitivos, nomeadamente, *esquemas imagéticos*, que são compreendidos através de termos do funcionamento do corpo.

2.3 Polissemia lexical

Compreendemos que há coisas que são bons ou maus exemplos de uma categoria, sejam concretas, sejam abstratas. Observamos pelas considerações tradicionais de categorização que uma categoria se define apenas entre membros e não membros. As pesquisas sobre protótipos de Rosh (1973; 1975), Lakoff (1987) e Taylor (1989) apontam, entretanto, que há traços claros de assimetria entre os membros de uma categoria, e em cada caso estudado, isto é, não apenas de termos obviamente graduais como a classificação de cores e tempo, mas também no que diz respeito a objetos concretos, encontram-se exemplos de falta de proporção entre as partes. Por exemplo, ao categorizarmos os membros da categoria “pássaro”, *Beija-flor* e *frango*, deduzimos que o primeiro, por possuir mais capacidades pertinentes à categoria, a representa melhor do que o último. Este tipo de membro, mais representativo de um grupo, chama-se de *protótipo*. Identificamos, ao mesmo tempo, que há membros de categorias que podem se encontrar na fronteira com outra categoria. Por exemplo, ao distinguirmos entre uma *casa* e uma *cabana*, não há, necessariamente, propriedades específicas que definem à qual das categorias o objeto pertence. A polissemia lexical explica-se da mesma maneira quando, através do mesmo símbolo linguístico, há referência a dois significados que são relacionados, ora com o protótipo, ora entre sentidos mais periféricos. De acordo com Taylor (1989, p. 99) a polissemia define-se, então, por uma forma linguística representar dois, ou mais, sentidos relacionados.

2.3.1 Protótipos

Pela definição de Rosh (1978), os protótipos representam os membros de uma categoria que melhor refletem a estrutura redundante da categoria vista como um todo, ou seja, o protótipo é a instância mais típica daquela categoria. Para melhor compreendermos o termo “protótipo” podemos, segundo Taylor (1989, p. 59), aplicá-lo aos membros de duas maneiras; quer para o

membro central, quer para o conjunto de membros centrais de uma categoria. Entretanto, é importante anotarmos que a referência prototípica não trata de um objeto particular. A teoria cognitiva identifica-se com a aplicação do protótipo como uma representação esquemática do núcleo conceptual da categoria. Pensando assim, não referimos ao protótipo como uma entidade, mas ao fato de que uma entidade providencia ideias prototípicas. De acordo com Taylor (1989), há boas razões para assumirmos tal aproximação abstrata, pois, ao escolhermos um exemplo de uma categoria, precisa-se considerar a representação mental do protótipo, para que o falante consiga identificá-lo em diferentes ocasiões. Os outros membros de uma categoria, por outro lado, são assimilações mentais à categoria, pela base da sua familiaridade percebida com o protótipo.

Para a análise semântica lexical, as observações sobre os protótipos são fundamentais para que entendamos as relações e não apenas as diferenças entre as unidades linguísticas. Observamos já em Wittgenstein (1953) a ideia de que uma categoria clássica não é capaz de definir certas categorias. Seu exemplo é a categoria de “jogos” que dentre seus vários membros não compartilha propriedades comuns para todos. Todavia, os jogos são relacionados de diversas maneiras e há membros centrais e menos centrais da categoria. Silva (1999, p. 16) explica tal observação pelo fato de os vários membros e propriedades de uma categoria, de modo geral, possuírem diferentes graus de saliência; alguns são prototípicos enquanto outros são periféricos. Por isso, bem como as categorias conceptuais puras e não linguísticas, as categorias lexicais apresentam estruturas prototípicas por serem MCI *simbólicos*. Desse modo, as relações entre os sentidos polissêmicos de um item lexical, da mesma maneira que dizem respeito às categorias conceptuais, providenciam a explanação de como um símbolo linguístico pode ser usado para expressar sentidos particulares.

2.3.2 Estruturas radiais

Ao observarmos o fato das palavras e dos morfemas terem múltiplos sentidos e por estes serem relacionados, formam-se *categorias radiais*, isto é, há um sentido pleno e prototípico pelo qual os outros sentidos são estruturados e motivados (Lakoff, 1987, p. 291). Lakoff (1987, p. 91) descreve a teoria das *categorias radiais* pelo exemplo da categoria “mãe”. A ela pertencem várias subcategorias que são estruturadas radialmente. Há, primeiramente, uma categoria central que é o modelo de “a mãe que dá à luz um filho”. Além desse existem modelos não centrais como “mãe adotiva”, “madrasta”, etc. que são estendidos por convenções e têm de ser aprendidos. O modelo radial é fonte de efeitos prototípicos por

designar as subcategorias, compreendidas em termos do modelo central. Representa-se, dessa maneira, uma estrutura semasiológica sob a forma de significados ou empregos emanando, como extensões de um centro prototípico, radialmente a ele ligados (Silva, 1999, p. 42).

Por tudo isso, um assunto básico na linguística cognitiva é a explicação de como a polissemia lexical surge. A hipótese de Lakoff (1987) conta que os símbolos linguísticos representam categorias do tipo radial. Porém, o que nos dá problemas ao distinguirmos os sentidos de uma palavra é o fato de serem convencionalizados em nossa memória semântica. Portanto, em relação ao verbo *ter*, os falantes nativos da língua portuguesa simplesmente conhecem o espectro de sentidos que o verbo designa.

De acordo com Sweetser (1990), o desenvolvimento de um item lexical diz respeito a mudanças diacrônicas que ocorrem pela intervenção de estágios de polissemia. Desse modo, não seria viável realizarmos uma análise da categoria lexical *ter*, fundamentada apenas nos fatos sincrônicos cotidianos. Um item lexical em desenvolvimento passa por um ou mais estágios sincrônicos ao longo do eixo diacrônico. As categorias radiais, explicam-se, dessa maneira, pelos significados adicionais polissêmicos terem surgido através desses estágios onde o sentido original, ou desaparece e deixa apenas o novo sentido designar o símbolo linguístico (conforme veremos sobre o sentido possessivo do verbo *haver*), ou se mantém. O último êxito dá à luz os sentidos polissêmicos, como o que ocorre em relação ao verbo *ter*.

Para Lakoff (1987), a pergunta que se segue é se a polissemia e as mudanças semânticas mostram um resquício histórico ou representam categorias cognitivas. Para vários linguistas (Langacker, 1987; Lakoff, 1987; Sweetser, 1990; Hopper e Traugott, 1993), a extensão das categorias, pela visão histórica, acontece através da cognição.

A análise radial mostra que há algo vivo na mente dos falantes de uma língua. Conforme Lakoff (1987), cada teoria de mudança semântica histórica precisa, desse modo, levar em conta os mecanismos cognitivos, isto é, as operações metonímica e metafórica, os modelos de esquemas imagéticos e os modelos propocionais que especificam elementos, propriedades e as relações entre estes. Os mecanismos levam à extensão sistemática das categorias lexicais que geram significações entrelaçadas pelo fato de manifestarem sentidos prototípicos e sentidos periféricos (Evans e Green, 2006, p. 332).

2.4 O fundamento metafórico da linguagem

Lakoff e Johnson (1980) demonstram em seu livro “Metaphors we Live by” que a metáfora não é operadora somente na linguagem, mas que ela governa o pensamento e nossas ações, de modo que o nosso sistema conceptual é metafórico por natureza (Lakoff e Johnson, 1980, p. 3). De acordo com essa visão, as estruturas conceptuais são organizadas conforme mapeamentos ou correspondências, através dos domínios conceptuais. Evans e Green (2006) observam que alguns dos mapeamentos se devem a experiências corporais preconceptuais e concordam com o modelo dos *esquemas imagéticos* de Johnson (1987), enquanto outros são desenvolvidos a partir das experiências preconceptuais, criando estruturas mais complexas. A partir desse fundamento Lakoff e Johnson (1980) revelam a teoria das “Metáforas Conceptuais”.

2.4.1 A metáfora conceptual

Ao proporem o termo *metáfora conceptual*, Lakoff e Johnson (1980, p. 4) observam, entre outras, a metáfora “discussão é guerra”. Os autores demonstram que, quando discutimos, a argumentação ocorre através de algo que se estrutura, compreende, performa e fala, em termos de guerra, ou seja, o conceito “discussão” é estruturado em termos metafóricos do conceito “guerra”. O argumento principal dos autores é que as metáforas, como expressões linguísticas, apenas são viáveis porque existem no sistema conceptual de uma pessoa (Lakoff e Johnson, 1980, p. 4). Desse modo, a alegação de que a organização conceptual é de grande parte metafórica reside na consequência de que o pensamento, em si, é metafórico.

A base teórica da *metáfora conceptual*, segundo Lakoff e Johnson (1980), reside nos seguintes fatos; (i) o que faz algo ser metafórico é a associação entre dois domínios de experiência e; (ii) o que faz a metáfora ser conceptual, e não linguística, é a ideia de sua motivação se encontrar no nível dos domínios conceptuais. Portanto, as expressões metafóricas são reflexões de associações conceptuais subjacentes (Evans e Green, 2006, p. 295) e não ornamentações linguísticas conforme explica a visão tradicional aristotélica.

A base experiencial encontramos, por exemplo, na metáfora conceptual “mais é para cima” quando enchamos um copo com água ou quando um prédio que está sendo construído cresce na direção vertical. Em vista disso, o aspecto típico de uma metáfora conceptual é que usamos algo concreto para designar um conceito abstrato, como na metáfora orientacional (Lakoff e Johnson, 1980, p. 15)) “feliz é para cima; triste é para baixo”, baseada na ideia de que algo

que sobe é símbolo de “felicidade”, enquanto algo que desce simboliza a “tristeza”. Em virtude de os domínios alvos serem abstratos, há, portanto, uma necessidade de uma descrição mais concreta, cujo resultado é o de uma conceptualização metafórica (Kövecses, 2002, p. 20).

Percebemos que a teoria da metáfora conceptual não explica diretamente o desenvolvimento de um item lexical polissêmico. Entretanto, o fundamento da teoria de Lakoff e Johnson (1980) é significativo para compreendermos a extensão metafórica em relação a formas linguísticas. Portanto, ao considerarmos a teoria cognitiva de semântica lexical, observamos o mesmo fundamento que a metáfora conceptual representa; uma palavra polissêmica representa uma categoria, ou seja, uma concepção mental de sentidos distintos, porém, relacionados, que exibem efeitos prototípicos (Evans e Green, 2006, p. 328). Sweetser (1990, p. 8) confirma as ideias apresentadas por Lakoff e Johnson (1980) ao dizer que é nossa cognição que opera metaforicamente e, em consequência, também a linguagem. Em vista disso, de acordo com muitos sucessores da visão cognitivista, as metáforas são as fontes primárias de polissemia, na medida em que palavras com significados específicos (concretos) ganham significados adicionais (abstratos) relacionados, através de uma operação metafórica (Miller, 1979; Lakoff, 1987; Sweetser, 1990). A metáfora constitui, assim, o fundamento para um mecanismo de criação de novos sentidos e de novas realidades em nossas vidas (Lakoff e Johnson, 1980, p. 196).

2.4.2 A metonímia conceptual – um segundo instrumento de associação

Dos processos metafórico e metonímico, o segundo talvez não tenha recebido a mesma atenção que a metáfora na discussão linguística. Porém, muitos linguistas têm argumentado que o processo metonímico possa ser tão importante como a metáfora como instrumento de extensão da categoria e no desenvolvimento de sentidos mais gramaticais (Lakoff e Johnson, 1980; Lakoff, 1987; Taylor, 1989; Sweetser, 1990; Heine et al., 1991; Traugott e König, 1991; Heine, 1993; Croft, 1993; Hopper e Traugott, 1993; 2003). Conforme Lakoff e Johnson (1980), a metáfora e a metonímia são utilizadas, de modo parecido, para os mesmos fins. Como a metáfora, a metonímia não é apenas uma entidade poética ou retórica, ela faz parte do nosso pensamento, da maneira que agimos e da nossa fala. Porém, a metonímia permite-nos focalizar mais especificamente no que estamos referindo (Lakoff e Johnson, 1980; p. 37).

Ao definirem os termos, Lakoff e Johnson (1980, p. 36) referem a metáfora como uma maneira de conceber uma coisa em termos de outra, tendo a função primária de “compreensão”, enquanto a função da metonímia é “referencial”, por exemplo, como “parte para todo”. Diferentemente da metáfora, a metonímia estabelece uma forma de contiguidade entre dois elementos. Dessa maneira, Kövecses e Radden (1998, p. 39) relatam que a metonímia é um processo cognitivo no qual uma entidade conceptual providencia acesso a outras entidades dentro do mesmo domínio.

Segundo Heine et al. (1991, p. 70), podemos perceber diferentes mecanismos no contínuo de mudança semântica que separam a metonímia da metáfora. A última refere a uma transferência conceptual entre dois domínios cognitivos, cuja relação se descreve pelo “X” ser compreendido em termos de “Y”. A metonímia, por sua vez, é relevante na comunicação, sendo um elemento essencialmente pragmático. Sua função primária é, desse modo, a de estabelecer a ligação referencial entre os dois elementos “X” e “Y” (ver Heine et al.; 1991 e Traugott; König 1991).

2.4.3 A operação metonímica na polissemia

A função da metonímia conforme a visão tradicional era figurativa e trazia contiguidade entre duas entidades em uma função referencial (Taylor, 1989, p. 122). Entretanto, a linguística cognitiva sugere para a metonímia uma compreensão mais ampla por sua essência residir na possibilidade de estabilizar conexões entre as entidades que co-ocorrem dentro de uma dada estrutura conceptual. Conforme Langacker (1993), as opções metonímicas encontram-se dentro de um *domínio matriz* que representa o espectro de domínios até a última compreensão do conceito. A base para tal teoria reside no fato dos itens lexicais relacionarem estruturas potencialmente cheias de conhecimento.

Muitas extensões metonímicas são convencionalizadas na linguagem. Observamos, por exemplo, conceitos como “porta” e “janela”. Pense na maneira que a “janela” é categorizada em nossa linguagem pela frase “Joana estava sentada na janela enquanto eu a pintava”. A frase relata dois sentidos do conceito “janela” que, de acordo com Taylor (1989), são relacionados através da metonímia. Pela convencionalização de muitos conceitos não, necessariamente, registramos esses sentidos diferentes. Taylor (1989, p. 124) apresenta outros exemplos que mostram o uso metonímico de verbos pela diferença entre as frases “feche a caixa” e “feche a porta”. Sua observação é que o que se fecha na primeira frase é algo externo

ao objeto referido, por exemplo, pode ser a tampa da caixa. Pela segunda frase compreendemos que o objeto é interno e o que se fecha é a “porta”.

A observação crucial diz respeito ao fato de que a metonímia promove acessos mentais entre entidades conceptuais dentro do mesmo domínio. Logo, a metonímia é um fator importante no desenvolvimento polissêmico dos símbolos linguísticos. Adiante, no próximo bloco veremos, pelo esclarecimento das teorias cognitivas sobre gramaticalização, que a metonímia, em colaboração com a metáfora, desempenha um papel central, também no desenvolvimento das categorias gramaticais.

2.5 Gramaticalização

Os estudos de gramaticalização conservam uma história rica de dados, datando-se, ao menos, para o século XVIII (Heine et al., 1991, p. 5). O termo *gramaticalização* refere, de acordo com Hopper e Traugott (1993), a dois significados que, por um lado, designam a parte dos estudos linguísticos que focaliza o aparecimento de novas formas gramaticais; da maneira esses se usam e como formam a língua. Por outro lado, o termo é uma referência ao fenômeno de linguagem que diz respeito ao padrão de uso que se pretende analisar, em particular os processos em que itens lexicais adquirem conteúdo mais gramatical ao passar dos tempos. A definição promovida por Kurylowicz (1975, p. 52) tem sido adotada por muitos estudiosos; “a gramaticalização consiste no aumento do espectro de um morfema, avançando de menor para maior estatus gramatical”. Mesmo havendo diversidade de acordo com o termo imposto, observamos que o esquema de Kurylowicz se mantém nas teorias de; *syntactization* (Givon, 1979), *reduction* (Langacker, 1977), *semantic fading* (Antilla, 1972) e *gramaticization* (Bybee et al., 1994).

De modo equivalente às mudanças semânticas lexicais, a gramaticalização deve-se a fatores sincrônicos, bem como diacrônicos. Porém, há indicações de que o léxico de uma língua passa por mudanças mais rápidas do que a sua gramática. Evans e Green (2006, p. 707) afirmam que as mudanças gramaticais são as mais lentas dentre as mudanças linguísticas. Portanto, de acordo com os mesmos autores e Hopper e Traugott (1993), um estudo de desenvolvimento gramatical precisa ser analisada com mais foco nos aspectos diacrônicos do que uma análise semântica lexical sincrônica, todavia, sem serem excluídos os estágios de sincronia pelo fato de muitas variações linguísticas sincrônicas representarem mudanças linguísticas em progresso (Croft, 2003, p. 232).

Polissemia lexical e extensão metafórica são assuntos centrais na gramaticalização. Entretanto, diferem-se pela gramaticalização ser um processo de mudança linguística em que itens lexicais passam, em determinados contextos, a exercer funções mais gramaticais (Hopper e Traugott, 1993) enquanto a polissemia e a extensão metafórica relatam as mudanças semânticas em relação à aquisição de novos sentidos lexicais. Tem havido discordância sobre o processo de gramaticalização que por alguns autores o vêem como o resultado de esvaziamento semântico. Outros argumentam que as mudanças melhor se caracterizariam como exemplos de polissemia (Croft, 2003; Heine et al., 1991), de modo que a gramaticalização poderia se situar dentro de um modelo radial de significados onde há sentidos relacionados e interligados. Portanto, é comum a visão de que não se tratam de elementos esvaziados, mas que o processo de gramaticalização representa simplesmente mudanças de unidades de conteúdo lexical para unidades gramaticais.

2.5.1 Gramaticalização por extensão metafórica

A teoria de gramaticalização via extensão metafórica é, segundo Evans e Green (2006), a mais adotada no ramo da linguística cognitiva, e como estudos representativos apresentam-se as pesquisas de Heine et al. (1991), Heine (1993; 1997), Sweetser (1988; 1990) e Bybee et al. (1994). O fundamento para essa aproximação reside na teoria da *metáfora conceptual*, especialmente pela transferência entre domínios conceptuais. Croft (2003, p. 269) ilustra um exemplo prototípico de extensão metafórica “de *espaço* para *tempo*”, pela comparação das frases “de Nova Iorque a Chicago” (espaço) e “de maio a setembro” (tempo).

De acordo com Heine et al. (1991), a gramaticalização é motivada pela criatividade humana e pela habilidade de resolver problemas. Por esses meios, desenvolvemos novas expressões linguísticas através da capacidade cognitiva, entre outras, a de conceptualizar domínios abstratos da cognição em termos de domínios concretos. Esses autores, seguindo Lakoff e Johnson (1980) e Johnson (1987), dizem que a gramaticalização emerge da experiência dêitica e corporal humana. Por isso, é comum que itens gramaticalizados referem a verbos que expressam partes do corpo, estados físicos e processos como *sentar*, *mentir*, *ir* e *andar* ou verbos expressando atividades centrais humanas como *fazer*, *ter* ou *dizer* (Heine et al., 1991, 32-34). Apoiando-se às regras gramáticas já existentes, os itens lexicais aparecem em construções mais complexas, cujos significados composicionais estão próximos às funções já estabelecidas que se substituem (Croft, 2003, p. 268). Keller (1994) explica esse uso

linguístico pelas possibilidades das expressões já convencionalizadas serem limitadas, na medida em que se apresentam novas maneiras de expressão por meios lexicais, através de perífrases. Os fundamentos metafóricos com base na experiência corporal e em esquemas imagéticos são, desse modo, centrais para unir conceitos.

2.5.2 As metáforas categoriais

Em relação à direção única da gramaticalização, isto é, pelo fato de ser um processo em que um item lexical passa a representar formas mais gramaticais e não do modo contrário, Heine et al. (1991) propõem uma hierarquia de domínios que mostra os conceitos básicos pelos quais estruturamos metafóricamente os conceitos (ver quadro 1).

Quadro 1: Categorias Metafóricas.

PESSOA → OBJETO → ATIVIDADE → ESPAÇO → TEMPO → QUALIDADE (ESTADO)

Além dos conceitos mostrados pela hierarquia, os autores admitem que existem conceitos, cujas alocações são difíceis, como, por exemplo, o conceito prototípico de “posse”, que segundo os autores, se situaria à direita do conceito de “espaço” (Heine et al., 1991, p. 53).

A hierarquia apresentada no quadro 1, representa a unidirecionalidade da gramaticalização em termos de *metáforas categoriais*. As categorias à esquerda são tipicamente mais concretas e as para a direita são mais abstratas. Pela via de mudanças entre as categorias, Heine et al (1991) sublinham um fator central na gramaticalização que se baseia no fato de que formas lingüísticas denotam conceitos mais abstratos, por exemplo, “espaço para tempo” e “tempo para qualidade” (Heine et al., 1991, p. 48-49).

De acordo com Heine et al. (1991), anota-se que se trata de um tipo específico de metáfora que se distingue das metáforas conceptuais. As metáforas conceptuais orientacionais apresentadas por Lakoff e Johnson (1980, p. 15-17), e conforme observamos anteriormente, incluem várias metáforas ligadas à mesma base experiencial: “feliz é para cima, triste é para baixo”, “mais é para cima, menos é para baixo” e “virtude é para cima, depravação é para baixo” e são todas categorizações em termos da localização mental, psicológico, moral ou outros *estados e qualidades* pelas noções do domínio de *espaço*. Já as metáforas categoriais são mais inclusivas e podem denominar a totalidade de um grupo de metáforas conceptuais (Heine et al., 1991, p. 50-51).

2.5.3 A metáfora emergente

Referimos à gramaticalização como um processo em que uma expressão linguística, além do seu significado convencional, recebe um significado mais abstrato e gramatical. Pelas evidências do desenvolvimento que envolve os aspectos diacrônicos, bem como os sincrônicos, Heine et al. (1991, p. 61) distinguem entre dois tipos de metáforas; a *criativa* e a *emergente*. Ao divergirem em relação a esses tipos metafóricos, os autores enfatizam a motivação pragmática, que na primeira é baixa e alta na última. Em relação ao desenvolvimento, ao qual referimos pela metáfora categorial, não se trata de uma metáfora do sentido convencional, mas do tipo “emergente”, que, diferentemente da metáfora criativa, não nasce pela ação espontânea de transferir de um domínio conceptual para outro, mas pelo processo de desenvolvimento gradual durante o passar dos anos (Heine, 1997, p. 77). O veículo desse tipo de metáfora tende a ser visto como uma extensão conceptual ao invés de ser vinculado a um domínio conceptual totalmente diferente do da origem. Desse modo, Heine et al. (1991, p. 61) consideram a metáfora emergente a única forma de transferência metafórica que se pode observar no processo de gramaticalização.

As afirmações de Heine et al. (1991), dizendo que não está em jogo uma metáfora espontânea, indicam que a metáfora não é o único processo envolvido na gramaticalização. Há a ideia de que a mudança semântica na gramaticalização se apoia em eventos da linguagem em uso (Evans e Green, 2006, p. 708). Pela pertinente importância da pragmática e por ser um processo que inclui um forte componente de contiguidade, a metonímia também se destaca como uma atividade central no desenvolvimento das categorias gramaticais. Entre os sentidos A (lexical) e B (gramatical) a transferência metafórica de, por exemplo, *espaço* para *tempo*, passa por um processo contínuo em que não há degraus marcados que os separam. Entretanto, há um estágio em que os sentidos co-ocorrem, criando uma situação de ambiguidade (Heine, 1993, p. 48-53). Portanto, nossa análise apoia-se à alegação de que a gramaticalização é o resultado da interação entre a metáfora e a metonímia como processos interligados. Dessa forma, a mudança do sentido A para o sentido B tem sido estudado a partir de mecanismos pragmáticos, envolvendo a inferência ou as implicaturas conversacionais, ou seja, em termos mais específicos, como *reinterpretação induzida pelo contexto* (Sweetser, 1988; 1990; Traugott, 1988; Hopper, 1987; Heine et al., 1991; Hopper e Traugott, 1993; 2003; Bybee et al., 1994). Desse modo, enquanto o último resultado do processo pode ser descrito em termos de uma transferência metafórica de um domínio concreto para outro domínio abstrato, há

indicações de que comece através de implicaturas conversacionais, pragmáticas, que levam a estruturas metonímicas.

O fundamento das teorias de que os processos de gramaticalização devem ser analisados em termos da metonímia bem como a metáfora, vem de exemplos nítidos de ambiguidade, que melhor se definem como estágios intermediários entre os sentidos lexical e gramatical. De acordo com Evans e Green (2006) e Heine et al. (1991) há, desse modo, ocorrências de frases que são problemáticas para uma abordagem plenamente metafórica. Heine et al. (1991, p. 70) apresenta o caso do futuro perifrástico “be going to” na língua inglesa, na medida em que as frases “are you *going to* the library” e “I am *going to* eat” apresentam um contínuo de significados ao invés de mapeamentos entre domínios (Analisaremos os casos semelhantes da língua portuguesa no capítulo 4). Para darem conta de tais problemas Heine et al. (1991) separam a gramaticalização em duas estruturas.

2.5.4 Micro-estrutura e macro-estrutura

O processo de gramaticalização envolve duas estruturas, a micro-estrutura e a macro-estrutura, representando as capacidades metonímica e metafórica, respectivamente.

Primeiramente, deve ser dito que uma das estruturas não é independente da outra, de modo que representam dois lados do mesmo processo. Entretanto, diferem-se pelo fato de que a macro-estrutura toma conta do que acontece através dos domínios, nomeadamente, pelos processos relacionados à metáfora. A micro-estrutura, por sua vez, encontra-se no nível contextual onde opera a metonímia, estabelecendo relações entre os conceitos dentro do mesmo domínio. Desse modo, pela reinterpretação induzida pelo contexto e pelos aspectos metonímicos, observa-se a natureza pragmática do modelo. Embora as estruturas denotem domínios diferentes, Heine et al. (1991) apontam que são estruturas interligadas, na medida em que a metáfora opera como guia da interferência pragmática, ou seja, da metonímia

A sugestão de Heine et al. (1991) é que a metáfora e a metonímia são elementos complementares no processo de gramaticalização. Uma língua está sempre em desenvolvimento pelo simples fato de estar em uso, na medida em que podemos considerar a gramaticalização como se fosse um processo em movimento, cuja natureza metafórica depende de fatos pragmáticos, conforme as estruturas do quadro 2. Os processos de

transferência entre os domínios envolvem, desse modo, processos de vinculação que ocorrem pela emergência de semelhanças entre as estruturas conceituais.

Quadro 2: Macro- e Micro-estrutura (Heine et al.; 1991, p. 103).

Macro-estrutura	Micro-estrutura
Domínios conceituais	Contexto
Semelhança; analogia	Implicações de conversação
Transferência entre domínios conceituais	Reinterpretação induzida pelo contexto
Metáfora	Metonímia

2.5.5 As fases de desenvolvimento

Nota-se que o processo de gramaticalização é um processo gradual e contínuo. Porém, embora o concebamos como um “contínuo”, ambos diacronico e sincronicamente, observamos que há certos pontos focais durante o desenvolvimento. De acordo com as análises no capítulo 4, sobre o verbo *ter* como verbo auxiliar modal e em tempos compostos, atentaremos para a gramaticalização de verbos auxiliares.

Heine (1993, p. 58-66) propõe um esquema de sete estágios que se distinguem no processo de auxiliarização. O autor (1993, p. 65) anota que, pela consideração da grande diversidade de aproximações que têm sido feitas no estudo dos auxiliares, não se permite relacionar os sete estágios a taxonomias ortodoxas. Entretanto, a grosso modo, estabelecem-se as seguintes correspondências com as noções tradicionais: Nos estágios A e B referem-se aos verbos como lexemas ou verbos “plenos”. Na fase C, o verbo passa a se comportar como um “semi-auxiliar” ou “quase-auxiliar”, enquanto a noção de auxiliar aparece mais forte nos estágios D e E. No estágio F, o verbo pode representar *status* de auxiliar ou afixo gramatical e na fase final, G, será um afixo ou uma flexão gramatical.

Estágio A: O verbo representa seu significado lexical e o complemento refere-se tipicamente a um objeto concreto.

Estágio B: Embora o complemento ainda possa ser concreto e nominal, o verbo começa a designar, também, situações dinâmicas nas formas de *particípio*, *infinitivo* ou *gerúndio*.

Estágio C: O verbo está em relação forte com um verbo não-flexionado. Ainda que o complemento seja um substantivo, refere-se a um conceito da categoria ontológica de *atividade*, ou seja, denota-se algo que “acontece” ou “ocorre”. Nessa fase há como requerimento a identidade do sujeito entre o verbo e seu complemento, tendo a mesma referência temporal.

Estágio D: Neste estágio, o verbo tende a perder suas capacidades de formar frases do tipo imperativo, nominalizar e realizar a apassivação. Adiante, não se associa mais com complementos nominais, de modo que passa a referir-se apenas a uma forma nominal do verbo (particípio, infinitivo ou gerúndio).

Estágio E: Por terem perdido muitas das suas propriedades verbais, os itens dessa fase são representações de *híbridos linguísticos*, pois, combinam as características de verbos lexicais e marcadores gramaticais.

Estágio F: O verbo perde todas as propriedades verbais restantes e vira elemento gramatical, estabilizado morfológico e sintaticamente, na medida em que o complemento é reinterpretado como verbo principal.

Estágio G: No estágio final, o verbo se modifica para ser marcador gramatical puro e, assim, reduzido a um afixo monossilábico incapaz de receber tom ou acento. O complemento torna-se um verdadeiro verbo principal com todas as capacidades que se requerem para tal verbo.

2.6 Considerações adicionais

Levando em consideração a mente humana, a ciência cognitiva abre o caminho para um estudo mais profundo, não somente sobre o ser humano, mas para uma análise linguística que consegue observar o desenvolvimento de uma língua, de modo que abrange mais do que os aspectos superficiais e puramente descritivas dos fenômenos linguísticos. Por isso, ao considerarmos, na análise de polissemias e de gramaticalização, a função das capacidades cognitivas, oferecem-se dados que, além da análise descritiva do desenvolvimento de um *elemento linguístico*, nos providenciam conhecimento sobre as razões para que tal desenvolvimento aconteça.

Observamos neste capítulo algumas teorias centrais sobre a categorização e a base das categorias linguísticas. Principalmente, tratamos de assuntos que distinguem entre a teoria dos protótipos e a tradição clássica objetivista que categoriza o mundo através de parâmetros e propriedades. Entretanto, notamos que, na maioria dos casos, tal definição será defeituosa pelo fato da linguagem ser um produto da cognição e não uma reflexão concreta da realidade. A natureza metafórica do nosso sistema conceitual manifesta, por outro lado, que somos capazes de criar e observar relações entre os conceitos. Por isso, as categorias lexicais representam sentidos relacionados e periféricos a seu protótipo, na medida em que as instâncias de polissemia e de sentidos gramaticais são produtos de uma mente criativa.

Ao estudarmos um item linguístico específico podemos, por conseguinte, voltar aos primeiros dados de uma língua, observando qual era seu significado original e, a partir daí, analisar os processos que deram fundamento para o desenvolvimento gramatical e a criação de sentidos polissêmicos, por exemplo. Portanto, o próximo passo do presente estudo é recuperarmos os primeiros dados do verbo *ter* (e *haver*; por ser produto da mesma base conceitual) para estabelecermos seu sentido prototípico.

Capítulo 3: A análise do sentido prototípico do verbo *ter*

É do nosso objetivo, primeiramente, definirmos o sentido prototípico do verbo *ter*, para que tenhamos uma base para a análise pancrônica no capítulo 4. Portanto, perguntamos qual o núcleo conceptual que, de tempos a tempos, tem se relacionado com o verbo. Será que o verbo *ter* hoje significa o mesmo que significava há dois mil anos atrás, ou, é possível que tenha mudado seu sentido prototípico através dos tempos de existência? Sem dúvida, há indícios que apontam para uma mudança. Os diferentes estágios históricos indicam que ocorreram transferências conceptuais e que o sentido prototípico tenha sofrido modificações. Nessa perspectiva, um aspecto central e desafiador para a seguinte análise é a abordagem em relação ao desenvolvimento diacrônico, já que, do Latim ao português brasileiro contemporâneo, há um desenvolvimento de mais de dois mil anos.

De acordo com Heine (1991, p. 7) e Sweetser (1990, p. 9), as mudanças entre os estágios sincrônicos apoiam-se em transferências conceptuais que se encontram no tempo e, dessa forma, terão de ser tratados como noções diacrônicas. Por isso, ao analisarmos o desenvolvimento do verbo *ter*, não basta considerarmos somente o verbo e seus usos do português arcaico para cá, mas teremos de estudá-lo já pelo berço da língua portuguesa, no latim.

3.1 A noção prototípica de posse

Ao citar o dicionário inglês *Webster's Third*, Andrew Pawley (1973, p. 153) define *posse* como “o ato ou a condição de ter, ou obter, controle ou manutenção, para que disponha controle físico ou ocupação de propriedade”, ou seja, simplesmente, “algo possuído ou controlado”. Heine (1997, p. 34-35) observa esse conceito pela sua relevância entre a diversidade de línguas mundiais e, segundo ele, existe um conjunto de noções que constituem o fundamento para a compreensão multi-cultural de *posse* (ver quadro 3, p.35).

As formas linguísticas, cujo significado inclui qualquer combinação dessas sete noções, referem construções possessivas e são as mais frequentes expressões morfológicas de *posse*. Entretanto, conforme a ideia de categorização prototípica (ver cap. 2.3.1), observamos que as noções representam diferentes graus de saliência. Estendem-se da “posse permanente” (a), que representa o maior grau de prototypicalidade, à “posse abstrata” (e), “inseparável

inanimada” (f) e “separável inanimada” (g), que são exemplos de *posse* menos prototípicos, isto é, encontram-se mais distantes do protótipo e mais perto do que seria uma extensão metafórica. Conforme Taylor (1989), e Heine (1997), um modelo prototípico do conceito seguiria a caracterização do quadro 4.

Quadro 3: As noções possessivas.

a)	Posse permanente	→ “Júlia tem um carro, mas eu o uso sempre.”
b)	Posse física	→ “Você tem uma caneta?”
c)	Posse temporária	→ “ Tenho um carro que uso para chegar ao trabalho, mas é da Júlia.”
d)	Posse inalienável	→ “ Tenho olhos castanhos.”
e)	Posse abstrata	→ “Ele não tem tempo.”
f)	Posse inseparável inanimada	→ “A árvore tem poucos galhos.”
g)	Posse separável inanimada	→ “A arvore tem passarinhos.”

Quadro 4: A hierarquia possessiva.

PERMANÊNCIA	→	FÍSICA TEMPORÁRIA INSEPARÁVEL	→	ABSTRATA INSEPARÁVEL INANIMADA SEPARÁVEL INANIMADA
-------------	---	-------------------------------------	---	--

3.2 As fontes das construções possessivas

A linguística cognitiva, de maneira geral, vê a linguagem como um reflexo da cognição incorporada que serve para limitar o que se refere à nossa experiência e, portanto, o que é possível expressar através da linguagem (Evans e Green, 2006, p. 64). Os conceitos, que emergem da nossa experiência não são considerados universais linguísticos, mas representações de padrões comuns da conceptualização dos vários domínios que existem. De acordo com Heine et al. (1991), formam-se, dessa forma, expressões através de *conceitos fontes* que referem às experiências humanas mais básicas. Esses são derivados de estados mentais do comportamento ou do ambiente imediato e pertencem, segundo Wierzbicka (1988), ao “alfabeto do pensamento humano”, sendo primitivos semânticos. Os conceitos fontes providenciam pontos de referência concretos que evocam associações e levam à compreensão de conceitos menos concretos (Heine et al., 1991). Dependendo da cultura linguística, as expressões podem variar. Entretanto, é comum manifestarem-se através de atividades como; “fazer, segurar, terminar, dizer”, movimentos; “ir, vir, partir, chegar” e

estados; “ser, existir, sentado, deitado, ficar, viver”. As diferentes culturas linguísticas do mundo parecem elaborá-las de maneiras distintas, de modo que há grandes variações entre os modos de expressar a mesma ideia.

Em coerência com os conceitos fontes existem também estruturas conceptuais cognitivas mais complexas às quais referimos como *fontes de proposições* (Heine et al., 1991, p. 36) ou *esquemas de eventos* (Langacker, 1978; Heine, 1997).⁵ Essas proposições, ou esquemas, expressam estados ou processos que são básicos para a experiência humana e envolvem tipicamente dois participantes. Heine (1997) explica o êxito da diversidade de expressões para o conceito de *posse*, baseado no fato de que existem, pelo menos, oito *esquemas de eventos* que geraram os usos de verbos e construções divergentes nesse contexto. Segundo ele, a *posse*, conforme a manifestação nas estruturas linguísticas, pode ser identificada diacronicamente a outros domínios da experiência humana, anteriores à concepção mais tarde convencionalizada (Heine, 1997, p. 209). Os esquemas de posse predicativa, propostos por Heine (1997), estão representados no quadro 5.

Quadro 5: Os esquemas de eventos.

Fórmula	Esquema de eventos
X segura Y	Ação
Y é localizado em X	Localização
X está com Y	Companhia
X de Y existe	Genitivo
Y existe para/por X	Objetivo
Y existe de X	Fonte
Para X, Y existe	Tópico
Y é propriedade de X	Equação

É da nossa estratégia básica conceptualizarmos e expressarmos as experiências menos acessíveis e mais complexas em termos acessíveis de experiências mais concretas (Lakoff e Johnson, 1980). Tal estratégia faz que codifiquemos as ideias abstratas através de conceitos mais concretos. No que diz respeito ao conceito de *posse*, observamos um domínio abstrato da conceptualização humana, cujas expressões sublinham perfeitamente a derivação de domínios

⁵ Um *esquema de evento* é uma unidade semântica simples que consiste de um predicado e variáveis associados (Langacker, 1978, p. 857). Por exemplo, um esquema como “X, COME, Y” consiste de três entidades, X, COMER e Y. Um conceito simples, por sua vez, é constituído por uma única entidade (Heine, 1997, p. 46), por exemplo, “POSSUIR”.

mais concretos. Esses domínios são refletidos pelas experiências básicas em relação ao que fazemos (Ação), onde estamos (Localização), o que nos acompanha (companhia) ou o que existe (existência), (Heine, 1997, p. 45). Por exemplo, a construção possessiva portuguesa “estar com” esboça o Esquema de Companhia, estando o possuído na companhia do possuidor. A nova conceptualização metafórica do esquema manifesta, desse modo, o possuído como um tipo de acompanhante (Heine, 1997, p. 53; Stoltz, 1994, p. 54).

As construções surgidas dos esquemas de experiências básicas do quadro 5 modificam-se para um significado possessivo mais abstrato. Em muitos casos, a diversidade das construções está em par com outras construções possessivas, porém, pode haver menores e maiores variações entre as respectivas designações. Da língua portuguesa observamos “estar com” que designa uma relação muito próxima entre o possuído e o possuidor, ou, eventualmente, descreve o possuído como constituinte do possuidor, na medida em que é uma forma possessiva mais limitada do que representa o verbo *ter*.

3.3 De “est mihi” para “ter”

A história da língua portuguesa providencia dados que indicam mudanças em relação às designações do conceito de *posse*. Herdada no latim das línguas precedentes, a construção possessiva original, que mais tarde vinha denominar o conceito, incluía uma construção constituída pelo verbo *ser* com um substantivo do nominativo, indicando o objeto possuído e um dativo referente ao possuidor (Bauer, 2000, p. 197). A construção do dativo de posse, como em “*liber est mihi*”, era comum (Bennett, 1914, p. 159) e corresponde ao Esquema de Objetivo, do quadro 5 (Heine, 1997, p. 109). A forma “*mihi est*” precede, desse modo, as construções de *habere* (Benveniste, 1960, p. 121) e, portanto, também *tenere*. De acordo com Løfstedt (1963) e Bauer (2000), o uso diminuiu pela utilização menos frequente de substantivos na construção, primeiro em relação aos substantivos concretos e depois aos abstratos. Simultaneamente, como mostram as tabelas 1 e 2, aumentou o uso do verbo *habere*.

Tabela 1: De “*mihi est*” para “*habeo*” – substantivos concretos (Løfstedt, 1963, p. 78).

	<i>Spes mihi est</i>	<i>Spem habeo</i>
Plautus	8	0
Cícero	2	13
Vulgata	3	17

Tabela 2: De “mihi est” para “habeo” – substantivos abstratos (Løfstedt, 1963, p. 78).

	<i>Potestas mihi est</i>	<i>Potestatem habeo</i>
Cícero	4	0
Vulgata	19	21
St. Augustine	0	43

3.4 O Esquema de Ação nas constuições de *ter*

A posse predicativa pertence, conforme Heine (1997, p. 141), a uma parte da gramática que se renova rapidamente. O caso de português se enquadra bem nessa afirmação, sabendo que em menos do que dois milênios a sua construção foi renovada duas vezes. Primeiro do Esquema de Objetivo do Latim (“mihi est”) para o Esquema de Ação do gênero *habeo* e daí para uma segunda construção do mesmo esquema baseada em *tenere/ter*.

A *posse* que se indica pelos verbos do tipo *haver* e *ter* é, de acordo com Givón (1993, p. 145), um resultado de esvaziamento semântico da ação de posse ativa. Há coerência com ideias como, por exemplo, *pegar*, *tomar (posse)*, *obter*, *adquirir*, etc.. Conforme Said Ali (1966, p. 115) dava-se a *haver*, desse modo, os sentidos característicos de “aquisição” e de “obtenção”, enquanto reservava-se a *ter* expressar a consequência duradoura desse ato, isto é, “manter”, “guardar” e “possuir”. Logo, o sentido de “aquisição” não foi adquirido pelo verbo *tenere*, ou, eventualmente, o verbo perdeu esse sentido em um estágio relativamente cedo. Desse modo, Lapesa (1984, p. 399) aponta que o sentido original do verbo existia através de uma forma concreta, como em “segurar algo fisicamente”.

Ao mantermos a ideia de que o conceito fonte de *ter* era o de *segurar*, observamos que a proposição mostrava espaço físico como uma experiência humana básica, de modo que servia como estrutura concreta para sentidos mais abstratos (Heine et al., 1991, p. 187).

Claudi (1986) propôs um enquadramento que forma a base para as ideias elaboradas por Heine (1997), distinguindo entre as construções possessivas atuais e suas fontes conceptuais. De acordo com a autora, o Esquema de Objetivo corresponde com a fórmula “Tenho o que existe para mim”, e os esquemas de Localização e Companhia com a fórmula “Tenho o que existe onde estou”. O Esquema de Ação é que gera as construções possessivas de *ter* e *haver*, e observa-se pela fórmula “Tenho o que apanhei”. Segundo Heine (1997), as pesquisas de Claudi evidenciam que muitas tentativas anteriores de descrever a morfo-sintaxe e a semântica das construções possessivas falhassem por ignorar a transferência conceptual

responsável pelas estruturas. Trata-se no caso do verbo *ter* de uma transferência metafórica do espaço físico para um conceito associado não-físico e temporalmente estável (Heine et al., 1991, p. 53), isto é, da ação “segurar fisicamente” para a ideia mais abstrata do estado “ser proprietário de”.

As observações sobre o desenvolvimento das categorias gramaticais sublinham que a relação entre o conceito de *posse* e os *esquemas fontes* não só representa a transferência metafórica em termos de uma troca conceptual imediata. Há traços históricos do processo de gramaticalização deste elemento que ligam o conceito com as fontes conceptuais através de mudanças graduais. Para cada estágio sincrónico que se observa, existe um estágio intermediário que representa o processo diacrónico de desenvolvimento. De acordo com Heine (1997, p. 214), o resultado sincrónico final é o de dois elementos conceptualmente diferentes, de modo que o sentido original se perdeu, gradualmente, em favor de uma função que sirva exclusivamente para expressões de *posse*.

3.5 Os verbos *ter* e *haver* na fase arcaica

O desenvolvimento dos verbos *habere* e *tenere* desde o latim ocorre em relação próxima como designadores possessivos (Stengaard, 1999, p. 14; Lapesa, 1984, p. 398-399).

Entretanto, o uso do verbo *ter* para designar *posse* vem sendo marcante somente a partir da primeira fase do português arcaico. De acordo com Löfstedt (1963, p. 79), a substituição por *haver* nesse contexto data do século XII, porém, não há unanimidade entre os estudiosos sobre a datação na qual a troca ocorreu. A base dessa argumentação reside justamente no fato do desenvolvimento linguístico ser um processo diacrónico. Os estágios sincrónicos, pelos quais podemos observar as mudanças semânticas, não ocorrem de um momento para o outro, mas refletem um processo de interferência pragmática, cujo efeito se encontra na interação metonímica e metafórica através dos estágios intermediários que podem se estender de anos a séculos (Heine et al., 1991).

No *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro* do século XIV encontramos no exemplo (1) ainda *haver* designando a relação entre um sujeito e a aquisição do seu nome e, por conseguinte, dos “filhos”. As ocorrências de *haver* mostram traços claros do Esquema de Ação, porém, com elementos definidos de *posse* abstrata na consequência do ato de aquisição. No exemplo (2), de uma cantiga trovadoresca, a *posse* é mais explícita, todavia, tampouco podemos descartar a interpretação incoativa.

1) *haver*: “...rreynou seu filho que **ouue** nome Leyr. E este rrey Leyr nom **ouue** filho, mas **ouue** tres filhas...” Livro de Linhagens do Conde D. Pedro (Oliveira e Machado, 1959, p. 462).

2) *haver*: “Pero das terras **haverei** soidade.” Nuno Eanes Cérzeo, CBN 135; CA 389 (Jensen, 1978, p. 133, v. 13).

Em par com *haver* usava-se o verbo *ter*:

3) *ter*: “..., cá a mim disseram que eu **tenho um filho** João, que há-de montar muito alto e por quem o reino de Portugal há-de haver mui grande honra.” Chronica do senhor rei D. Pedro I (Lopes, 1967, p. 150).

4) *ter*: “..., que diga eu atanto, en meu cantar, que a sua dona que m’ **en sseu poder ten**.” Afonso Fernandez Cebolhilha CBN 404; CV 15 (Abelleira et al., 1996, p. 84).

De modo geral, o verbo *haver* usava-se com mais frequência durante a primeira fase arcaica. Porém, evidencia-se pelas obras da segunda parte dessa fase a substituição comum pelo verbo *ter*, um fato que Manoel Said Ali (1966, p. 113) relata como conhecido e frequente. Por isso, há vários indícios de que os verbos estariam prestes a exercer uma função de substituição livre. Entretanto, o autor sublinha que existem casos em que tal transformação não seria possível. Davam-se, então, conforme observamos acima, a *haver* e *ter* sentidos característicos ligeiramente divergentes, de modo que Said Ali (1966, p. 114) afirma que o verbo *ter* não procede diretamente do verbo latino *habere*.

Sendo derivações do Esquema de Ação observamos que há, na explicação de Said Ali, uma diferença marcante que reside entre a “obtenção” e a “aquisição” de *haver* e os atos de “segurar” e “manter” do verbo *ter*. O último é que exerce a consequência dos atos do primeiro (Said Ali, 1966, p. 115), de modo que está em relação mais próxima ao conceito abstrato de *posse* derivado de “segurar” na forma física e concreta. Nos exemplos do autor consideram-se as frases correntes de “ter à mão” e “haver à mão” onde a última marca certa distância do objeto ao designar uma situação aquisitiva que, por sua vez, gera o estado de *posse*.

A fim de descrever a evolução semântica das construções de verbos *possessivos*, equivalentes a *ter*, Meillet (1923) e Vendryes (1937) propõem o esquema, conforme o quadro 6.

Quadro 6: A evolução semântica do verbo *ter*.

Tomar controle	→	segurar	→	ser proprietário	→	ter (verbo transitivo)	→	ter (auxiliar)
----------------	---	---------	---	------------------	---	------------------------	---	----------------

3.6 “Segurando” conceitos mais abstratos

As construções possessivas, conforme as afirmações de Heine (1997) e outras pesquisas do mesmo gênero, mencionamos Locker (1954), Claudi (1986), Langacker (1978), Heine et al. (1991), Hengeveld (1992) e Stassen (1995), baseiam-se em que um conceito, conforme manifestado em estruturas linguísticas, se analisa através de outros domínios da experiência humana. Uma das funções principais desses domínios, ou seja, dos *esquemas de eventos*, reside em que são providências para a descrição de conteúdo abstrato como, por exemplo, o conceito de *posse*.

Observamos que os esquemas fontes envolvem verbos com um conjunto completo de propriedades, e que esses tendem a se perder quando se tornam marcadores de *posse*. Conforme o verbo *ter* e sua aplicação em relação ao Esquema de Ação, é um dos casos que não seria mais possível recuperar sincronicamente, uma vez que o elemento aquisitivo e a noção física de “segurar” desaparecem. A única construção em que encontramos essa interpretação na linguagem contemporânea é no Pretérito Simples em frases como “*tive* uma carta do meu amigo”.

O uso de *ter* na concepção “segurar algo fisicamente” entrou em vigor alguma vez entre a sua introdução na língua latina e o português arcaico. Porém, logo relacionou-se com novas acepções que também envolviam os domínios abstratos. As mudanças prototípicas do verbo, independente do objeto possuído ser abstrato ou concreto, geraram um sentido mais próximo ao qual Lapesa (1984, p. 399) refere como “ter algo a disposição”. Do ponto de vista sincrônico percebemos os efeitos de uma transferência metafórica de um domínio concreto para um domínio mais abstrato. Conforme a teoria da *metáfora conceptual* (Lakoff e Johnson, 1980) e a compreensão do ser humano como o centro da nossa experiência, sendo uma posição dêitica e natural (Johnson, 1987), o desenvolvimento de *ter* apoia-se, em grande parte, a uma nova concepção prototípica através da metáfora conceptual “o corpo como contentor”, e pela passagem para um domínio ainda mais abstrato através de “a mente é um contentor” e “ideias, estados, sentimentos etc.. são objetos”. De acordo com Lakoff e Johnson (1980, p. 56), uma conceptualização como essa é básica para a mente humana, uma vez que a grande maioria dos conceitos é compreendida através de outros conceitos, digamos, são estruturados metaforicamente. A seguir nesta seção observaremos alguns usos do verbo *tenere* do latim e a passagem para o verbo *ter* nas primeiras obras literárias da fase arcaica da língua portuguesa.

5) *tenere*: “Quod cum dixisset, **tenens manibus** leuatis epistolam ipsam apertam rex, ...” Itinerarium Egeriae, Cap. XIX, v. 9 (ca. 400, D.C.), (Prinz, 1960 p. 22-25).

6) *tenere*: “Et alias causas multas que non **tenuimus**, ...” Noditia deganato, Bezdemarbán, León, Espanha, ca. 1050 (Menéndez-Pidal, 1926, p. 25).

No exemplo (5) deparamos com a frase “ter em mão uma carta” que exprime o significado “segurar” do verbo latino *tenere*. O uso de *tenere* em (6) já é mais abstrato. O significado apoia-se à ideia de “segurar”, porém, metaforicamente compreendido como “segurar em mente”, ou seja, “lembrar-se”. Dessa forma, observamos a transferência para “a mente como contentor”. Mesmo movimentando-se em direção a uma concepção mais abstrata, livre da experiência física de *segurar*, o padrão da forma de (5) “ter em mão” parece ter se mantido, na medida em que se manifesta ainda no português moderno. Contudo, desde o latim, houve mudanças em relação ao sentido prototípico do verbo que, de uma forma mais geral, não representa a noção de “segurar” como “ter em mão”, mas uma noção possessiva claramente abstrata.

De acordo com as teorias de desenvolvimento semântico diacrônico de Heine et al. (1991) e Sweetser (1988; 1990), refletia-se um estágio intermediário onde as relações entre o concreto e o abstrato vinham sendo criadas, para que a ideia de “segurar” se formasse com expressões abstratas. Nessa perspectiva, representa-se uma noção clara de contiguidade entre os mundos concreto e abstrato como no exemplo (7), pela ideia de segurar um conceito abstrato na mão. Em (8), conforme o objeto possuído, que representa uma abstratização de um objeto físico, pois não se refere à noção puramente física de segurar.

7) *ter*: “mha morte **tenho na mão**, ...” Don Denis (CBN 513; V 96), (Abelleira et al., 1996, p. 228).

8) *ter*: “..., ca sempr’ en ela cuidarei, e sepr’ **en** ela ja **terrei o coração**, mentr’ eu viver.” Joan Soárez Somesso (CBN 109; CA 16), (Jensen, 1978, p. 240, v. 26-28).

Desse modo, manifestam-se as noções abstratas a cada vez mais correntes do verbo *ter* na fase arcaica portuguesa. Segundo Stengaard (1999, p. 16), o verbo combinava-se frequentemente com conceitos como *poder*, *estado*, *paz* e expressões de raiva, porém, geralmente ligado por preposições, conforme os exemplos (9) a (13).

9) *ter*: “..., que diga eu atanto, en meu cantar, que a sua dona que m’ **en** sseu **poder ten**.” Afonso Fernandez Cebolhilha (CBN 404; CV 15), (Abelleira et al., 1996, p. 84).

10) *ter*: “Joan Baveca, non **tenho por mal** de se partir...” Joan Baveca e Pedr’ Amigo de Sevilha (CBN 1221;

CV 826), (Jensen, 1978, p. 131, v. 53-54).

- 11) *ter*: "...a vyda de quantos **tiinha em poder**." Crónica geral de Espanha (1344), (Oliveira e Machado, 1959, p. 416).
- 12) *ter*: "cousa que me proe tenha contra quen m' **en coita ten**;" Martín Moxa (CA 304) (Jensen, 1978, p. 237, v. 5-6).
- 13) *ter*: "veio hu som dem de tam alto que el-rey nom se pode **ter em pee** e cayno no cham..." Livro de José de Arimateia (trad. Do séc. XIV), (Oliveira e Machado, 1959, p. 499).

Todavia, por mais concreto que o objeto possuído seja, menos aparece o verbo *ter* em construções com objetos preposicionais:

- 14) *ter*: "nem aquelles que de nos **as terras teuerem**, nem nenhuum outro." Lei de 1211, Afonso II (Oliveira e Machado, 1959, p. 399).
- 15) *ter*: "Per meus negros pecados, **tive un castelo** forte e dei-o a seu dono, e ei medo da morte." Diego Pezelho (CBN 1592; CV 1124), (Lapa, 1970, p. 162, v. 13-14).
- 16) *ter*: "Muito desejei amado, leila doura, que **vos tevesse** a meu lado" Pedro Eanes Solaz (CBN 829; CV 415), (Jensen, 1978, p. 77, v. 21-23).

Durante a fase arcaica portuguesa, encontramos vários casos em que o verbo *ter* aparece em perífrases, contudo, na sua maioria, em ligação com as ideias de "manter", "segurar", "guardar", etc., e até "considerar (como)" nos exemplos (10) e (20), representada pela construção "ter por" (Said Ali, 1966, p. 117). Nos usos em (17) a (19) não se trata do sentido modal que conhecemos do português contemporâneo, mas de uma forma relacionada a "guardar/segurar na mente", ou seja, à "posse de conhecimento" compreendida pela metáfora conceptual "a mente como contentor". Entende-se que as proposições relembram ideias como "compreender", "sustentar uma opinião" e "crêr" (Said Ali, 1966, p. 116), marcando, de forma metonímica a mudança de um termo corporal físico para a mente, isto é, para uma outra parte do corpo, cuja função, por certo, é mais abstrata. Todavia, apontamos que tal transferência, digamos, do domínio de espaço físico para o domínio das ideias, foi conduzida por mapeamentos metafóricos. Os usos ilustram a interação entre os dois processos cognitivos, de modo que não são mutualmente exclusivos, mas exercem funções complementares (Heine et al., 1991, p. 63).

- 17) *ter*: "Per mia malaventura, tive un castelo en Sousa e dei-o a seu don' e **tenho que** fiz gran cousa." Diego Pezelho (CBN 1592; CV 1124), (Lapa, 1970, p. 162, v. 9-10).
- 18) *ter*: "...e todos **tiinhã que** este avia de vencer." Crónica da ordem dos frades menores (1344), (Oliveira e Machado, 1959, p. 425).
- 19) *ter*: "e **tiinha que** Deus lhi fezera gram mercee en o chegar..." Livro de Linhagens do Conde D. Pedro

(Oliveira e Machado, 1959, p. 473).

20) *ter*: “filharam-lhe toda a terra de Leon que ell **tiinha por** sua”, Livro de Linhagens do Conde D. Pedro (Oliveira e Machado, 1959, p. 470).

Observamos que os exemplos acima estão em concordância próxima com o sentido epistêmico “segurar”, sendo expressões abstratas de “segurar mentalmente”, na medida em que são indicações de que houve um desenvolvimento gradual que transferiu o significado lexical “segurar” para a nova conceptualização metafórica “possuir”. Os seguintes exemplos demonstram a coexistência de possuídos físicos e não físicos em termos possessivos abstratos. Por não representarem de forma explícita os elementos aquisitivos, incluímos dois exemplos do verbo *haver* que sublinham a proximidade semântica entre o uso dos verbos *ter* e *haver* na fase arcaica.

21) *ter*: “Pedr’ amigo, esto vus non cero eu, que **o poder** que Deus en Roma deu, que o Balteira tal de Meca **ten**” Vasco Perez Pardal e Pedro Amigo (CBN 1509), (Vasconcelos, 2004, p. 261, v. 30-31).

22) *haver*: “Per meus negros pecados, **tive** un castelo forte e dei-o a seu dono, e **ei medo** da morte.” Diego Pezelho (CBN 1592; CV 1124), (Lapa, 1970, p. 162, v. 13-14).

23) *haver*: “Todos aqueles **dereytos** que y el-rey **ha** e deve aver.” Inquirições de D. Afonso III (Oliveira e Machado, 1959, p. 399).

24) *ter*: “cá a mim disseram que eu **tenho um filho** João, que ha de montar muito alto e por quem o reino de Portugal há-de haver mui grande honra.” Chronica do senhor rei D. Pedro I (Lopes, 1967, p. 150).

25) *ter*: “...todo homem namorado **tem huuma especia de sandice**,” Chronica do senhor rei D. João (Lopes, 1967, p. 150).

Em todos esses usos, o objeto possuidor é animado e, mesmo que haja possuídos abstratos, trata-se metaforicamente de *posse* de objetos pela consideração da extensão metonímica de “segurar fisicamente para segurar mentalmente” e as metáforas conceptuais “a mente como contentor de ideias” e “ideias são substâncias” que guiam tal extensão. Nessa perspectiva, Pountain (1985) sugere o cenário de desenvolvimento de abstratização dos verbos possessivos conforme o quadro 7. Notamos que os usos apresentados confirmam que houve mudanças a respeito de noções temporárias para permanentes e uma fortificação gradual do uso cada vez mais frequente de *posse* como um conceito abstrato, ou seja, embora o objeto possuído seja concreto, a noção possessiva torna a ser abstrata.

Quadro 7: A abstratização dos verbos possessivos (Pountain, 1985).

Esquema de Ação →	Físico →	Permanência →	Inseparável
“adquirir”, “segurar”	Posse	Posse	Posse

3.7 “De pessoa para objeto” - *Personificação*

A partir da noção prototípica de permanência, que observamos no quadro 4, o verbo *ter* como designador do conceito de *posse* tem adquirido novas capacidades em relação às qualificações como verbo possessivo. Segundo as teorias dos processos cognitivos, tal aquisição é possibilitada através da criatividade metafórica, como por exemplo, aquela que promove o desenvolvimento de conceitos em “a mente como contentor”. De acordo com as noções prototípicas de *posse*, de Taylor (1989) e Heine (1997), nos deparamos, por conseguinte, com uma mudança importante no que diz respeito à *posse inanimada* (Heine, 1997, p. 87). As expressões que anteriormente eram definidas pelos sujeitos humanos passam a ser usadas para objetos através da metáfora “de pessoa para objeto”.

A *personificação* é uma estratégia comum que nos permite considerar uma grande variedade de experiências com entidades não-humanas em termos de motivações, características e atividades humanas (Lakoff e Johnson, 1980, p. 33). Conforme veremos em relação ao desenvolvimento gramatical do verbo *ter*, Heine et al. (1991, p. 169-170) alegam que o tratamento de entidades não-humanas em termos de propriedades humanas é responsável por vários aspectos das mudanças gramáticas. Tais observações serão, também, básicas em relação ao estudo no capítulo 4.1 sobre a extensão metafórica do verbo *ter* na oração existencial. Desse modo, a extensão de *animado* para *inanimado*, em certas estruturas linguísticas, gera uma marcação mais gramatical dos lexemas envolvidos e, portanto, também uma função ainda mais gramatical. Observamos o seguinte exemplo de Heine et al. (1991), (traduzido para português):

- a) **Alice** *consumiu* todo o macarrão.
- b) **A inflação** *consumiu* toda a minha poupança.

A introdução de personificação em relação ao verbo *ter* e construções possessivas parece datar do período arcaico. Encontramos diversos usos nas obras literárias da época em que objetos inanimados, de modo paralelo com o uso em (b) acima, dominam a capacidade de “possuir”. Porém, como parte do desenvolvimento para um uso mais abstrato, é visível que se elimine gradualmente a antiga designação prototípica de “segurar” algo físico, já que essa capacidade é menos pertinente aos objetos inanimados. Nos exemplos (26) e (27), os possuidores são humanos, mas o possuído depende de, e pertence a, um constituinte locativo de um objeto não-humano.

26) *ter*: “Ha raynha **tinha em um anel hua esmeralda...**” Ulisses (Castro, 2000, p. 149, v. 30-31).

27) *ter*: “...per cima de *quantos* elle cá **no reino tinha**, ...” Ulisses (Castro, 2000, p. 158, v. 289-290).

Em (28) e (29), os possuidores são objetos não-humanos:

28) *ter*: “...pero, com todo esto, **ella**⁶ **nõ tijnha casas proprias** em que leessem e fizessem sseus aucto escolasticos.” Carta de doação à universidade de Lisboa (1431), (Oliveira e Machado, 1959, p. 408).

29) *ter*: “..., mas era conheçyda **minha dor**, que nam **tem cura**.” Cancioneiro geral de Garcia de Resende (Oliveira e Machado, 1959, p. 230).

Não é incomum as construções *inanimadas* de *ter* aparecerem como em (28), com o pronome pessoal da terceira pessoa. O mesmo fenômeno de personificação ocorre na linguagem contemporânea, de igual modo, como forma comum de substituto dos pronomes âtonos de objeto direto. A “criatividade” metafórica é, dessa maneira, explícita nas frases e, de acordo com Lakoff e Johnson (1980) e Heine et al. (1991), o padrão reflete claramente a descrição dos conceitos inanimados em termos de conceitos com propriedades humanas.

3.8 Considerações adicionais

A hipótese principal da análise do protótipo do verbo *ter* é que a noção relativamente abstrata de *posse* deriva de domínios de experiência mais concretos, no caso, do Esquema de Ação. Desse modo, há indícios de que o conceito prototípico que se relaciona com o verbo não seja o mesmo de dois mil anos atrás. Pelo fato do processo contínuo de abstratização e criação de novos sentidos fazer com que novos conceitos mais abstratos se relacionassem com o verbo, é viável acreditarmos que a noção de *posse* abstrata surgisse logo antes ou durante o período arcaico da língua portuguesa. Por isso, observamos que os usos mais periféricos surgem, na medida em que objetos abstratos são conceptualizados como possuídos e sujeitos inanimados personificados, em certos contextos, passam a exercer o papel de possuidor.

Ao abordarmos os usos gramaticalizados e conceptualmente mais distantes do protótipo possessivo, dispomos, desse modo, de dados centrais a respeito das fontes e do desenvolvimento da diversidade de construções que envolvem o verbo *ter* na língua portuguesa. Por isso, no próximo capítulo estudaremos o desenvolvimento da oração

⁶ “ella”, neste caso, refere a uma universidade.

existencial, as construções de modalidade de *obrigação* e o verbo auxiliar *ter* em tempos verbais compostos.

Capítulo 4: Uma análise de polissemia lexical e gramaticalização

Parte I – um fenômeno de polissemia lexical

4.1 A oração existencial (uma extensão metafórica)

A oração existencial no português documenta a continuação do desenvolvimento do Esquema de Ação, que se espelha pela extensão metafórica e a personificação coerente com as construções do verbo *ter* na posse predicativa. Entretanto, levantam-se várias perguntas a respeito da base linguística dessa oração, que formalmente é representada pelo verbo *haver*, mas que na linguagem falada do Brasil, desde os meados do século XX, vem sendo codificada pelo verbo *ter*.

Pelo que sabemos, a oração existencial do latim existia originalmente por meio do verbo *esse* (Said Ali, 1966, p. 114). Desse modo, os verbos de posse predicativa, que mais tarde vinham a assumir o lugar das orações existenciais impessoais, teriam adquirido os pertinentes valores semânticos somente a partir de um estágio mais próximo, ou durante, o período arcaico.

Birte Stengaard (1999, p. 13) observa que há uma distinção marcante entre os verbos *esse* e *haver*. Benveniste (1960, p. 187-193) explica tal divergência pelos verbos existenciais representarem dois conceitos nas línguas mundiais; *existência* e *identidade*. Por esse motivo, com a entrada do verbo *haver*, *esse* limita-se à função de um verbo cópula que representa estados intrínsecos ao sujeito, ou seja, sublinha-se a *identidade*. Os estados denominados por *habere*, por sua vez, são externos ao sujeito, de modo que o verbo funciona como um verbo transitivo sem que represente a identidade. Uma provável consequência da introdução de um verbo como *habere*, de acordo com Stengaard (1999), poderia ter sido a redução desses contextos que antigamente encaminharam os verbos do tipo *esse*. Observamos acima (seção 3.3), a substituição da construção “(liber) mihi est” por “habeo (librum)”.

4.1.1 As fontes existenciais e a base locativa

Antes de abordarmos a análise do trajeto do domínio de *existência*, devemos recuperar alguns fatos que geraram os pertinentes contextos de uso. De acordo com as *fontes conceptuais* do quadro 5, encontramos, entre outros, três esquemas existenciais, de *genitivo*, *objetivo* e *tópico* (Hengeveld, 1992; Stassen, 1995). Entretanto, os esquemas são ocorrências do que Bernd

Heine (1997) refere como *existência estendida*, na medida em que são representados por mais do que uma proposição na forma de, por exemplo: “Y existe com referência a X” ou “Y existe para X”. Este, conforme o Esquema de Objetivo, supostamente gerou a construção possessiva “mihi est”. Em relação à questão das orações puramente existenciais, tais esquemas podem ser enganosos por apenas serem extensões do que Heine (1997, p. 57) nomeia de *existência nuclear*, formada por uma única proposição, “Y existe”. Ao propormos um desenvolvimento linguístico para as orações existenciais como extensões metafóricas do Esquema de Ação e, por conseguinte, de verbos possessivos, descartamos a ideia de haver um simples reverso conforme o esquema [existência > posse > existência], uma vez que não temos conhecimento de nenhuma língua onde a existência nuclear proveencie a fonte para a posse predicativa (Heine, 1997, p. 96-97).

Várias pesquisas têm sido realizadas para explicar a coerência entre as expressões de existência e posse por verbos do tipo *ter* e *haver*. Citamos principalmente Freeze (1992) que, baseado em Lyons (1967) e Clark (1978), tenta mostrar que as construções de verbos possessivos do tipo “*ter*”, locativos predicativos, e construções existenciais, são todas membros de uma estrutura básica com um predicado preposicional, referente ao que ele chama de *paradigma locativo*, constituído pelos argumentos “localização” e “tema”. As diferenças entre as frases no quadro 8 de Freeze, baseiam-se em que (a) tem um tema definido que se situa na posição de sujeito, rendendo o *predicado locativo*. Alternativamente, como em (b), pode haver um tema indefinido, na medida em que a localização muda para a posição do sujeito “*there*”, gerando o *existencial* (Freeze, 1992, p. 559). Em (c), o predicado *have/ter* é interpretado como um predicado locativo na forma de um verbo cópula, e o seu sujeito como uma localização. De acordo com Freeze (1992), a divergência entre as duas cópulas “*be*” e “*have*” encontra-se em que o primeiro é existencial com um argumento locativo não-humano, enquanto o argumento locativo do segundo é humano.

Quadro 8: O paradigma locativo (Freeze; 1992, p. 558).

	Inglês	Português	Tipo de oração
a)	The book is on the bench.	O livro está no banco.	predicado locativo
b)	There is a book on the bench.	Há um livro no banco.	Existencial
c)	Lupe Has a book.	Lupe tem um livro.	“Have/ter”

Quanto às teorias de *esquemas de eventos e conceitos fontes*, de Langacker (1978), Hengeveld (1992), Stassen (1995) e Heine (1997), a análise de Freeze se depara com vários problemas relativos ao desenvolvimento de uma só estrutura subjacente universal para as construções possessivas. Primeiramente, de acordo com Heine (1997, p. 221), há falhas pela estrutura de *o paradigma locativo* de Freeze (1992) corresponder mais com um estágio gramaticalizado do Esquema de Localização, já que todas as construções que Freeze analisa são derivações desse esquema. Nessa perspectiva, ignora-se que a grande variedade de construções possessivas derivem de um espectro de fontes conceituais distintas, na medida em que a teoria, que se baseia em apenas um de vários esquemas possíveis para o desenvolvimento de construções possessivas, não é apropriada para uma explicação multilinguística de *posse*.

Além disso, pela base locativa desaparecerá a noção prototípica de *posse*, cujo sentido principal é de “permanência” (ver quadro 4). Por exemplo, em uma frase como “João tem um carro” não haveria mais o sentido de “o carro” ser uma propriedade. Seria um objeto “associado a João por localização”, quer dizer, apenas como posse física. Porém, apesar das falhas, Freeze (1992) faz a observação importante de que, em algumas línguas, as construções de verbos possessivos e existenciais tendem a se distribuir, sendo complementares pelos parâmetros [+/- humano]. Sua conclusão é que esses parâmetros (para ele de localização) seriam responsáveis por diversas diferenças superficiais entre o existencial e as estruturas possessivas (Freeze, 1992, p. 585). Por isso, manteremos no presente estudo a ideia de que a *localização* teve importância na aquisição do valor existencial, contudo, diferente de Freeze, a partir de conceitos possessivos já convencionalizados. Embora existam construções possessivas derivadas do Esquema de Localização, onde um possuidor metaforicamente se conceptualiza em termos de um lugar (Heine; 1997, cap. 2), parece pouco provável que o sentido possessivo dos verbos *ter* e *haver* tenha surgido através dessa esquematização.

4.1.2 *Esse > ser > haver/ ter*

Apontamos acima que o primeiro verbo a exercer a função existencial no latim foi o verbo *esse*. Através desse verbo desenvolveu-se *ser* que ainda no período arcaico construía orações existenciais.

30) *ser*: “...non **foi** quem podesse...” (Citado em Mattos e Silva, 1997, p. 262).

31) *ser*: “...seen empeço d’ome que **seja**...” (Citado em Mattos e Silva, 1997, p. 262).

Todavia, havia entrado em vigor a possibilidade de escolher o verbo *haver* tanto como *ser* (Mattos e Silva, 1994, p. 72). Tal fato acabou excluindo *ser* das estruturas e, por especializar-se como verbo existencial, *haver* por fim descarta o etimológico *ser* (Mattos e Silva, 1994, p. 79). É possível que, já em meados do século XVI, *haver* seja o principal mantenedor do contexto existencial (Callou e Avelar, 2002, p. 51). Por conseguinte, observa-se que o verbo *existir*, que até o século XV não se usava nas construções, e mais tarde o verbo *ter*, no Brasil, vinham afastando *haver* desse uso (Mattos e Silva, 1994, p. 73). Desse modo, mesmo sendo documentado uma grande preferência por *haver* em contextos escritos, há estudos que evidenciam que o verbo *ter*, na modalidade oral brasileira, seja o item lexical mais frequente para a expressão de existência (Franchi et al., 1998; Callou e Avelar, 2000).

Há também os que acreditam que o uso do verbo *ter* por *haver* nesse contexto era abundante já pela herança arcaica, conforme indica Francisco da Silveira Bueno (1967, p. 196). Contudo, pela falta de dados orais do período arcaico para, pelo menos século XIX, tais proposições continuam sendo suposições e, portanto, não se evita a incerteza sobre a quantidade de uso do verbo *ter* e seu desenvolvimento em contextos existenciais. Porém, existem dados já no português medieval indicando que a hipótese de Bueno tem fundamento, já que os primeiros indícios documentados por escrito de uma tendência existencial datam do português arcaico. Talvez não se trate de uma forma existencial conscientemente usada, mas da manifestação de um estágio intermediário entre *ter* possessivo e *ter* existencial.

4.1.3 O elemento locativo como possuidor

Observamos um desenvolvimento do verbo *ter* que, de acordo com Heine (1997) e Heine et al. (1991), gera a posse predicativa a partir dos esquemas de eventos básicos da nossa experiência, o Esquema de Ação. Por conseguinte, conforme os estudos de Heine (1997, p. 45-75), constatamos que há capacidades possessivas que fazem que os verbos possessivos sejam capazes de se desenvolver em verbos existenciais, particularmente, em casos onde o verbo de posse predicativa aparece em terceira pessoa singular (Heine, 1997, p. 95). Em comparação com a teoria do *paradigma locativo*, de Freeze (1992), compreendemos que há falhas de acordo com o desenvolvimento diacrônico do verbo *ter*. Entretanto, sua ideia de que os locativos desempenham um papel importante no desenvolvimento de verbo possessivo para existencial será uma chave central para nossa pesquisa.

Conforme aponta Lyons (1979, p. 410), a ocorrência de locativos em construções existenciais é comum em muitas línguas. O autor cita, por exemplo, a expressão inglesa “*there is*”, o *y* do francês “*il y a*” e o *da* de alemão “*ist da*”. Lyons justifica essa relação pelo fato de que, para se dizer que alguma coisa existe, é necessário a complementação com uma expressão locativa ou temporal. Dados arcaicos de *haver* como verbo existencial refletem bem tal concepção locativa.

32) *haver*: “E pois que s’este preito começou **antr**’ eles ambos, **ouve** grand’ amor...” Fernão Velho (CBN 1504), (Lapa, 1970, p. 234, v. 22-23).

33) *haver*: “...pois vós tal cousa fostes consentir: que, de quantas molheres **no mundo á** de todas vós gran mal fostes dizer ...” Joan Vaásquis e Joan Airas (CBN 1551), (Lapa, 1970, p. 371, v. 3-5).

Para Lakoff (1987, p. 518) “as coisas que existem, existem em localizações”. De acordo com o autor, sabemos que algo existe quando está em nossa presença, na medida em que há uma metáfora que diz “existência é localização aqui e não existência é localização distante”. Entretanto, para explicarmos a aquisição do sentido existencial do(s) verbo(s) *ter* (e *haver*), será necessário considerarmos vários elementos que geram a transferência metafórica entre os domínios de *posse* e *existência*.

4.1.3.1 A metáfora como guia para mudanças metonímicas

Heine (1997, p. 206) descreve o processo de transferência metafórica entre posse predicativa e existência como um dos mais comuns na criação das expressões existenciais. Ao invés de um possuidor humano, o possuidor é não-humano, isto é, um objeto é personificado através da metáfora “de pessoa a objeto”. Conforme veremos, o marcador desse participante é derivado normalmente de um pronome inanimado da terceira pessoa singular. O uso de *ter* no exemplo (34) é um reflexo desse processo. Embora sua interpretação ainda seja possessiva, documenta-se a referência à localização pela preposição *em* e trata-se de um possuidor não-humano, uma “carta”. Se fóssemos parafraseá-lo, observamos que o caminho para o domínio existencial é curto:

34) *ter*: “Se acabas tu de ler, esta carta que te mando, ou sse a noua molher, t’o não consente fazer, ja de mym s’ arreçando, E porem sem affeyção a ley, que **nela**⁷ veras que **nam tem**, nem letra não, escrita com grega mão, com que tu não folgaras...” (Oliveira e Machado, 1959, p. 250-251, v. 31-40).

34b) *paráfrase*: “E porem sem affeyção a ley, que **nela** veras que **nam existe**...”

⁷ “nela”: traz referência a uma carta.

Apresentamos um uso semelhante em (35), porém, como o sujeito localizador “a ponte” se posiciona mais distante do verbo *ter*, as noções existenciais são mais explícitas.

35) *ter*: “**A ponte** he dum soo arco tamanho que passa o Tejo por ele, e dous arcos pequenos que estam em seco pera quando enche; e **tem** duas grande torres a entrada e sayda da ponte...” Ulisses (Castro, 2000, p. 471, v. 156-159).

Observamos que a mudança conceptual entre os domínios de *posse* e *existência* depende de uma transferência metafórica. Contudo, ao observarmos que as capacidades lexicais e a transformação em usos mais parecidos com o de uma oração existencial são graduais, há necessidade de considerarmos, também, outros processos cognitivos. Segundo Heine et al. (1991) e de acordo com as observações no capítulo 2.5.3, estamos diante de um caso de metáfora emergente, cujo fundamento não se baseia em “pulos” conceptuais, mas na metonímia, que se manifesta através de interferências pragmáticas (Sweetser, 1988; 1990; Hopper, 1994; Bybee et al., 1994). A partir desse fundamento teórico, temos uma base para compreendermos melhor as mudanças e as dificuldades em relação à interpretação dos usos do verbo *ter* nesse estágio, digamos, intermediário, de modo que se confirma a proximidade entre os conceitos de *existencia* e *posse*. Conforme Mattos e Silva (1996), já na *Carta* de Pero Vaz de Caminha, detecta-se uma estrutura em que *ter* recebe as duas interpretações:

36) *ter*: “...se metiam (*eles*) em almaadias duas ou tres que **hy tiinham**.” Carta de Pero Vaz de Caminha (fol. 5, 31-32), (Citado em Mattos e Silva, 1996, p. 187).

A interpretação ambígua do uso no exemplo (36) manifesta-se pela frase ser constituída por um sujeito, aqui nulo, bem como por uma localização. Nessa perspectiva, não temos evidências claras de uma interpretação definitiva que, por sua vez, dependeria da relação entre o verbo *ter*, ora com o advérbio de lugar na frase subordinada, ora com o sujeito do verbo na oração principal. De acordo com Mattos e Silva (1996) foi por estruturas desse tipo que se iniciou a “invasão” do verbo *ter* no campo existencial.

O mais provável é que a invasão ocorra através de processos cognitivos naturais, já que a recorrência de uso leva o verbo a adquirir um papel mais central na língua portuguesa. Entre as consequências disso está o fato de *ter* aumentar seu campo semântico ao chegar mais perto dos tempos modernos. Dessa maneira, criam-se relações entre o sentido pleno e os conceitos mais distintos com mais facilidade, gerando extensões metafóricas do sentido prototípico.

Ao entrarmos no século XVI, observaremos, na próxima seção, algumas ocorrências do verbo *ter* na obra *Os Lusíadas*, de Camões. O estágio intermediário entre *existência* e *posse* manifesta-se por haver vários usos em que as duas interpretações são viáveis.

4.1.4 A oração existencial em *Os Lusíadas*

A observação principal que se faz pela obra de Camões, mostra um uso frequente de uso ambíguo entre *posse* e *existência*. Relembramos que esse fato, segundo Heine et al. (1991, p. 65), se fundamenta em um processo natural metafórico. O autor baseia sua afirmação em duas alegações; (a) envolve-se nesse processo uma transferência de passos discretos de um domínio cognitivo para outro e (b) que o processo é gradual e contínuo. No caso da interpretação existencial, o grau de abstratização dos sujeitos se afirma por ser mais forte através do uso corrente em forma de “lugares”, sintagmas preposicionados ou advérbios locativos. Tratar-se-ia, dessa forma, de uma mudança de domínio conceptual conforme a metáfora “o objeto é um espaço” (Heine et al., 1991, p. 67-69). De acordo com tal conceptualização, no exemplo (37) há traços de uma interpretação existencial.

37) *ter*: “Por ella o solta, crendo que **ali tinha** penhor bastante, donde recebesse interesse maior do que lhe vinha, ...” *Os Lusíadas* (Camões, 1995, VIII-95 (fac-similar)).

Nos exemplos (38) a (41) observam-se complementos circunstanciais que, conforme o grau de abstratização, representam a transferência metafórica “de *objeto* para *espaço*”.

38) *ter*: “...lhe diz que, pois as agoas discorrendo, os levarõ por forca por diante, que outra ilha **tem perto**, cuja gente eram cristãos com muros juntamente.” *Os lusíadas* (Camões, 1995, I-101 (fac-similar)).

39) *ter*: “**Aqui** tam pouca força **tem** de Apolo, os rayos que no mundo resplandecem. Que a neve está contido pelos montes, gelado o mar, geladas sempre as fontes.” *Os lusíadas* (Camões, 1995, III-8 (fac-similar)).

40) *ter*: “Porem dizem lhe todos que, **tem perto Melinde**, onde acharão piloto certo.” *Os lusíadas* (Camões, 1995, II-70 (fac-similar)).

41) *ter*: “Mando o soltar com tudo, e assi caminha pera a pouoação que **perto tinha**.” *Os lusíadas* (Camões, 1995, V-29 (fac-similar)).

Os usos indicam uma mudança que séculos mais tarde irá se convencionalizar de modo existencial. As pesquisas de Callou e Avelar (2002) em jornais e revistas brasileiros do século XIX mostram alta frequência de usos semelhantes aos de *Os Lusíadas*, entretanto, de uma forma obviamente aplicada à interpretação existencial. Os autores (2002, p. 52) observam frases como: “*lá não tem tranças de imitação*” e “*na casa tem muito comodo*”. Os advérbios locativos e/ou sintagmas preposicionais sublinham a existência em relação a um “lugar”, de

modo que os complementos diretos parecem não constituir a função de algo possuído, mas, conforme apontamos na seção 4.1.3; “a existência em localizações”. Nessa perspectiva, a maior diferença dos usos de *ter*, em Camões, reside em que, no último, há ainda a possibilidade de ter um sujeito possuidor que mantém a interpretação possessiva.

Portanto, os usos em *Os Lusíadas* manifestam o estágio intermediário. Conforme aponta Nogueira (1960, p. 395), a respeito do exemplo (38), “o fato de Camões escrever indistintamente a forma “tem”, isto é, em singular, levanta a hipótese de o poeta usar *ter* em concordância com *haver* impessoal de igual modo ao uso corrente no Brasil”. Entretanto, pela possibilidade do verbo ser do plural, tendo como sujeito “os navegantes”, é também viável mentermos a interpretação possessiva. O uso de *ter* em (40) apresenta uma interpretação semelhante. Porém, segundo Nogueira, é pouco provável a participação de “os navegadores” como sujeitos, sabendo que estes “chegaram de longe a uma terra desconhecida” (Nogueira, 1960, p. 395). O autor baseia-se também em João de Barros que conta a mesma história: “...*e dêles como adiante estava uma vila chamada Melinde*”. O verbo *estar* representa nesse caso uma forma existencial.

4.1.5 O aumento de uso do verbo *ter* entre os séculos XVIII e XX

De acordo com os estudos de Callou e Avelar (2002), em jornais publicados do século XIX, *haver* se usa mais frequente do que *ter* nas orações existenciais. Trata-se de uma diferença de 78% *haver* e 22% *ter*. Portanto, não há dúvida sobre a preferência de *haver* em contextos escritos. Os usos de *ter* como em (42) a (46) são encontrados em cartas, romances e poemas do século XVIII ao século XIX e mostram que a noção existencial em contextos do verbo *ter* ainda dependia de uma expressão locativa. As frases manifestam o paralelismo entre as expressões locativas, possessivas e existenciais, cujas interpretações relatam uma marcada proximidade semântica.

42) *ter*: “As notícias de Felis de Azevedo Carneiro e Cunha Tenente General São Sertas mas elle inda esta nestas minas dispondo doque **nellas tem**: ...” Vila Rica – MG, 28 de outubro de 1726 (Andrade, 2007, transcrição 10, p. 102).

43) *ter*: “Com vento em cujas casas que tam porta para a mesma rua detrás do carom **tem** outra **nos fundos dela** que se comunica...” Rio de Janeiro em 31 de julho de 1783 (Monte, 2007, l. 345-347, p. 181).

44) *ter*: “Pela animação que tem **tido em** tão curto **espaco**...” Porto Feliz, 20 de fevereiro de 1872 (Almeida, 2007, L. 13-14, p. 265).

45) *ter*: “Dizendo isto, Luís Batista engoliu o resto, já frio, do café que **tinha na xícara**, ...” Ressurreição, 1872 (Assis, 1977, p. 92).

46) *ter*: “A parte do fundo da varanda era asseada felizmente e destacava-se pela profusão de pássaros que lá **tinham**”, O Cortiço, 1890 (Azevedo, 1995, p. 183).

Não se permite somente pelos dados aqui documentados chegar a uma conclusão definitiva do valor existencial do verbo *ter*, já que certos usos ainda, de certa forma, poderiam constituir uma ideia possessiva. Entretanto, estudos sobre a oração existencial na linguagem oral mais recente confirmam que o verbo *ter* vem se convencionalizando como protótipo também nesse contexto.

As pesquisas de Callou e Avelar (2000) baseiam-se em um conjunto de 1573 construções existenciais, extraídas de entrevistas com indivíduos de nível superior, nas décadas de 70 e 90. A frequência de *ter* na década 70 chega aos 73% em relação a *haver*. Por conseguinte, os mesmos autores estudaram o uso de *ter* entre falantes de 25 a 35 anos na década 90, e o percentual de uso desse verbo alcançou os 98%. Porém, os autores apontam que *haver* ainda continua a ser o verbo principal na modalidade escrita. A última afirmação nos leva a crêr que seja razoável considerarmos que a datação da entrada do uso existencial do verbo *ter* na linguagem oral se encontre mais cedo do que os dados escritos sugerem.

4.1.6 Um desenvolvimento conceptual de *posse* para *existência* – “o espaço como contentor”

De acordo com as teorias apresentadas no presente estudo, compreendemos que as associações com o verbo *ter* têm mudado, ou, eventualmente, adquirido novos sentidos ao longo dos tempos. A trajetória que desenhamos através dos exemplos, neste bloco, indica que, mais cedo ou mais tarde, deve ter havido uma troca conceptual que ampliou o sentido do verbo, convencionalizando a extensão metafórica de *existência*.

Apontamos acima, conforme Heine (1997), Heine et al. (1991) e pela hierarquia de gramaticalização (quadro 1), que os domínios de *espaço* e *posse* são conceitos próximos. O espaço é uma localização abstrata que facilmente se relaciona com *posse*, de modo que um objeto não-humano ou outros conceitos abstratos podem designar lugares “em que algo existe”. Ao afirmarem que as distinções entre *posse* e *existência* se exprimem através de expressões locativas, as pesquisas de Lyons (1977), Freeze (1992) e outros, têm providenciado dados importantes para o estudo de extensão metafórica nos níveis lexical e gramatical.

Segundo Lyons (1977, p. 718), as estruturas surgem pela fonte de *localização abstrata*. Tal afirmação não está em coerência com a teoria mais ampla dos *esquemas de eventos*, de modo que é importante reconhecermos que a fonte locativa não seja a única fonte possessiva. É mais pertinente propormos, para as construções existenciais do verbo *ter*, um esquema metafórico surgido de um verbo já possessivo, baseado na metáfora conceptual “o espaço como contentor”. Desse modo, as frases como “*aqui tem muita gente*” e “*têm muitos planetas no universo*” manifestam-se como existenciais pela troca conceptual de *posse* para *existência*. Ao sublinharmos este último passo, observamos nos exemplos (47) e (48), da linguagem contemporânea, que a necessidade de mencionar a localização do “existente” se perde, na medida em que as proposições se tornam referências à existência em si.

47) *ter*: “...é **tem**... **tem** vezes que a gente sai do teatro (vai a um)... jantar... né?... depois vai pra casa... **tem** dia que não... **tem** vezes que a gente vai direto até né?” (NURC, 1996, inq. 17, masc. 38 anos).

48) *ter*: “Não, eu sempreo meu sonho, na realidade, era ser advogado. Então, eu comecei ...quando eu saí, eu não estava acostumado a estudar e trabalhar, **tem** esse detalhe também, né?” (NURC, 1992, inq. 28, masc. 61 anos).

4.1.7 O português europeu e o português do Brasil

Ao compararem o português do Brasil (PB) e o português europeu (PE) Callou e Avelar (2007, p. 13) perceberam que o PE “pode apontar um sujeito possuidor foneticamente nulo”, diferentemente do brasileiro, que já toma as frases, conforme os exemplos (49) a (52), como existenciais. Nesses usos, da linguagem contemporânea do Brasil, observam-se conceitos puramente existenciais que não referem a lugares, localizações ou objetos de forma explícita. O elemento que aponta para um possuidor, por exemplo, na forma de uma localização, é omitido. Dependendo de forças metonímicas, como em “parte para todo”, observamos, desse modo, que se permite a transferência conceptual entre *posse* e *existência*. O mesmo não ocorreu no PE que mantém que o sujeito nulo age como possuidor.

49) *ter*: “Mas **tem** diversos tipos de, de exercícios, né, atendendo uma determinada finalidade.” (NURC, 1972, inq. 96, masc. 25 anos).

50) *ter*: “Entre usar e acabar, bom, **tem** as lavagens.” (NURC, 1972, inq. 96, masc. 25 anos).

51) *ter*: “Eu acho que essa série teve uma participação muito grande no, em todo processo político e tal. **Tem** o lado bom, tá. Eu acho que o brasileiro, a gente tem aquela fama de acomodado,” (NURC, 1993, inq. 12, fem. 27 anos).

52) *ter*: “Cê pára no sinal, você presta atenção se **tem** pivete, se **tem** alguém olhando meio suspeito,” (NURC, 1993, inq. 12, fem. 27 anos).

Através desses fatos, confirmamos que *ter* no PE não representa a extensão metafórica que identificamos no PB, digamos, o verbo não adquiriu o sentido existencial. O divergente estado atual indica-se bem pela conversa observada por Mary Kato (2004, p. 261) entre um português e uma brasileira. A compreensão do português é de um conceito possessivo e a da brasileira é existencial.

João: – **Tem** uma tesourinha?

Mary: – **Tem**.

João: – ‘**Tem**’, não. ‘**Tenho**’.

Mary: – Não, é ‘**tem**’ mesmo.

Parte II – A gramaticalização do verbo *ter*

4.2 Os verbos auxiliares

Antes de analisarmos o verbo *ter* em construções de modalidade e nos tempos compostos, faremos uma breve observação sobre o termo *auxiliar*, cuja definição tem sido alvo de discordância entre vários estudiosos. Isso porque auxiliaridade diz respeito às entidades que fazem parte dessa categoria, quer pelas propriedades verbais lexicais quer pelas propriedades gramaticais. Discorda-se, também, sobre a relação semântica entre o auxiliar e o verbo principal. Linguistas como Akmaijan e Heny (1975) consideram o auxiliar como um elemento independente da frase verbal, enquanto, Chomsky (1957) o considera um constituinte frasal. Simultaneamente, tem sido sujeito a discussão definir a questão da dependência entre os verbos da perífrase. Conforme Matthews (1981) e Huddleston (1984), o auxiliar é dependente do verbo principal, enquanto Edmondson e Plank (1975) defendem que o verbo principal depende do auxiliar.

Apesar das divergências, muitos linguistas mantêm a hipótese da categoria *auxiliar* ser um conceito “universal” (Jackendoff, 1972; Steele, 1978; Akmaijan et al., 1979), no entanto, a função dos auxiliares ainda é temática polêmica.

As teorias sobre a gramaticalização (seção 2.5), dizem que o processo de auxiliarização é gradual, e nem sempre é possível observar essa gradação sincronicamente. Desse modo, observam-se falhas nas discussões sobre o valor dos verbos auxiliares. Duas hipóteses têm identificado essas discussões; (1^a) trata-se de uma categoria distinta dos verbos e de outras

categorias,⁸ e (2ª) o auxiliar pertence à categoria dos verbos principais, porém, exibindo certas necessidades “escondidas”.⁹ Entretanto, observamos Givón (1975; 1989) e Bollinger (1980) que levantam uma terceira hipótese, dizendo que não há uma fronteira definida que separa o auxiliar do verbo principal, ambos são elementos graduais e contínuos.

Ao afirmarmos que a descrição atual dos verbos auxiliares depende de um processo gradual de gramaticalização, registramos que talvez não haja base para uma definição categórica do termo. A consequência disso é um contínuo entre os sentidos lexical e gramatical, de modo que os verbos auxiliares podem representar diferentes graus de saliência no que diz respeito ao valor semântico.

Heine et al. (1991, p. 231) observam, dessa forma, a gramaticalização pelo desenvolvimento de *híbridos linguísticos*. Pelo fato dos verbos auxiliares serem produtos gramaticais de verbos lexicais, desenvolvidos gradualmente, confirma-se a ideia de que, em certos estágios do processo, o sentido lexical prevalece em conjunto com os valores gramaticais adquiridos. Portanto, cada caso de auxiliarização deve ser analisado independentemente de outras construções. Voltaremos a esse assunto através das análises nos blocos 4.3 e 4.4.

4.2.1 Os domínios nocionais do verbo auxiliar

Por ter um desenvolvimento gradual, a categoria auxiliar não poderia depender de condições paramétricas. Portanto, segundo Heine (1993) e lembrando as teorias de *protótipos* de Rosh (1973), e dos MCI de Lakoff (1987), vários elementos podem dizer se um elemento é um bom ou um mau exemplo da categoria auxiliar. Heine (1993, p. 22-24) destaca os fatos de que os verbos auxiliares;

- a) tendem a providenciar expressões para um pequeno espectro de domínios nocionais, nomeadamente; tempo, modo e aspecto;
- b) não são claramente lexicais, nem gramaticais;
- c) podem ocorrer também como verbos principais;
- d) expressam funções gramaticais, mas exibem, até certo ponto, morfo-sintaxe verbal;

⁸ Ver, por exemplo, Akmaijan et al. (1979) e Steele et al. (1981).

⁹ Nessa direção observamos Ross (1969; p. 77) que categoriza os verbos principais e os auxiliares na mesma categoria lexical pelo fato dos dois corresponderem ao parâmetro [+V]. Porém, há uma distinção entre verbos como *ter* e *ser* que, diferentemente de *comer* e *cantar* contém também o parâmetro [+AUX]. Ver também Pullum (1979) e Schacter (1983).

- e) podem não ser o “predicado principal” da frase;
- f) tendem a ocorrer separadamente do verbo principal, na medida em que, na presença de um auxiliar, o verbo principal usa-se na forma não-flexionada, geralmente como *infinitivo, participio* ou *gerundio*.

Segundo Heine (1993; 1997) e Bybee et al. (1994), as noções particulares dos verbos auxiliares dizem respeito às noções gramaticais como *tempo, modo* e *aspecto*. A maioria dos estudos sobre auxiliares inclui duas ou mais dessas noções na definição da categoria. Steele (1978) reconhece todas as três como constituintes núcleos. Entretanto, visões alternativas de Akmajian et al. (1979) e Langacker (1991) apontam apenas *tempo* e *modalidade* como noções centrais, enquanto Pullum e Wilson (1977) a relacionam com *modo* e *aspecto*, excluindo o *tempo*.

Como o objeto de nosso estudo são as construções de “ter/haver de (que)” e o verbo *ter* em construções verbais compostas. Saber se uma dessas construções apresenta-se como melhor exemplo de auxiliar do que a outra é uma questão de difícil definição. Porém, representam domínios nocionais diferentes. A primeira manifesta os domínios de *tempo* e *modalidade* e a segunda relaciona-se com os domínios de *tempo* e *aspecto*. Desse modo, ao analisarmos essas construções, partiremos da ideia de que são desenvolvidas a partir de itens lexicais possessivos que têm sido gramaticalizados para a função de verbos auxiliares com conteúdo semântico parcialmente diferente.

4.2.2 Estruturas básicas para a gramaticalização do verbo *ter*

Apontamos na seção 2.5 algumas teorias fundamentais para a análise dos verbos auxiliares. Ao adotarmos a visão cognitivista abordamos, desse modo, não somente seu desenvolvimento através de um estágio sincrônico, mas pelo fato de que há mudanças semânticas graduais em relação ao verbo *ter*, surgidas ao longo de um eixo diacrônico (Sweetser 1988; 1990; Heine et al., 1991; Heine, 1993; 1997).

Uma das estratégias principais para definirmos o mundo em termos linguísticos reside na codificação de experiências mais abstratas em termos das mais concretas e mais acessíveis (Lakoff e Johnson, 1980). A transferência conceptual do Esquema de Ação para o sentido possessivo sublinha tal estratégia. Por conseguinte, há uma tendência de abstratização cada

vez mais forte em relação ao verbo *ter*, que o faz exercer a função de um verbo auxiliar, conforme os estágios previstos por Heine (1993) e apresentados na seção 2.5.5.

Compreendemos que passar do sentido possessivo para o de *modalidade* ou o de *aspecto* depende de mais uma transferência conceptual. Desse modo, Heine (1993, p. 28) propõe um esquema que descreve vários canais de experiência, que fazem com que diferentes verbos sejam gramaticalizados (ver quadro 9).

Quadro 9: Os canais de experiência na gramaticalização (Heine; 1993, p. 28).

a. Localização	Onde está.	<i>Estar, ficar, permanecer, etc.</i>
b. Movimento	Percurso corrido (de, para, através, por, etc.).	<i>Ir, vir.</i>
c. Atividade	O que faz.	<i>Fazer, tomar, continuar, começar, segurar, etc.</i>
d. Desejo	O que quer.	<i>Querer, desejar, etc.</i>
e. Postura	Posição do corpo.	<i>(estar) sentado/em pé</i>
f. Relação	Como algo é; as associações; ao que pertence.	<i>Ser (como), ser (parte de), estar com, etc.</i>
g. Posse	As propriedades.	<i>Receber, ser proprietário, ter, haver, etc.</i>

De maior relevância para nossa pesquisa é o canal de *Posse* que, de acordo com Dik (1987) e Heine (1993), foi o esquema que deu origem, por exemplo, às construções de *haver*, exprimindo perfectividade e tempos de futuro nas línguas românicas. Afirmamos no capítulo 3 que as construções possessivas dos verbos *ter* e *haver* são derivações do *esquema fonte* de Ação. Por conseguinte, no quadro 9 (g), trata-se de um esquema de posse predicativa que exerce a função de canal conceptual para conceitos ainda mais abstratos. Esses conceitos são, segundo Heine (1997, p. 187), em particular, funções gramaticais como (i) marcadores condicionais, (ii) marcadores de modalidade deôntica, (iii) marcadores de aspecto, (iv) marcadores de tempo (especialmente de futuro) e (v) marcadores existenciais (conforme observado em 4.1).

Em relação à mudança de *posse* (X tem item Y) para aspecto, Heine (1997, p. 194) descreve a transferência pelo esquema “X tem (feito) ação Y” de aspecto e para modalidade, pelo esquema “X tem (de/que) fazer ação Y”. Esse modelo metafórico refere-se à mudança de

possuir um objeto para a *posse* de uma situação dinâmica, ou seja, uma ação, na medida em que manifesta a mudança categórica “de objeto para atividade”, conforme o quadro 1 (seção 2.5.2). Porém, os resultados dos processos de gramaticalização que se seguem demonstram trajetórias claramente diferentes. De acordo com Sampaio (1978), a modalidade expressa-se através de “posse da *obrigação* de realizar uma ação e a continuação desse estado no futuro” e o aspecto através de “posse de uma *ação concluída* e a prevalescência desse estado até o presente”.

Observamos que os verbos possessivos podem ser gramaticalizados para representarem diversas funções gramaticais, de modo que as cinco funções de Heine (1997) se refletem explicitamente nos usos dos verbos *ter* e *haver* na língua portuguesa.

4.3 A expressão modal de obrigação

Ao analisarmos o verbo *ter* nas acepções de modalidade, observamos que sua entrada é posterior ao verbo *haver*. Desse modo, há necessidades de analisarmos como se usava o verbo *habere* que antecede o uso do verbo *ter*. O emprego de *habere* como auxiliar na conjugação perifrástica data-se aos tempos do latim clássico. Conforme o uso em (53), já aparecia em construções de “*haver* + infinitivo”. As construções desse tipo são fundamentos para a expressão modal de *obrigação* em que os verbos possessivos adquirem valores de auxiliar. Todavia, há questões obscuras em relação a esse desenvolvimento devido ao fato de que a mesma estrutura também gerou o futuro sintético. Portanto, estudaremos a seguir as funções de *habere* (latim), *haver* e *ter*, e o desenvolvimento desses verbos nas formas perifrásticas que tratam das duas categorias, futuro e modalidade.

53) *habere*: “Qui in sanctis **habet jurare**, hoc jejunus faciat...” (Du Cange, 1840/50, Lib. 1, capitular, Cap. 61).

4.3.1 Duas vias para ação futura: o futuro intencional e o futuro de obrigação

Antes que analisemos as estruturas de futuro, será conveniente esclarecermos alguns assuntos relativos às fontes dessas construções, já que o latim clássico possuía uma forma flexional do futuro que existia nas línguas indo-europeias¹⁰ e outra forma perifrástica designando um futuro próximo¹¹. De acordo com Auerbach (1970, p. 88), o futuro sintético deriva do latim vulgar que, por sua vez, não propiciava o uso do futuro. O autor explica o fenômeno de que o

¹⁰ Ex.: *canta-bo*, da perífrase indo *kanta bu* (Silva; 1999, p. 533).

¹¹ Ex.: *cantaturus sum* (Auerbach; 1970, p. 88).

latim vulgar não adotasse as formas de futuro simples e a perífrase que o latim clássico possuía para um futuro próximo pelo fato do futuro em termos temporais escritos não ser próprio para o uso coloquial. Por isso, conforme ele, a forma predominante para o futuro se expressava em termos do presente. O desenvolvimento da forma sintética de futuro teria surgido, conforme Auerbach (1970) e Mattoso Camara (1985, p. 128), por outras necessidades linguísticas. Segundo esses autores, a construção “Futuro Simples do Indicativo” concretizou-se através de expressões de *modalidade*. Porém, a argumentação requer uma análise mais precisa, uma vez que não há unanimidade entre os estudiosos.

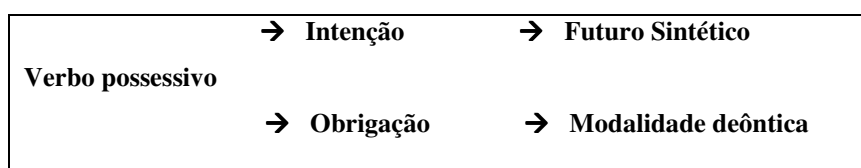
Conforme Auerbach (1970) hesitava-se, por um longo tempo, entre várias perífrases constituídas por um verbo auxiliar + infinitivo. Usavam-se verbos como *debere* (dever), *posse* (poder), *velle* (querer), e *habere* (Pinkster, 1989). Observações tipológicas sublinham que este pode ter sido o caso no desenvolvimento de várias construções linguísticas de futuridade. Entre as formas que circulavam no latim, apresenta-se, por exemplo, “*volo cantare*” (quero cantar), (Auerbach, 1970, p. 88). Segundo Auerbach, a maioria das províncias adotou enfim uma estrutura modal que se manifestou em “*cantare habeo*”, cujo sentido originário teria sido o do moderno “tenho de cantar”.

A questão que se segue dessas observações diz respeito, portanto, ao relacionamento entre as estruturas românicas como “hei de fazer” e “farei” (*facere habeo*). Seria o sentido originário de “*facere habeo*” de *obrigação*, conforme o primeiro, ou tratava-se já no latim vulgar de uma construção plenamente futura? Bybee et al. (1994, p. 261) apontam que o assunto é problemático e que não há evidências claras para uma leitura alternativa de futuro e obrigação como dois elementos independentes. Duas propostas se destacam quanto à solução do problema.

Conforme os dados de Auerbach (1970), muitos concordam sobre o fato de haver um relacionamento muito próximo entre *modalidade* e *futuro* (Fleishmann, 1982; Lehmann, 1982; Strunk, 1968). Os defensores dessa teoria sustentam a consideração de que as formas de futuro teriam se desenvolvido através de expressões modais. Embora seja o caso em diversas construções de futuro nas línguas mundiais, como, por exemplo, o desenvolvimento de “to want” para o futuro “will” em inglês (Bybee et al., 1994; Heine et al., 1991), há ainda quem indique um padrão diferente para o futuro sintético do português.

Benveniste (1968) concorda com a complexidade do futuro perifrástico de *habere* nas línguas românicas, porém, insiste que seja um erro assumir a ideia de que a *obrigação* teve um papel importante nesse desenvolvimento. Conforme o autor, pela função ser a de um participio futuro passivo, o desenvolvimento relata um sentido de predestinação sobre acontecimentos futuros, ao invés de uma obrigação pessoal. Pinkster (1987; 1989) observa, por diante, que a construção portuguesa do futuro sintético não se desenvolveu através de um estágio intermediário modal e as afirmações de Fleishmann (1982), Lehmann (1982) e Strunk (1968) são, conforme ele, incorretas. Entretanto, pela proximidade semântica dos conceitos, o autor confirma que essa ainda é uma questão de relevância. As afirmações são de grande interesse para os estudos da gramaticalização do(s) verbo(s) *ter* (e *habere*), já que a hipótese baseia-se em que, diferentemente dos outros verbos modais, mencionados acima, *habere* não representava um significado modal especializado, mas representava um significado próprio, cujo sentido era neutro à modalidade. Bybee et al. (1994) confirmam essa visão ao considerarem que a distância conceptual entre *obrigação*, *futuro planejado* e, também, *predestinação* é mínima (ver também Lyons, 1995, p. 320). De acordo com os autores seria possível que uma só estrutura se confirmasse em dois usos diferentes, ambos de futuro e de modalidade. Sua sugestão reside em que existem duas vias para o futuro através de marcadores de *posse*; uma pela *predestinação* e a outra através de *obrigação* (Bybee et al., 1994, p. 263). Há no primeiro um estágio intermediário de *intenção* onde as construções de *habere* + *de* + infinitivo não são consistentes, sendo marcas de *obrigação fraca* que apenas sustentam uma recomendação para o futuro. Ao desenvolver-se na construção modal, segundo Bybee et al. (1994), foi também adquirido um segundo marcador possessivo, um fato que não ocorreu com a construção do futuro sintético. Nessa perspectiva, as evidências sugerem que as estruturas, como a do futuro sintético no português, sejam uma consequência de *intenção*. O resultado desse desenvolvimento é que se gramaticalizaram duas estruturas diferentes de futuro, não através da modalidade, mas pela mesma base possessiva indicando uma; a *modalidade deôntica* e a outra; certeza sobre a ação futura através do canal de *intenção*, conforme o quadro 10.

Quadro 10: Trajetória de desenvolvimento de verbo possessivo para futuro e modalidade.



4.3.2 De *posse* para futuro intencional

As construções perifrásticas de *habere*, como na maioria dos exemplos de elementos gramaticalizados, apresentam precedentes em que os dois verbos atuam separados e em forma lexical. De acordo com Hopper e Traugott (1993), temos vários exemplos do tipo em (54).

54) *habere*: “De re publica nihil **habeo ad te scribere** nisi...” Ca. 40 AC, *Cicero* (citado em Fleishman, 1982, p. 121).¹²

A ordem inversa, onde o verbo *habere* é posto seguido do verbo no infinitivo, manifesta-se somente mais tarde no eixo diacrônico. De acordo com Hopper e Traugott (1993) e Pinkster (1987), é razoável acreditarmos que a troca tenha ocorrido entre os séculos III e VI. Por conseguinte, as estruturas do tipo “infinitivo + *habeo*” poderiam ter as duas interpretações, seja de obrigação, sejam orientadas intencionalmente para o futuro. Um fato importante é que, pelo verbo no infinitivo não ser mais subordinado ao verbo *habere*, as mudanças para o futuro sintético sejam viáveis, aí incluindo a fusão entre morfemas, atritos fonológicos e a reanálise do marcador de futuro (Hopper e Traugott, 1993, p. 55). Os autores observam a frase no exemplo (55) do século VII como um exemplo. Conforme o desenvolvimento de abstratização na gramaticalização de Heine (1991), sublinha-se, ao verbo *habere* tornar um morfema puramente gramatical, uma mudança conceptual central, justamente pela metáfora categórica de “espaço” em (54) para “tempo” em (55).

55) *inf + habere (sintético)*: “Iustinianus dicebat: “**daras**”. Fredegario, séc. VII (citado em Roberts, 1993, p. 234).

Ao verbo *habere* seguir o caminho *intencional*, depois de certas mudanças fonológicas, desenvolve-se por aglutinação a forma sintética onde o verbo representa um estágio mais completo de gramaticalização (ver cap. 2.5.5; estágio F).¹³ Observamos que as propriedades verbais plenas foram perdidas e que o verbo se tornou um elemento morfológico e plenamente gramatical.

¹² Trad.: “Não **tenho** nada para lhe **escrever** sobre a comunidade além de...”

¹³ Por exemplo, em relação à 1ª pess. sing. houve síncope da /b/ intervocálica e, pelo contato das vogais em Hiato, houve assimilação, ditongação e(ou) contração: (*amare*) *habeo* > *a(b)eo* > **aio* > **eio* > *ei*.

4.3.3 De verbo possessivo para auxiliar modal

Do ponto de vista sincrônico atual, a língua portuguesa possui duas construções derivadas de verbos possessivos para exprimir *obrigação*, constituídas pelos verbos *ter* e *haver*. Conforme Said Ali (1966, p. 118), servem os dois em frases como “hei-de ir” e “tenho de ir”. Porém, o autor aponta que há uma diferença clara entre as duas frases onde a segunda exprime “necessidade imperiosa”, digamos, a ação de praticar independentemente da vontade, e a primeira relata *necessidade*, ou seja, *obrigação fraca*. Esse fato, por sua vez, conta um estágio mais perto dos tempos modernos da língua portuguesa e encontra-se no período em que o verbo *ter* tinha começado a invasão do campo de *haver*, manifestando a cada vez as perdas do sentido prototípico do último. Na seguinte análise, o verbo *haver* será considerado devido ao fato de seu valor semântico no período arcaico ainda ser possessivo, sublinhando que em muitos usos não se diferia de modo explícito do verbo *ter*.

4.3.3.1 Haver a > haver de

Antes de mais, observaremos alguns elementos centrais para o estudo das construções perifrásticas de *ter* e *haver*. Primeiramente, é fundamental a consideração de que os verbos, em perífrases modais, exercem a função de um verbo auxiliar. O verbo principal encontra-se no verbo não-flexionado. A preposição *de* entra criando relacionamento entre o verbo auxiliar e o principal, sendo uma preposição que, de acordo com Cunha e Cintra (1985, p. 544) pode estabelecer relações espaciais, temporais e nocionais. Entretanto, apesar da preposição ser convencionalizada na expressão modal de *obrigação*, observamos que as pesquisas históricas documentam grande variedade de uso perifrástico dos verbos *ter* e *haver* em combinação com preposições. Ao referirmos a Augusto Soares da Silva (1999) e seus estudos sobre o verbo *deixar*, compreendemos que as estruturas perifrásticas de *ter* e *haver* provavelmente surgiram da mesma maneira que esse verbo, isto é, “dada a inexistência de preposições a ligar dois verbos no latim (note-se) clássico, *leixar* [Ø] + infinitivo teria sido a sua primeira forma de realização” (Silva, 1999, p. 480). Desse modo, a perífrase modal de *obrigação* pode ter alternado entre preposições de gêneros diferentes para indicar o sentido desejado. Os estudos de Costa (1998) confirmam tal argumentação, na medida em que mostram, conforme veremos abaixo, que a preposição *de* se convencionaliza somente depois do período arcaico.

Depois da entrada como elemento de ligação entre o verbo auxiliar e o principal, a preposição *de* esteve por um longo período em concorrência com a preposição *a* em determinados contextos. Conforme Silva (1999, p. 478), tratam-se de duas preposições que, já

no sistema preposicional do português antigo, marcavam oposição distintiva entre “origem-afastamento” (*de*) e “direção-aproximação” (*a*). Há evidências de que a última fosse recorrente nas línguas românicas durante o período arcaico, sendo derivada da estrutura do latim; *habere + ad + infinitivo* (ver frase (54)). Desse modo, é viável acreditarmos que a preposição *a* precede *de* nas construções modais. Manifestam-se vários exemplos de uso perifrástico com *a* do período arcaico (ver exemplos (56) e (57)) e de acordo com Costa (1998) verificam-se cinco usos do tipo somente em “O Testamento de D. Afonso”, de 1214, o mais antigo documento escrito em português encontrado até agora. Porém, a partir do século XVI, a construção com a preposição *a* desaparece da língua (Costa, 1998, p. 180). A razão da queda mantém-se obscura, mas pode ter acontecido devido ao encontro vocálico entre “há” e a preposição “a”, digamos, por serem duas vogais idênticas (Yllera, 1980, p. 96).

56) *habere + a + INF*: “... et **ouueron** per força **a leixar** o câpo ...” Crónica Troiana (Lorenzo, 1985, p. 224).

57) *habere + a + INF*: “... o seu solar **ouve a ficar** destrido e ouve a ficar aos reis de Castella.” Crónica Geral de Espanha de 1344 (Cintra, 1984, p. 398).

4.3.3.2 Em comparação com um fenômeno recente

Embora desaparecesse dos usos perifrásticos por volta dos séculos XV e XVI, encontramos hoje em dia, em várias relações, a construção *ter + a + infinitivo*. Contudo, não se confirma o uso modal que se manifestava no português arcaico. Nos seus estudos, Callou e Avelar (2002) apresentam usos perifrásticos do século XIX com sentidos mais prototípicos possessivos ou, eventualmente, existenciais do verbo *ter*, na medida em que a *posse* e a preposição *a* indicam em (58) a ação imediatamente futura.

58) *ter*: “...nada elles **tem a pagar** de comissão de compra.” São Paulo, 1879 (Callou e Avelar, 2002, p. 66).

Uma hipótese para esclarecermos a diferença entre as duas preposições reside em que a *posse* e a preposição *a*, pela “direção-aproximação”, indicam, conforme explica Silva (1999), pertinência entre os dois verbos. Denota-se, dessa maneira, o ponto terminal pela ação no infinitivo, de modo que já se usava no latim vulgar (Said Ali, 1964, p. 211). A distinção entre *afastamento* e *aproximação* fica assim mais clara, sabendo que o primeiro, pela noção de *obrigação*, marca distância entre o possuidor e o evento a ser realizado no futuro. Não se trata da mesma forma, como em “ter a” moderno, de *intenção* diretamente indicada para o futuro por haver algo possuído. Entretanto, será problemático tirar uma conclusão desses dados em relação à queda anterior da preposição *a* datada do século XVI. A construção ao qual nos

referimos em (58) pode ter surgido independente mais tarde e, portanto, reflete uma estrutura menos gramaticalizada.

As observações são, por outro lado, indicações centrais a respeito do presente estudo e há semelhanças entre o uso em (54) e o de (58) pelos verbos *ter* e *haver* ainda manterem seu sentido pleno de posse. Talvez seja este um passo inicial do ciclo de gramaticalização, a partir de qual se desenvolve, conforme o quadro 11, um sentido de futuridade, havendo algo possuído pelo sujeito que possa concretizar a ação intencional no futuro.

Quadro 11: A gramaticalização do futuro perifrástico pela via intencional.

Verbo possessivo → objeto possuído → intenção de uso no futuro → concretização de ação

4.3.3.3 Representando dois sentidos

Conforme as descrições de Cunha e Cintra (1985) e Silva (1999), compreendemos que o caminho natural das expressões perifrásticas envolvendo *a* e *de* teriam gerado valores semânticos diferentes, sendo o sentido de futuro intencional pertinente às construções de *haver* + *a* + infinitivo enquanto as expressões modais surgiram a partir das construções com a preposição *de*. Porém, segundo as observações de Costa (1998, p. 183), os valores de futuro são adquiridos no século XIII também por “haver de” com o resultado de a perífrase representar os dois sentidos, o de obrigação (e necessidade) e o de futuro.

De acordo com Oliveira (2006, p. 21), a combinação *haver* + *de* + infinitivo foi a variante mais concorrente do futuro simples até o século XIX e, embora perdesse seu lugar para a perífrase verbal *ir* + infinitivo, o uso é documentado ainda hoje em português. Ao tentarmos justificar tal fenômeno, relembramos Bybee et al. (1994) e a afirmação de que a diferença conceptual entre esses conceitos é mínima. O mesmo pode ter sido a razão pela qual os verbos possessivos *ter* e *haver*, além do sentido de futuro próprio para *haver*, vinham designando, por muitos séculos, os mesmos conceitos modais. Costa (1998) diz que as perífrases, até o século XV, ainda não representavam uma estrutura marcada, com sentidos bem definidos. Contudo, ao chegarmos mais perto dos tempos modernos, e de acordo com as confirmações de Said Ali (1966), na seção 4.3.3, registramos que têm havido mudanças que levaram as construções em duas direções opostas; “haver de” a um sentido de obrigação fraca e “ter de” à obrigação forte.

4.3.4 Um esclarecimento do conceito de “obrigação” para os verbos possessivos

Apontamos acima que o verbo possessivo *habere* do latim deu fundamento para duas, ou mais, estruturas semanticamente diferentes, herdadas mais tarde pela língua portuguesa. Uma manifestou-se como o futuro simples do modo indicativo e em expressões perifrásticas de futuro, enquanto a outra entrou na via modal representando *obrigação*. A questão que sobra para resolver é, então, qual a fonte do valor modal de *obrigação*.

Mencionamos duas observações que são de grande relevância para o assunto. Said Ali (2001 [1921], p. 124) demonstra que as combinações de auxiliar e infinitivo passam a representar a função *relacional*, trazidas pelo uso preposicional, fato também mencionado por Silva (1999). A preposição *de*, conforme observam Bybee et al. (1994) e Cunha e Cintra (1985), é um segundo marcador de *posse* na perífrase, e o verbo auxiliar, simultaneamente, não está em relação possessiva com o infinitivo. A argumentação indica que um elemento seja omitido da frase e que este represente o valor modal de *obrigação*.

4.3.4.1 Obrigação por forças externas

Bybee et al. (1994) demonstram que a *obrigação* é o conceito de modalidade agentiva expresso com mais frequência. No português atual encontramos esta forma de expressão principalmente em relação ao verbo *dever* e na perífrase “*haver/ter de (que) + infinitivo*”. Contudo, aparece também com o verbo *ser* em frases como “*é para fazer*”. Diferente de “*haver/ter de (que)*” a última não exprime o compromisso à *obrigação*. Porém, o sentido de *obrigação* nas duas construções parece ter sua fonte do mesmo elemento, isto é, de uma força externa (Bybee et al., 1994, p. 184). Adiante, diz-se que as composições indicam *posse* (*ter*) ou *associação* (*ser*) de algo em relação à atividade no infinitivo (ver também Heine 1997), sendo o agente projetado para realizá-la. Nesse contexto, os verbos possessivos são tratados diferentemente de outros verbos modais. Mencionamos *poder* que expressa “capacidades” e *querer* que designa “desejos”. Os dois projetam eventos futuros. Contudo, anotamos que a “vontade” em *querer* e a “capacidade” em *poder* são forças internas do sujeito. De acordo com Bybee et al. (1994), a ideia de *obrigação*, pelo contrário, não surge da própria vontade, mas é um conceito imposto através de forças externas conforme o uso no exemplo (59).

59) *ter*: “**Por rason tenno d’obedecer** as pedras à Madre do Rei” Cantigas de Santa Maria; “Montserrat”, Afonso X (Mettmann, 1986, cant. 113, v. 3-4).

Para que haja *obrigação*, compreendemos que se trata de um elemento externo ao agente, há alguma coisa que imponha a *obrigação* para o agente, seja uma pessoa, uma regra, uma lei, a razão (de acordo com o exemplo (59)), a existência, ou seja, uma coisa qualquer que faça com que o agente da perífrase seja o “possuidor” de uma obrigação relacionada à ação no infinitivo. Com a gramaticalização da perífrase, esse elemento é geralmente omitido na linguagem cotidiana, como em “Tenho de obedecer o Rei” e não “*Por razão* tenho de obedecer o Rei”, na medida em que a noção do sentido possessivo está esvaziada no verbo auxiliar. Porém, confirma-se ainda uma ligação com o verbo pleno possessivo pela *obrigação* ser conceptualizada como algo concreto. A nossa maneira de compreender eventos, atividades, emoções, ideias, etc. baseia-se justamente em que os tratamos como se fossem entidades e substâncias (Lakoff e Johnson, 1980, cap. 6). No caso, a *obrigação*, cuja definição, conforme Palmer (1986), reside no mundo do raciocínio como um elemento imposto para, ou pelo, falante, é conceptualizada na forma de um objeto e, portanto, sujeito à *posse* como se a frase fosse “tenho a *obrigação* de...”. Ao compararmos essa frase com usos do período arcaico, a ligação aparece com mais nitidez. O objeto está explícito em exemplos como (58), em que está em relação próxima com o verbo possessivo, sendo o verbo não-flexionado a ação que se permite fazer pelo fato de o agente, simplesmente, *possuir* alguma coisa. Distinguem-se duas interpretações claras entre (60) do período arcaico e (61) dos tempos modernos.

60) *ter*: “... ca se lh’ eu dig’: **Al tenho de fazer**, por ben ou mal tanto m’ha de dizer...” Estevan da Guarda (CBN 1320; V 925), (Lapa, 1970, p. 182, v. 20-21).

61) *ter*: “Então acho que, o comércio, não tem muito o que sair da Tijuca pra, pra, e de repente, eu saio da Tijuca até sem saber, porque de repente eu: Ah, não, eu **tenho que ir** nessa loja que é na zona sul.” (NURC, 1993, inq. 012).

Observamos que o possuído em (60) ainda pertence ao verbo *ter* pleno, enquanto não há um objeto possuído no exemplo (61), de modo que o verbo age como auxiliar. Conforme a gramaticalização dessa estrutura, apontamos que, durante esse processo, a entidade possuída acaba sendo omitida das frases. Porém, embora a gramaticalização completa implique que não haveria mais o sentido de *posse*, observamos, pelo fato do sujeito possuir uma *obrigação*, que a noção possessiva somente esteja esvaziada e existe ainda de modo oculto. Isto ocorre pelo elemento omitido ser uma força externa, digamos, há algo que imponha a *obrigação*. Nessa perspectiva, embora não se expresse na construção “ter que”, notamos que a *obrigação* no uso (61) existe implicitamente no contexto.

De acordo com Visser (1969, p. 1478), trata-se de um auxiliar de predicção que expressa nada além de dever, obrigação, compulsão, necessidade, etc, mas que, entretanto, e de acordo com o desenvolvimento dos verbos possessivos *ter* e *haver* na língua portuguesa, há uma ligação possessiva entre tais construções. As mudanças ocorridas relatam um desenvolvimento demorado de um verbo concreto designando *posse* em par com a estrutura de um verbo “auxiliar + *de*” que representa a *obrigação* possuída. Não se duvida, portanto, o fato de que muitos usos de “haver/ter de” durante a história são equívocos por terem duas interpretações viáveis. Conforme observamos em (60) poderia se tratar de futuridade bem como modalidade. O mesmo não se permite fazer com (61), pelo fato de representar um significado convencionalizado em nossos tempos, onde *ter* age mais explícito como verbo auxiliar, desempenhando um papel menos possessivo e mais gramatical.

4.3.5 O desenvolvimento gramatical

Posse (*intervenção pragmática* > *metonímia* > *transferência metafórica*) > *modalidade deôntica (obrigação)*

Para compreendermos o desenvolvimento de (60)¹⁴ para (61)¹⁵ é necessário que os consideremos pelo eixo diacrônico, ou seja, pelas mudanças graduais dentre os estágios aqui apresentados. Indica-se, pelas construções, que não tenham ocorrido através de uma metáfora *criativa*. Se tal fosse o caso bastaria dizermos que se desenvolveu pela metáfora “posse é uma obrigação”, conforme mostram os estágios sincrônicos. Pelo fato da *obrigação* ter uma determinada origem, de modo que as forças externas agem na formação da construção, compreendemos que, durante o processo de gramaticalização, se refletem um, ou mais, estágios intermediários. Portanto, nos referimos à metáfora *emergente*, que procura designar os processos metafóricos graduais na gramaticalização. Incluem-se aí diversos fatores importantes. Destacamos a motivação pragmática e o papel da metonímia (Sweetser, 1988; 1990; Traugott, 1989; Hopper e Traugott, 1993; 2003; Heine et al., 1991; Krug, 2000; Heine, 1993; 1997). Heine et al. (1991, p. 70) anotam que a metonímia e a metáfora nesse processo são elementos complementares conforme a colaboração entre os níveis contextuais de micro e macroestrutura no quadro 2 (seção 2.5.4). Nessa perspectiva, observamos que os conceitos de domínios conceptualmente distintos, por meios discursivos, são ligados através de processos metonímicos.

¹⁴ 60) “... ca se lh’ eu dig’: **Al tenho de fazer**, por ben ou mal tanto m’ha de dizer...”

¹⁵ 61) “Então acho que, o comércio, não tem muito o que sair da Tijuca pra, pra, e de repente, eu saio da Tijuca até sem saber, porque de repente eu: Ah, não, eu **tenho que ir** nessa loja que é na zona sul.”

Ao explicar as tendências do papel metonímico nas construções modais, Traugott (1989; 2003) usa o termo *subjectification*. Sua definição reside na ideia de haver um mecanismo através do qual determinados sentidos, com o passar dos tempos, codificam ou externalizam atitudes comunicativas (Traugott, 2003, p. 126). A construção; “tenho *por obrigação* de fazer...”, fundamentada no mundo de referência, desenvolve, dessa forma, polissemias através do mundo dos falantes, ou seja, por raciocínio, crença, ou atitudes metatextuais no discurso, na medida em que auxilia no processo da criação da modalidade deôntica. Os sentidos da situação externa são adquiridos pela situação interna (do falante), digamos, pelas situações avaliativa, perceptual e cognitiva. Pela aquisição subjetiva das forças externas e por forças metonímicas, que também permitem a omissão da referência no discurso, surge o uso deôntico “tenho (*a obrigação*) de ir...”.

4.3.5.1 Forças externas: físicas para mentais

A transferência conceptual que se encontra nesse eixo relata uma mudança de forças físicas para forças psicológicas (Johnson, 1987, p. 50). Conforme a maneira que Sweetser (1990, p. 52) analisa o verbo *must* de inglês, há forças compulsivas que movimentam o sujeito em direção a uma ação, quer sejam forças físicas, quer seja uma autoridade parentesca, etc.. A força da lógica, a força das morais e a da razão são mapeamentos metafóricos das forças físicas, compreendidas pela nossa experiência de percepções e ações corporais (Johnson, 1987, p. 63). Desse modo, a noção de *obrigação* impõe-se como uma necessidade possuída através do que é imposto pela parte externa, seja uma força física (de uma pessoa) em (62), uma força mental (63), a moral, ou a lógica no exemplo (64).

62) *ter*: “... **tenudo de uos quitar** deste pedido” Documentos antiguos de Galicia (Sponer, 1934, Doc. 2, l. L. 19-20).

63) *ter*: “... a faltarme o eficaz **dezejo** que **tenho de obedecer**, ...” Vila Rica – MG, 19 de Janeiro de 1733 (Andrade, 2007, transcrição 11, p. 104, l. 364-365).

64) *haver*: “... eu **ei de muito viver**” Cancioneiro da ajuda (Vasconcelos, 1990, cant. 1, v. 3).

Pela ideia de que a modalidade é introduzida devido a causas externas ao agente, seremos também capazes de explicar a mudança de uso preposicional de *a* para *de*, de modo que se sublinha, pelo último, uma noção de “afastamento”. A distinção entre as duas preposições marca uma noção possessiva mais clara em relação a *a*, que é capaz de enfatizar mais explicitamente a aproximação *intencional* ao futuro. Portanto, o verbo com valor possessivo

ocorre em forma mais plena nos exemplos (56)¹⁶ e (57)¹⁷. Pelas forças modais serem impostas por um elemento externo, destaca-se através da preposição *de*, pela relação criada entre aquele que impõe e o possuidor, uma noção de “afastamento”, digamos, menos intencional em relação à execução da atividade expressa pelo verbo no infinitivo. O sujeito das frases, para quem a obrigação é imposta, observa-se, então, mais como um objeto (Bybee et al., 1994, p. 185). Dessa forma, as ideias modais, que surgiram a partir dos verbos possessivos, distinguem-se das perífrases verbais com verbos como *querer* e *desejar*. Observamos que as últimas, ao contrário da construção “ter de”, cuja *obrigação* vem de algo externo, são construções gramaticalizadas na base das forças internas do sujeito como *desejo* e *vontade*.

Embora o uso de complementos seja corrente até os tempos modernos, quer ao verbo no infinitivo, quer ao verbo possessivo, é comum omitirmos os elementos externos nas expressões de modalidade. Daí, os processos metonímicos apresentam-se eficientes ao designarem a fonte da obrigação possuída pela metonímia “parte para todo”. Por outro lado, os dados históricos, muitas vezes, não evidenciam se o uso é modal ou se é expressão de futuridade intencional (ver (66)), já que o elemento externo em muitos casos não é expresso. Sabendo que a forma intencional de futuro ainda era comum até o século XIX, talvez não seja possível definirmos uma datação específica de convencionalização para um determinado estágio sincrônico. Conforme observado por Myhill e Smith (1995) e Coates (1983), a construção pode ter sido usada simultaneamente com valores das duas categorias, na medida em que as construções com “haver/ter de” apresentam os sentidos de modalidade e de futuridade. É frequentemente difícil ou até impossível distinguir um valor do outro. Por exemplo, nos exemplos (65) e (66) dependerá da interpretação do analista.

65) *haver*: “..., e ela **ha de seer** clara e nom fingida, ...” Fernão Lopes: Crónica de D. Pedro (Monteiro, 1968, p. 18).

66) *haver*: “Sem duuida na mão do Thizoureiro do conselho vltamarino para a frota que **hade** vir, ...” Despacho escrito em 20 de dezembro de 1710 em Lisboa, acompanhando requerimento escrito em São Paulo sem datação (Fachin, 2006, documento 5, p. 93, l. 8).

Não duvidamos que se trata de uma ação futura, tampouco duvidamos que possa haver presente uma força externa que imponha uma *obrigação*. Entretanto, se fóssemos deduzir, sincronicamente, os valores semânticos a partir dos significados convencionalizados no século XXI, observaríamos traços claros de modalidade. Para os exemplos dos séculos XIV (63) e

¹⁶ 56) “... et **ouueron** per força **a leixar** o câpo ...”

¹⁷ 57) “... o seu solar **ouue a ficar** destrido e ouue a ficar aos reis de Castella.”

XVIII (66), a resposta da interpretação reside nas mentes do falante e do ouvinte das respectivas épocas em que foram enunciadas, a cujo acesso não dispomos. Contudo, de acordo com o desenvolvimento diacrônico, é menos provável que se trate de modalidade em (65) e mais viável darmos essa interpretação para o exemplo do século XVIII. As questões desse tipo dependem, de acordo com Sweetser (1990, p. 64-65), de fatores pragmáticos, sendo a modalidade uma área da linguagem em que os falantes são capazes de impôr conforme o desejado. Por isso, a convencionalização da interferência do novo sentido depende da frequência e do aumento de uso (Bybee et al., 1994, p. 256).

4.3.6 Os usos modais

Costa (1998) aponta que os usos dos verbos possessivos nas construções com *de* + infinitivo em muitos casos podem ser ambíguos em relação aos sentidos futuridade, futuridade modal, ou até do conteúdo semântico mais concreto do verbo possessivo. Esses fatos, conforme Heine et al. (1991) e Sweetser (1990), acontecem porque esse tipo de construção passa por um, ou mais, estágios intermediários, nos quais podem representar ambos sentidos específicos para este estágio e sentidos do primeiro e do último estágio simultaneamente. Todavia, pelo uso de complementos, ainda é possível detectarmos certa linha de desenvolvimento, evidenciando que os elementos externos impuseram a noção de *obrigação* aos sujeitos das frases. Ao longo desse desenvolvimento é evidente que ocorreram mudanças semânticas a partir da entrada da preposição *de* em favor de *a*.

O estabelecimento de duas construções ligeiramente diferentes (“ter de” de *obrigação forte* e “haver de” de *obrigação fraca* (Said Ali (1966, p.118)) é objeto da teoria do papel das inferências pragmáticas, ou das implicações conversacionais (Sweetser, 1990; Hopper e Traugott, 1993; Bybee et al., 1994; Krug, 2000). Além disso, há o fato de que diversas razões podem ter levado o verbo *haver* a ser decategorizado em relação a seu valor de futuro e ao enfraquecimento do valor modal de *obrigação*.

Entre esses fatores, apontamos que os verbos *ter* e *ir* são introduzidos em construções de futuro (“ter a” e “ir + infinitivo”) e que a invasão de *ter* nos campos de *haver*, de modo geral, mostra o desenvolvimento das construções dos verbos possessivos na língua portuguesa do Brasil. Nessa perspectiva, o verbo *haver* acaba perdendo seu valor possessivo, na medida em que também se enfraquecem os valores semânticos nas construções modais. Em outras palavras, o fato de as estruturas modais de *obrigação* terem surgido na dependência do valor

possessivo e, por conseguinte, existirem pela mesma dependência, naturalmente gerou um desenvolvimento em que o valor de *obrigação* nas construções “*haver de*” se enfraqueceu. Ao mesmo tempo, observamos que a manifestação de *ter* como verbo possessivo principal no PB, faz que o mesmo se mantenha nas expressões modais de *obrigação*.

4.4 O aspecto em tempos verbais compostos

Vários autores têm dado ênfase à ideia de que há paralelos estruturais interlinguísticos entre a posse predicativa e os aspectos de perfectividade (Locker, 1954; Benveniste, 1960; Isacenko, 1974). Conforme mostraremos neste bloco, os verbos *ter* e *haver* na língua portuguesa não são exceções de tal desenvolvimento gramatical. O fenômeno parece ter acontecido de modo semelhante para a maioria das línguas, cujos verbos possessivos são derivações do Esquema de Ação (ver quadro 5, seção 3.2). Os casos de, por exemplo, espanhol, inglês, francês e as línguas escandinavas confirmam o afirmado. Entretanto, nota-se um elemento peculiar no que diz respeito ao valor semântico do pretérito perfeito composto (PPC) do português em relação aos tempos verbais estruturalmente iguais de diversas outras línguas europeias.

Segundo Squartini (1998), as descrições do PPC apontam que sua semântica não se difere somente nas línguas não românicas, mas que, de fato, é única também em relação às outras línguas com herança no latim. Há noções de *iteratividade* e *duração* que são próprias para a mencionada forma verbal no português e indicam que não se permite referir a situações realmente passadas, mas mantêm uma relação mais forte com o presente. Squartini (1998, p. 154) observa que as restrições do PPC não têm relevância para as outras formas compostas do português, na medida em que não se trata de uma característica dos tempos compostos em geral. Desse modo, difere-se semanticamente do pretérito mais que perfeito composto (PMQPC) que, de forma explícita, refere a uma ação anterior à outra também no passado. As questões primárias para a análise dos tempos verbais compostos se baseiam em alguns pontos particulares:

- a) Qual a relação entre *posse* e aspecto verbal?
- b) Quais processos ocorrem na gramaticalização dos tempos compostos?
- c) Há ainda uma noção possessiva nos tempos compostos ou é o verbo auxiliar destituído do seu sentido lexical prototípico?

- d) Quais processos levam o tempo verbal pretérito perfeito composto a ser semanticamente diferente de estruturas linguísticas de “verbo no sentido possessivo (presente) + particípio passado” em outras línguas?

4.4.1 Teorias centrais para a gramaticalização aspectual

Quadro 8 (seção 3.5) demonstra uma tentativa de descrever os diferentes estágios do desenvolvimento diacrônico de verbos do tipo *ter*. Através desse eixo, estudamos, no capítulo 3, as mudanças das fontes conceptuais até a função de um verbo, cujo núcleo designava *posse*, correspondente ao estágio de um verbo possessivo ao qual se relaciona um complemento direto nominal. Adiante, apontamos que o verbo *ter* adquiriu capacidades de designar *posse* abstrata à luz da metáfora conceptual “a mente como contentor de ideias”, fundamentada pela nossa conceptualização básica de compreendermos conceitos abstratos em termos de substâncias (Lakoff e Johnson, 1980, p. 56). Ao passar para o último estágio do procedimento das teorias de Meillet (1923) e Vendryes (1937), de acordo com o quadro 8, nomeadamente, “verbo possessivo auxiliar”, observamos que o verbo não representa mais a concepção concreta de possuir um complemento nominal, representando um objeto físico ou abstrato. O possuído torna-se *atividade*. Heine (1997, p. 199) descreve esse efeito como central no desenvolvimento de auxiliares que, ao invés de estar em relação com um complemento nominal, pode adquirir complementos em forma de atividades, ou seja, verbos.

De acordo com Seiler (1977), acontece um tipo de processo metafórico em que o anterior possuidor de um objeto se utiliza como veículo para expressar o possuidor de uma ação, na medida em que aparece na função agentiva. Conforme o quadro 1 (seção 2.5.2) de metáforas categoriais, anotamos que tais fatos relatam uma mudança da categoria de “objeto” para a de “atividade”. A operação ocorre, segundo observamos na seção 4.3.5.1, através da metáfora ontológica “uma atividade é uma substância” (Lakoff Johnson; 1980, cap. 6). Por conseguinte, de acordo com Vincent (1982, p. 79-85), pela emergência do verbo na forma de particípio, a troca de identificação do sujeito faz que o verbo possessivo comece a assumir uma função temporal, ou seja, mais gramatical.

Muitos linguístas concordam em que a gramaticalização de verbo possessivo para auxiliar reflete uma transferência metafórica, descrevendo-se assim a noção de perfectividade metaforicamente em termos de *posse*. Locker (1954, p. 509) explica que a atividade no passado é vista em termos de algo possuído no presente, e Benveniste (1960, p. 127) diz que

se trata de um agente possuidor do complemento. Porém, conforme Fleishmann (1982), Bybee e Dahl (1989) e Heine (1997), o desenvolvimento não é assim tão simples e a questão sobre a ligação entre *posse* e *aspecto* requer, sim, uma análise mais detalhada.

Esses autores levantam a hipótese de que as construções do perfeito tenham passado por um percurso diacrônico que envolveu estágios de níveis diferentes de gramaticalização, de modo que têm sido sujeitos a modificações devido a inferências pragmáticas, do mundo do discurso (ver também Hopper e Traugott, 1993; 2003). Nesse contexto, impõe-se o fato de a metonímia exercer um fator fundamental no desenvolvimento gramatical. Outro modelo central ao longo do eixo de desenvolvimento pode ser visto pelo que Brugmann (1988) e Heine (1997) nomeiam de *especificação da posse*, uma força na expansão conceptual de *posse* que, em construções do tipo “X tem Y”, “adquire um constituinte atributivo que modifica ou qualifica o possuído Y” (Heine; 1997, p. 191). Essa afirmação de Heine pode ser aplicada à língua portuguesa pela função participio que, por exemplo, antes de se manifestar como elemento possuído, é um adjetival.

Ao analisarmos o desenvolvimento da categoria aspectual dos tempos compostos com o verbo *ter* na língua portuguesa, esperamos ver um processamento que conte mais do que um passo definido entre dois estágios sincronicamente distintos. As mudanças de um sentido para o outro são discretas e ilustram, conforme mostram Evans e Green (2006, p. 716), elementos contínuos ao invés de transferências drásticas. Portanto, conforme o objetivo do presente estudo, analisaremos a progressão de *ter* + participio pelo eixo diacrônico, desde os primeiros indícios, até o significado que a construção designa nos tempos modernos.

4.4.2 Dados históricos

No capítulo 3, observamos que a construção latina “mihi est” precedia a expressão possessiva “habeo”. Depois, o verbo *habere* se convencionalizou, designando o conceito de *posse*. Benveniste (1995 [1966], p. 224) aponta que o fato “foi um passo decisivo não somente para o desenvolvimento como termo lexical, mas também como elemento da forma de perfeito”. Conforme o autor, expressões como “tanti sunt mihi emptae”, do latim arcaico, foram substituídas por construções de *habere*, de modo que se enunciavam “tanti habeo emptas”, ou seja, “tenho-as compradas por tanto”. E mais:

“A generalização de um verbo *habere* e a possibilidade desde então estabelecida de exprimir por *habeo aliquid* a relação “*aliquid est mihi*” permitiram instaurar um perfeito transitivo unívoco *habeo factum* e restabelecer uma distinção clara das vozes no perfeito” (Benveniste; 1995 [1966], p. 224).

Desse modo, impõe-se a construção de perfeito na voz ativa, divergente da composição precedente na voz passiva. O exemplo (67), de cerca de 200 a.c., é um exemplo dessa forma que é considerada o precursor do perfeito analítico das línguas românicas.

67) *habere*: “At nullos **habeo scriptos** sic: memini tamen” TITUS MACCIUS PLAUTUS, ca. 200 a.c. (Bothe, 1821, p.10, l. 49).

O desenvolvimento que se segue no português arcaico sugere que o verbo *ter*, conforme sua identificação possessiva, assume o mesmo emprego que o de *haver*. Em vista disso, Mattos e Silva (1981) alega que os verbos em estruturas com particípio no período arcaico estão em variação livre. A hipótese baseia-se no fato de que duas versões do mesmo texto mostram preferência, uma por *haver* e a outra por *ter*. Porém, Harre (1991) confirma que não se pode tirar conclusões sobre tal afirmação. De acordo com a autora (p. 136-138), indica-se um uso mais lexical e possessivo pelo verbo *ter*, enquanto há uma preferência no que diz respeito a um uso mais gramatical e à referência ao estado resultativo de ações do passado por *haver*. Embora haja casos em que os verbos são intercambiáveis, a relação entre a ação passada e *haver* sugere que o verbo fosse mais gramaticalizado do que *ter*, que, no período arcaico, ainda representava a *posse* na forma lexical. Desse modo, o uso das construções era diferente, já que o verbo *ter* indicava duração e *haver*, aquisição (Said Ali, 1966, p. 118). Entretanto, as perdas do significado lexical do *haver*, e a omissão de seu uso em contextos possessivos, retratam-se nas expressões perifrásticas, na medida em que a coexistência dos dois verbos cessa e o verbo *haver* cai em desuso.

Catherine Harre (1991, p 147) diz que a língua portuguesa nos tempos atuais possui duas construções de *ter* + particípio que representam significações distintas; uma em que o particípio é invariável e precede o objeto direto, e a outra em que o particípio concorda com o objeto direto. A primeira indica a ação repetida ou durativa, enquanto a segunda expressa o estado resultativo da ação. Entretanto, as pesquisas em dados dos tempos arcaicos mostram que o verbo *ter* não chegara ao ponto de designar os sentidos *iterativo* e *durativo* que atualmente se propõem pela construção invariável do PPC. Mattos e Silva (1989, p. 43) aponta, dessa maneira, que a construção *ter* + particípio, que a tradição gramatical portuguesa analisa como tempo composto, somente aparece documentada sob a forma que se

pode rotular a partir de um determinado momento da história da língua portuguesa. Até então, segundo Naro e Lemle (1977, p. 264-5), existia somente a construção do tipo que se expõe nos exemplos (68) e (69) em que ao *ter* pertence um complemento nominal, tendo o particípio estatus de um adjetivo.

68) *ter*: “...por lhe nam **ter merecida a morte**.” Cancioneiro geral de Garcia de Resende (1449), (Oliveira e Machado, 1959, p. 215).

69) *ter*: “...de tamanha **traicom**, qual vos **tinhem bastecida**.” Fernão Lopes: Crónica de D. João (Monteiro, 1968, p.62).

De acordo com Mattos e Silva (1989), a aceitação de *ter* (e *haver*) como verbo(s) auxiliar(es) tem sido imprecisamente situado pelos historiadores como posterior ao período arcaico. O uso do particípio flexionado faz com que a interpretação seja pouco clara na distinção entre os usos lexical e gramatical. Portanto, a datação exata para a convencionalização de uma conjugação perifrástica em que o verbo possessivo age como auxiliar é de difícil definição.

A base do processo que estava para vir concorda com as palavras de Sampaio (1978, p. 26): “os verbos *haver* e *ter*, sofrendo um processo de gramaticalização, se esvaziaram de seu sentido possessivo e se fundiram com o particípio, formando a conjugação composta”. Porém, a partir desse ponto de desenvolvimento, a definição dependeria do critério adotado em relação à respectiva compreensão do que é um verbo auxiliar. Há propostas, como a de Naro e Lemle (1977), que sugerem que a manifestação dos verbos como auxiliares tenha se situado à volta da segunda metade do século XIV. Entretanto, o particípio continua, por inércia, a se flexionar (Sampaio, 1978), na medida em que seu sentido lexical possessivo ainda mantém uma interpretação viável.

A locução verbal de *ter* + particípio invariável parece estabelecer-se somente por volta do século XVI, época em que, de acordo com Sampaio (1978, p. 53), era muito raro o particípio aparecer com flexão. Todavia, ao estudarmos vários documentos e cartas dos séculos XVIII e XIX, conforme os exemplos das frases (70) e (71), registramos que a diminuição de uso do particípio flexionado não chega a ser definitiva. Observamos que ambos particípios variáveis e invariáveis ocorrem simultaneamente, conforme se observa de (70) a (73).

70) *ter*: “...e como não tiue resposta ocazião porhonde **os tiue retardados** emminha mão...” Local desconhecido, 28 de dezembro de 1723 (Andrade, 2007, Transcrição 8, p. 94, l. 263-264).

71) *ter*: “**Tenho** durante o segundo semestre só **matriculadas 10 alumnas**, ...” Porto Feliz, 31 de outubro de 1895 (Almeida, 2007, documento 105, p. 399, l. 9-10).

72) *ter*: “E para o ouvidor geral o doutor João Saraiva que ainda não **tinha tomado a posse** de sua ouvidoria.” Documento escrito em 22 de julho de 1706, acompanhando uma carta escrita em 28 de outubro de 1705 em São Paulo (Fachin, 2006, documento 1, p. 69, l. 30-31).

73) *ter*: “Pela **animacão** que **tem tido** em tão curto espaço...” Porto Feliz, 20 de fevereiro de 1872 (Almeida, 2007, documento 63, p. 265, L. 13-14).

De acordo com Harre (1991), a opção de expressarmos o particípio com um verbo possessivo no seu sentido lexical existe até hoje. Segundo Wlodek (2003), e de acordo com o exemplo em (74), o particípio é frequentemente usado como elemento predicativo, ligado ao complemento direto do verbo. Portanto, *ter* + particípio, pode expressar, do mesmo modo que no português arcaico, *posse* de estados e ações.

74) *ter*: “Já **tenho a sopa cozinhada**.” (Wlodek, 2003, p. 50).

4.4.3 O estado atual dos tempos compostos

Os dados históricos mostram traços nítidos da mudança do significado lexical concreto para uma função mais gramatical. O quadro 12, apresenta um esquema da trajetória de gramaticalização em relação ao desenvolvimento diacrônico do verbo *ter*. Tal desenvolvimento é natural também para o verbo *ter* como auxiliar. Contudo, ao estudarmos a construção PPC, apontamos que ainda há traços verbais lexicais do verbo possessivo, um fato indicador de que a estrutura ainda não tenha chegado até o estágio III.

Quadro 12: Os estágios de gramaticalização (Heine; 1993, p. 113).

Estágio	I	II	III
Significado	Verbal	Verbal	
		Gramatical	Gramatical

Embora muitos gramáticos mencionem o verbo *ter* como auxiliar (ver, por exemplo, Cunha e Cintra, 1985), há os que reconhecem o uso no PPC como um elemento menos gramaticalizado do que em outras estruturas de *ter* + particípio. Giorgi e Pianesi (1997, p. 125), por sua vez, apontam que o significado peculiar do PPC existe pelo verbo ainda representar seu sentido lexical. Conforme os autores (1997, p. 124), o passo para ser gramaticalizado como auxiliar não terá acontecido por causa do pretérito sintético que representa o sentido que o PPC teria designado. De qualquer modo, tais afirmações são apenas hipotéticas. Tampouco é certo

considerarmos o verbo como pleno e lexical, uma vez que apresenta traços claros das funções próprias para os verbos auxiliares. Entretanto, há registros de que a estrutura do PPC se distingue do PMQPC, em que o verbo *ter* (e *haver* em “*havia feito*”) exerce a função explícita de um verbo auxiliar temporal. Ao contrário do PPC, *tinha* + particípio situa-se mais perto do último estágio do quadro 12.

Harris (1982) propõe um esquema com quatro níveis ou estágios de desenvolvimento gramatical para as formas de perfeito composto nas línguas românicas: (i) a construção está restrita a estados no presente, sendo resultado de ações no passado; (ii) o pretérito composto ocorre em circunstâncias específicas de duração ou repetição; (iii) expressa-se o valor arquetípico de presente perfeito pela ação passada ser relevante ao presente; (iv) denominam-se as funções aorísticas, isto é, o aspecto perfectivo do tempo passado. Segundo esse modelo, as construções PPC e PMQPC, conforme as utilizamos hoje, não se encontram no mesmo estágio. Pela noção mais gramatical do verbo possessivo no PMQPC, confirmam-se traços mais claros, a partir dos quais definimos um verbo auxiliar na seção 4.2. Por isso, a construção diz respeito a um estágio coerente com o do (iv), enquanto o PPC se posiciona no estágio (ii), (Harris, 1982; Squartini e Bertinetto, 2000). Todavia, não há evidências para afirmarmos que esse desenvolvimento é universal, na medida em que, por exemplo, o perfeito composto de francês, que expressa o sentido aoristo, pode ter se desenvolvido de modo livre, e, não necessariamente, através dos estágios (ii) e (iii), intermediários.

De acordo com as definições do significado atual do PPC é possível que a construção não tenha passado pelos estágios de gramaticalização mais amplos como, por exemplo, os que ocorreram no francês e no inglês (estágio (iv)). Contudo, pesquisas em textos do século XVII documentam usos do PPC correspondentes a um nível mais gramaticalizado do que o mencionado nível (ii). Nos referimos a Boléo (1936, p. 34-35), Suter (1984, p. 55-57) e Harre (1991, p. 144) que citam exemplos do perfeito composto, expressando sentidos não-durativos. Entretanto, na linguagem cotidiana, não há indícios do sentido aoristo da construção e, conforme explicam Squartini e Bertinetto (2000, p. 419), podem ocorrer por influência de outras línguas, pois os dados analisados, na sua maioria, eram traduções da Bíblia, de modo que não seriam sentidos convencionalizados do português da época. De qualquer modo, a questão está aberta, já que não existem evidências válidas para qualquer das hipóteses, seja como reflexões da linguagem falada, conforme alega Irmen (1966), seja por coincidências em contato com outras línguas.

Pelos dados acima, e em comparação com outras formas verbais compostas, é viável deduzirmos que o PPC, na linguagem do século XXI, ainda se encontra em um ponto intermediário de gramaticalização. Ao referirmos à definição complexa do termo “auxiliar”, apresentada em 4.2, compreendemos que o verbo *ter* nessa construção não representa nem um verbo lexical pleno, nem um auxiliar gramaticalizado de forma completa. De acordo com sua definição semântica, observamos que tampouco há unanimidade entre os gramáticos, de modo que se discorda sobre a relação entre a expressão de ação passada e tempo presente. Ilari (2001, p. 36) considera o PPC como a designação de um evento acabado muito recente, onde o momento de referência é o mesmo da fala, enquanto Pereira (1927) Said Ali (1964) Melo (1968) e Cunha (1972) o relacionam com um evento passado que se estende até a época do presente. Todavia, conforme aponta Harre (1991) e Ilari (2001), dois elementos o destacam ao definirmos seu valor semântico; *repetição* (iteratividade) e *duração* de uma ação iniciada no passado. Uma posição, quer a favor do primeiro quer do último, dependerá do participípio e seu valor têlico (durativo) ou atêlico (pontual). Ao definirem a função dos verbos auxiliares + participípio na formação dos tempos compostos da voz ativa, incluindo o PMQPC, Cunha e Cintra (1985, p. 393) afirmam que são denotadores de um fato acabado, repetido ou contínuo.

4.4.4 A gramaticalização do Pretérito Perfeito Composto

Apresentamos na última seção a hipótese de Harre (1982) sobre quatro estágios de desenvolvimento dos compostos de aspecto perfeito nas línguas românicas. De acordo com esse modelo, apontamos que as primeiras formas de *habere* + participípio no latim, até o uso de *ter* + participípio no português arcaico, com os participípios flexionados, refletiam usos lexicais dos verbos possessivos, exprimindo *posse* de estados resultativos de ações do passado (ver estágio (i)). Bybee et al. (1994, p. 51) alegam do mesmo modo que há evidências sincrônicas e diacrônicas de que os verbos estativos (como *ter*, *haver*, *ser* e *estar*) tenham passado por tal estágio *resultativo* antes de se tornarem auxiliares. Entre os estudiosos há, nessa perspectiva, concordância sobre a naturalidade dos perfeitos compostos no período arcaico. Mattoso Camara (1956, p. 82) afirma que “enquanto a forma verbal adjetiva se mantém articulada com o objeto da ação, não há a rigor uma conjugação verbal composta, mas uma construção frasal que põe em evidência um estado de posse”, na medida em que estruturas do tipo nos exemplos (75) e (76) ainda não são consideradas tempos compostos.

75) *ter*: “Ca mi **teedes mia senhor forçada**, ...” Gil Pérez Conde (CBN 1528), (Lapa, 1970, p. 267, v. 16).

76) *haver*: “Ca muitos **anos havemos passados** nom morou nosco, ...” Airas Nunes (CBN 871; V 455), (Lopes, 2002, p. 475., l. 11-12).

Os participios nas frases designam ações concluídas que, pelos verbos possessivos, são possuídas por alguém no presente, entretanto, trazendo uma noção do passado. Desse modo, as frases indicam a *posse* e a *manutenção* das ações passadas expressas pelos participios. Ao haver verbos possessivos que, de certa forma, aparecem na sua conceptualização básica, optamos pela interpretação de que as formas acima correspondem bem à definição de Mattoso Camara. Em vista disso, continua sendo obscura a datação na qual se permite falar de verbos auxiliares, já que as frases do gênero parecem gerar um sentido temporal antes que o participio apareça na forma invariável.

4.4.4.1 O enfraquecimento do sentido lexical

Conforme apontam Naro e Lemle (1977, p. 265), sobre o texto “Orto do Esposo”, do século XIV (ou início do século XV), o caminho que se segue indica afastamento do uso puramente lexical do verbo *ter* (+ participio). Segundo Harre (1991, p. 131), essa movimentação já se desenvolvera consideravelmente pelos meados do século XV, conforme (77). A interpretação começa a ser mais vaga entre a literal e a que indica uma conceptualização mais gramatical. A composição *ter* + participio no exemplo (77) manifesta um uso em que não há um objeto direto ligado ao verbo possessivo, na medida em que o sentido principal é aquele sugerido pelo participio.

77) *ter*: “por fallar ao Mestre... sobre as mercadorias que lhe foram tomadas acerca do porto da dita cidade nas duas naaos, como **teendes ouvido**” Fernão Lopes: Crónica del Rei D. Joham (Entwistle, 1968, p. 11).

Embora haja uma tendência marcante de uma compreensão temporal no passado, a construção continua em muitos casos a ser usada com o participio em concordância com o objeto. A interpretação de (78) e (79), presentes em *Os Lusíadas*, é, por outro lado, ambígua entre a expressão do estado resultativo no presente e a noção de iteratividade, ou seja, de um evento que começa no passado e se repete até o presente.

78) *ter*: “E, porque, como vistes; **tem passados** na viagem tão ásperos **perigos**, tantos climas e ceos experimentados.” *Os Lusíadas* (Camões, 1995, I-29 (fac-similar)).

79) *ter*: “E tu padre de grande fortaleza, da **determinação** que **tens tomada**, ...” *Os Lusíadas* (Camões, 1995, I-40 (fac-similar)).

Simultaneamente, documentam-se usos em Os Lusíadas que não aceitam a última interpretação. A referência ao estado resultativo de uma ação é expressa pelo fato do verbo exercer a função mais lexical e possessiva do presente.

80) *ter*: “Eu **vos tenho** entre todos **escolhido** para hua empresa a qual a vos deue, ...” Os Lusíadas (Camões, 1995, IV-79 (fac-similar)).

A separação entre a expressão de um estado no presente, exprimindo construções lexicais, e um tempo no passado, vem sendo mais explícita somente no século XVIII. O verbo *ter* aparece, de acordo com os estudos de Harre (1991), com o particípio invariável vinte e cinco vezes em “Verdadeiro Método de Estudar”, de 1746 (Salgado, 1949), enquanto a versão flexionada ocorre apenas nove vezes. Segundo a autora, a mudança da situação em que o particípio, exercendo a função de um adjetivo que concorda com um objeto nominal, para aquela em que o particípio invariável começa a aparecer, sem que haja um complemento direto exposto, é uma ligação central entre o uso lexical e o uso mais gramaticalizado. Ao analisarmos diversos documentos escritos no Brasil do século XIX, observamos que a tendência está em progresso.¹⁸ A construção aparece sem complemento direto e com o particípio invariável, de modo que o tempo verbal PPC parece estar se convencionalizando. Dos dezesseis usos encontrados de *ter* + particípio, quinze utilizam o particípio invariável (de acordo com os usos em (81) e (82) e apenas um particípio é flexionado (ver uso (71)¹⁹). O quadro geral de uso nesses documentos sublinham a concepção contemporânea de *iteratividade* e aspecto *durativo*, conforme apresentamos na seção 4.4.2.

81) *ter*: “Existindo n’esta cidade uma pobre mulher louca, cujos furiosos accesos causão geral incomodo e temõr, Já por que **tem espancado** e **tentado** matar a própria mãe” Porto Feliz em 7 de agosto de 1860 (Almeida, 2007, documento 41, p. 197, l. 2-5).

82) *ter*: “He igualmente verdade que o mesmo Aguiar **tem sido** solícito em cumprir as obrigações que lhe impõe a Lei, ...” Porto Feliz em 5 de junho de 1875 (Almeida, 2007, documento 69, p. 283, l. 16-19).

4.4.4.2 *Posse de situações dinâmicas*

A conceptualização básica dos verbos possessivos é, conforme verificamos no capítulo 3, tipicamente relacionada à *posse* de entidades tangíveis ou visíveis. Observamos que nossa tendência é a de, metaforicamente, compreendermos também ideias e abstratizações como substâncias e, por conseguinte, também ações. O desenvolvimento gramatical que a combinação *ter/haver* + particípio passado representa indica que as relações entre o ser

¹⁸ Edições de documentos de Porto Feliz; Dissertação de mestrado de Almeida (2007).

¹⁹ 71) “**Tenho** durante o segundo semestre só **matriculadas** 10 **alumnas**, ...”

humano e as entidades que este é capaz de possuir deram mais um passo, gramaticalizando os verbos possessivos de modo mais forte. Os complementos que estão em relação aos verbos *ter* e *haver* nessa concepção sublinham que o passo envolve a *posse* de situações dinâmicas, na medida em que emerge uma noção aspectual dinâmica (Heine, 1997, p. 198).

As observações diacrônicas realizadas acima são boas indicações do caminho que os verbos *ter* e *haver* têm seguido ao se tornarem verbos auxiliares de tempos compostos. Os pontos inicial e final desse caminho anotam-se como, respectivamente, *possessivo* e *aspectual*, de modo que Heine (1994) o nomeia um modelo metafórico onde certas instâncias de aspecto são expressas metaforicamente em termos do domínio de *posse*. Tal procedimento ocorre pelo fato da expressão de *posse* mudar de um complemento nominal para uma atividade, o que pode ser ilustrado pelos exemplos (83) a (86) que sublinham tais mudanças no processo de gramaticalização. Pela noção verbal principal ainda pertencer ao verbo *ter*, a *posse* de objetos diretos nominais está explícita nas frases em (83) e (84) em que os participípios são adjetivos que apenas qualificam os substantivos possuídos.

83) *ter*: “e d’ali ouuerom os reys de Portugal pera **teerem** em sua terra **os mouros cativos**, e **sogeitos** no seu seruiço, ...” Crónica da fundação do mosteiro de S. Vicente (Oliveira e Machado, 1959, p. 449).

84) *ter*: “...e ainda nos certificam alguuns que **a teendes** ja **recebida** por molher.” Fernão Lopes: Crônica de D. Fernando (Monteiro, 1968, p.35).

Do mesmo modo que há processos metafóricos no desenvolvimento das formas modais de *obrigação* e *necessidade*, observamos que a passagem para a *posse* de ações não se descreve pela metáfora criativa, mas que as mudanças são graduais, na medida em que vários processos gramaticalizadores devem ser levado em consideração, complementando assim o processo metafórico. De acordo com as observações diacrônicas da seção 4.4.2, trata-se de um processo demorado que, durante seu desenvolvimento, aparece em frases como (85) e (86) onde não há complementos diretos expressos, de modo que se manifesta a tendência do elemento possuído a se relacionar mais explicitamente ao participípio.

85) *ter*: “E tambem sey que **tem determinado**, *de vir por agoa a terra muito cedo*, o Capitão dos seus acompanhado, que da tençam danada nasce o medo: ...” Os Lusíadas (Camões, 1995, I-80 (fac-similar)).

86) *ter*: “Do príncipe, que Deus guarde, **tenho** já **dado** *as novas* a V. Ex^a.” A. Vieira: Cartas (Azevedo, 1925, p. 87).

No exemplo (85), de *Os Lusíadas*, há um complemento preposicional (“de vir por agoa a terra muito cedo”) que poderia exercer a função de um complemento direto e assim concordar com o verbo possessivo. Entretanto, a marca mais óbvia de item possuído vem do particípio passado. No caso de (86) o particípio é invariável. Porém, há um elemento intercalado e, semanticamente, não se exprimem as noções de repetição e de duração correspondentes à forma PPC atual, de modo que o verbo *ter* ainda representa um uso mais lexical do que gramatical.

Conforme alega Said Ali (1966, p. 118), ao se resultar na composição da expressão verbal ativa, o verbo *ter* reduzir-se-á ao papel de acrescentar, com as flexões usuais do verbo, a modalidade de realização perfeita até o presente, ou até determinado momento do pretérito ou do futuro. Para que se situe tal transferência de *posse* para *aspecto*, conforme o modelo desenhado por Said Ali, a noção verbal principal há de passar para o particípio. Desse modo, os usos em (85) e (86) deverão ser considerados como fragmentos de um estágio intermediário, abrindo-se a possibilidade da interpretação ambígua. Nessa perspectiva, os mecanismos que auxiliam na mudança entre as situações estática e dinâmica dependem de fatores pragmáticos e metonímicos. Observaremos esse processo em mais detalhe nas seções 4.4.5.1 e 4.4.5.2 abaixo, mostrando como a *posse* gradualmente se especifica nos novos termos e, por conseguinte, como tal procedimento ocorre através das necessidades comunicativas e pragmáticas da linguagem.

4.4.5 A mudança de *espaço* para *tempo*

Apontamos que um passo crucial no desenvolvimento das categorias gramaticais reside em que o predicado perde a semântica de verbo principal, cuja função se transfere para o complemento. De acordo com Heine (1993, p. 47), trata-se, nesse caso, de uma mudança cognitiva em que o possuído passa da categoria de *objeto* para a de *atividade*. O verbo possessivo, anteriormente lexical perde nessa passagem seu conteúdo semântico lexical a favor de um sentido mais gramatical e temporal. Neste bloco, analisaremos os processos que gramaticalizam o PPC em relação aos elementos que o influenciam na transferência metafórica que, no desenvolvimento de *posse* para *aspecto*, manifesta a mudança entre as categorias metafóricas *espaço* e *tempo*.

4.4.5.1 Especificação da *posse*

A mudança para a função principal do verbo não-flexionado é decisiva para que o verbo possessivo adquira a função de verbo auxiliar, de modo que o processo metafórico “de *espaço* para *tempo*” é despertado em virtude de a *posse* ser especificada em termos de ações. Através desse processo, a proposição, anteriormente estática, torna-se dinâmica e o possuidor torna-se agente. Grosso modo, o desenvolvimento do PPC, no português, teria seguido o padrão conforme o quadro 13.

Quadro 13: Especificação da *posse* – *ter* + particípio.

A.	“... cá a mim disseram que eu tenho um filho João, que ha de montarmuito alto” (exemplo (3))
B.	“Ca mi teedes mia senhor forçada , ...” (exemplo (75))
C.	“Do príncipe, que Deus guarde, tenho já dado <i>as novas</i> a V. Ex ^a .” (exemplo (86))
D.	“por fallar ao Mestre... sobre as mercadorias que lhe foram tomadas acerca do porto da dita cidade nas duas naaos, como teendes ouvido ” (exemplo (77))

O estágio (A) reflete a estrutura transitiva de *posse*. O sujeito refere ao possuidor e o objeto ao possuído. No estágio (B), o possuído é especificado por meios de um modificador restritivo na forma do particípio de um verbo transitivo, ou seja, de um adjetivo verbal. Heine 1997 (p. 192) nomeia esse estágio de *specifying possession stage* (estágio de *especificação da posse*). Através do esvaziamento semântico do verbo possessivo que se segue, verifica-se uma função mais verbal do particípio, na medida em que o modificador é reinterpretado como verbo principal no terceiro estágio. Por conseguinte, no estágio (D), o novo verbo principal poderá ocorrer sem objeto (Harris, 1982; Fleishmann, 1982; Vincent, 1982).

Observamos uma consequência central durante esse processo em que o objeto ou outras entidades intercaladas entre o auxiliar e o particípio são deslocados ou omitidos, na medida em que se torna explícito no contexto frasal que a atividade dinâmica é o objeto possuído. O segundo efeito da queda da entidade intercalada é que as entidades lexicais, anteriormente separadas, conforme aponta Mattoso Camara (1976, p. 164), começam a funcionar como uma unidade semântica.

A razão dos elementos poderem ser omitidos no estágio D, deve-se ao provável fato de as construções serem convencionalizadas através de fatores pragmáticos. Conforme veremos na

próxima seção, consideraremos, desse modo, a importância da metonímia no desenvolvimento gramatical.

4.4.5.2 A metonímia no discurso

O elemento central para que se manifeste o desenvolvimento apresentado no quadro 13, encontra-se mais especificamente no contexto do discurso. Evans e Green (2006, p. 717) apresentam o exemplo da forma inglesa “be going to”, que tem uma trajetória semelhante ao desenvolvimento dos perfeitos compostos no português. Quando se diz “I am going to town” há ambiguidade entre a intenção de alcançar um objetivo no futuro e a ação de se movimentar para algum lugar. A mudança da interpretação lexical de *distância* e a *movimentação* em espaço para aquela mais gramatical de *distância temporal* que se reflete pela *duração* entre o momento do enunciado e a *intenção* em concretizar um evento alguma vez no futuro, relaciona-se à presença de forças metonímicas que operam na relação próxima entre os domínios de *espaço* e *tempo* nesse contexto. Uma segunda observação reside em que, diferente de muitos estudos de gramaticalização, que consideram apenas o desenvolvimento de um item lexical, na frase “be going to”, não é o item “go” que se gramaticaliza. De acordo com Hopper e Traugott (2003, p. 87), o que se gramaticaliza é a frase “be going to” na sua totalidade, na medida em que a contiguidade com “to” no sentido proposital, deve ter sido um fator importante no desenvolvimento do auxiliar de futuro (Hopper e Traugott, 1993, p. 81). Desse modo, a metonímia não se encontra somente no nível lexical, mas opera também no nível da frase como um conjunto de entidades.

Heine (1993, p. 30) afirma, do mesmo modo, que as construções com o verbo possessivo (*habere*), ao se tornar o marcador do perfeito e do futuro, não depende somente das mudanças semânticas relativas a esse verbo. A gramaticalização, conforme o autor, envolve estruturas perifrásticas inteiras. Considerando-se a equivalência conceptual entre *haver* e *ter*, a situação de *ter* + particípio é semelhante ao de “be going to” em dois aspectos. Primeiro, por ser gramaticalizado um conjunto de itens lexicais e, segundo, por haver um significado lexical que pode significar *posse* em *espaço* e que compete com o outro sentido no qual se manifesta a relevância temporal de uma ação passada no presente. Nesse estágio, chamado “estágio II”, por Hopper e Traugott (2003, p. 93), há uma reanálise do sintagma, acompanhada por estratégias metonímicas, de modo que o objetivo principal é resolver o problema de expressar as atitudes do falante. Ao analisarmos um estágio coerente no português, observamos o desenvolvimento de B a D no quadro 13. Tal desenvolvimento foi mostrado pela queda

natural da entidade intercalada entre o verbo possessivo e o particípio, e a seguinte passagem para a conceptualização do particípio como verbo principal.

Em vista disso, o conceito de *posse* serve como veículo para sentidos mais abstratos como, por exemplo, a “relevância no presente” que, de acordo com Heine (1991, p. 242), é uma noção pragmática. Desse modo, pressupõe-se, nas ocorrências de *ter* + particípio flexionado, uma ideia de participação, interesse ou envolvimento na situação e, segundo Pereira (2001, p. 143), por parte do interlocutor, se expressa um ponto de vista subjetivo no momento do enunciado. Embora o uso em (75)²⁰ seja lexicalmente possessivo, a ideia de trazer relevância ao presente de uma ação já terminada, simultaneamente pode ter sido o sentido desejado pelo autor da frase. De acordo com Heine (1991, p. 243), a “relevância no presente” constitui, dessa forma, o veículo para o conteúdo ainda mais abstrato de *tempo e aspecto*. Ao adquirir esses valores, observamos, conforme o quadro 1 (seção 2.5.2), que a perífrase passa da categoria de espaço para a categoria temporal, na medida em que uma transferência metafórica está em progresso.

Mostramos, através dos exemplos de uso neste capítulo, que a trajetória de gramaticalização do perfeito composto se descreve por várias mudanças, sintáticas e semânticas. Conforme os exemplos no quadro 13, o particípio em (75) representa a função adjetival, na medida em que sua interpretação se aplica à descrição qualitativa do substantivo. O desenvolvimento que se segue, de acordo com os exemplos (86)²¹ e (77)²², denota uma mudança de foco do substantivo para o adjetivo, do mesmo modo que gera uma aproximação temporal, por exemplo, pela inversão da ordem de palavras, pela queda de elementos intercalados e pela falha de concordância entre o substantivo e o particípio. Ao considerar que tais mudanças ocorrem através de um longo período de tempo, Brinton (1996, p. 56) anota que o falante perde a consciência do sentido original das expressões, de modo que se convencionaliza o novo significado. Nesse processo, observamos, em relação aos perfeitos compostos, que há contiguidade entre a *posse* de um objeto no espaço e a *posse* de uma situação dinâmica, ou seja, do estado resultativo dessa, e, por conseguinte, entre o estado resultativo e sua relevância no presente. Essas mudanças ocorrem dentro do mesmo domínio conceptual, isto é, no contexto possessivo. A estratégia metonímica que liga o espaço com o tempo nesse contexto

²⁰ 75) “Ca mi **teedes mia senhor forçada**, ...”

²¹ 86) “Do príncipe, que Deus guarde, **tenho** já **dado as novas** a V. Ex^a.”

²² 77) “por fallar ao Mestre... sobre as mercadorias que lhe foram tomadas acerca do porto da dita cidade nas duas naaos, como **teendes ouvido**”

depende da noção de “distância” e do fato de que essa noção espacial pode ser codificada em termos temporais como *duração*. Conforme dizem Lakoff e Johnson (1999, p. 152); “a duração em tempo pode representar, metonimicamente, a distância”. Os traços possessivos da forma fonte (posse no espaço) são, desse modo, transferidos gradualmente para a forma alvo (posse no tempo), cujo processo, conforme Brinton (1988, p. 114), depende de uma “mudança de foco”, e compreende-se através da metonímia.

4.4.6 A representação metafórica

A transferência metafórica de *posse* para *aspecto* baseia-se principalmente na mudança entre as categorias metafóricas de *espaço* e *posse* para *tempo* (Heine, 1991, p. 49-59). Observamos que as categorias de *espaço* e *posse* são categorias próximas, uma vez que o ato de possuir se encontra no espaço. Entretanto, requerem processos metafóricos para que a *posse* nos espaços físico e mental seja compreendida como um conceito temporal. Esse caso é nítido na forma de futuro simples, em que o verbo *haver* se tornou uma entidade morfológica puramente temporal, pois se perdaram todos os valores semânticos de *posse*. A situação do PPC, por outro lado, é mais difusa.

De acordo com os primeiros dados dos verbos possessivos em construções com participípios flexionados, notamos que se descreve a *posse* plena de um objeto no presente, tendo o participípio a função de um adjetivo que descreve a qualidade desse objeto. O verbo possessivo age como verbo principal, de modo que o aspecto é o de imperfectividade. Em seguida, quando a noção principal passa para o participípio, o valor aspectual de perfectividade aumenta, fazendo que o verbo no presente se reduza a uma categoria mais gramatical. Diminui-se, desse modo, a noção do aspecto imperfeito. Porém, para que a noção de imperfeito desapareça por completo, o verbo, agora considerado auxiliar, teria de passar para o último estágio no processo de auxiliarização, conforme apresentamos na seção 2.5.5. O PPC não chegou até essa fase e, portanto, é mais conveniente acreditarmos que a perífrase expressa simultaneamente noções de perfectividade e de imperfectividade.

No uso contemporâneo do PPC, o participípio verbal designa o resultado final de uma ação, ou seja, o aspecto de perfectividade de algo concluído, enquanto o verbo possessivo mantém valores da conjugação do presente, cuja noção aspectual é a de imperfectividade, exprimindo o sentido de “presente imperfeito” (Bybee et al., 1994, p. 141). Nessa perspectiva, observamos que o verbo *ter* no PPC combina as características de verbo lexical e marcador

gramatical, de modo que se confirma o termo que Heine et al. (1991, p. 231) e Bertinetto (1986) descrevem como *híbrido linguístico*. Afirma-se um estágio no meio do caminho entre os sentidos X (lexical) e Y (gramatical) que não manifesta as propriedades requeridas por nenhuma das duas categorias, ou seja, é indicado um sentido lexical de *posse*, simultaneamente com o da categoria temporal, mais gramatical.

Pelo fato de existirem interpretações ambíguas e estágios intermediários, Heine (1991, p. 70) aponta que surgem dois problemas centrais na aproximação metafórica de gramaticalização. Primeiramente, conforme observamos pelo desenvolvimento no uso diacrônico, anotamos que as mudanças ocorrem de modo gradual (Brinton, 1988, p. 183), na medida em que o processo metafórico não está em vigor sem a ajuda de outros processos. Conforme registramos no PPC, reflete-se, de acordo com esse problema, a coexistência de sentido gramatical forte e fraco na mesma estrutura linguística. O segundo problema diz respeito à transição do significado lexical para aquele que é mais gramatical, manifestando a gradualidade do processo. De acordo com Traugott e König (1991), Heine et al. (1991) e Hopper e Traugott (2003), o processo metafórico está, dessa maneira, em colaboração com os processos metonímicos, na medida em que o desenvolvimento do item lexical possessivo para o uso mais gramatical, temporal, não seria viável, a não ser que houvesse um estágio intermediário que ligasse os domínios conceptuais distintos através da compreensão metonímica (Heine et al., 1991, p. 70). Nessa perspectiva, de acordo com o desenvolvimento dos perfeitos compostos na língua portuguesa, durante certos estágios de desenvolvimento, manteve-se, por contiguidade, a noção possessiva em relação ao domínio fonte de *espaço* e ao domínio alvo de *tempo*.

Embora o resultado final da gramaticalização seja produto de um processo que relata transferência do significado A (lexical) para o significado B (gramatical) na forma de uma mudança descontínua, se bem que discreta, Heine (1991, p. 231) afirma que, algures entre os dois significados, há um estágio em que não se possa descrever a entidade em questão como nem A nem B. Conforme observamos no bloco 4.4.4.1 acima, a forma PPC se convencionalizou para um sentido próprio na língua portuguesa, de modo que representa um sentido definido pela estrutura fixa e rígida do verbo *ter* + particípio passado invariável. Entretanto, o que parece ser óbvio é que o sentido convencionalizado do PPC é uma estrutura em que não há um verbo auxiliar perfeitamente gramaticalizado. Dessa forma, sua definição não ultrapassa, de forma definitiva, um estágio intermediário.

4.4.8 Considerações adicionais

No quadro 12, ilustramos a gramaticalização como um processo de três níveis de desenvolvimento. Porém, há de ser mencionado que tal esquema não necessariamente se limita a uma descrição categórica desses três estágios, já que o processo é considerado gradual e contínuo. Estratégias metonímicas ligam subdomínios conceptuais entre, por exemplo, os estágios I e II, ou, II e III, de modo que há, por fim, uma transferência metafórica discreta entre dois domínios mais distintos. Em vista disso, a situação do PPC é de difícil definição, uma vez que o verbo *ter*, devido a razões internas, conforme estudamos neste bloco, e fatores externos, parece não ter sido gramaticalizado de forma completa.

Como um fator externo à construção, mencionamos a hipótese de que o estado atual possa ser um resultado da concorrência com o Pretérito Perfeito Simples, que designa grande parte dos contextos que um perfeito composto, de acordo com evidências de outras línguas, seria capaz de denotar (Squartíni, 1998; Auerbach, 1970). Segundo, certos estados e ações no presente, que se iniciaram no passado, adquiriram também uma forma existencial/temporal.

Observamos o uso de *haver*, e, mais tarde, de *ter*, no PB. Dessa maneira, as frases do tipo “I have been here for a long time” se enunciam, em português; “estou aqui tem (há) muito tempo”.

O PMQPC segue de forma parecida o desenvolvimento sintático e morfológico da construção PPC, porém, abrangendo um campo semântico maior. Observamos exemplos de usos mais lexicais e possessivos em (87) a (89) e perífrases com uma função claramente mais gramatical, nos exemplos (90) e (91). Acrescentamos também em relação ao PMQPC o fato de que há um estágio intermediário em que as formas flexionada e não-flexionada coexistem, do mesmo modo que ocorre com a conjugação PPC. De acordo com Sampaio (1978), tal uso estabeleceu-se por volta do século XVI.

87) *ter*: “...e que a **tiinha recebida** a furto; ...” Fernão Lopes: Crónica de D. Fernando (Monteiro, 1968, p. 27)

88) *ter*: “Ali **tinha** em retrato **affigurada** Do alto e Sancto espírito a *pintura*, ...” Os Lusíadas (Camões, 1995, II-11 (fac-similar)).

89) *ter*: “..., abastando estar em nome do que *as tinha* todas **anexadas**.” (Nóbrega, 1955, p. 9, l. 59-60).

90) *ter*: “Não se pode resolver se Martim Afonso nesse tempo já **tinha feito** alguma viagem á Índia.” Memória Histórica da Capitania de São Paulo (1796), (Costa, 2007, p. 147, L. 260-261).

91) *ter*: “..., embarcou-se com huma parte dos seus valentes, e outra de Índia nas Embarcações, em que **tinhão**

vindo os Portuguezes, ..." Memória Histórica da Capitania de São Paulo (1796), (Costa, 2007, p. 198, L. 1507-1509).

Ao distinguirmos os níveis de gramaticalização das construções PMQPC e PPC, notamos que o verbo *ter*, até certo ponto, designa uma noção temporal mais forte no primeiro. De maneira contrária, da competição entre o PPC e o Preterito Simples, sobrevive o PMQPC como forma principal na linguagem falada. A forma *-ra*, isto é, o Mais que Perfeito Simples, mantém-se somente na linguagem literária a qual, conforme Harre (1991, p. 140), de modo completo se restringe. Diferentemente do PPC, o PMQPC é também capaz de denotar conceitos temporais mais puros de acordo com frases como "*tinha estado* lá havia muito tempo". Observamos que a mesma construção ("*tenho estado* aqui há muito tempo") não se permite no PPC.

Squartini (1998, p. 153) afirma que o PPC em português, de modo diferente das outras línguas românicas, também não refere concretamente a situações no passado, isto é, a ação anterior do momento ao qual se refere. De acordo com a ideia prototípica de uma forma "Mais que Perfeito", a referência denomina um evento anterior à outra ação, também no passado. Se o desenvolvimento entre as duas estruturas da língua portuguesa fosse igual, a última designaria um evento *durativo* ou *repetitivo* simultâneo com a outra ação. Porém, sabendo que esse não é o caso do PMQPC, pelo fato de distinguir claramente entre os dois tempos da enunciação, anotamos que a construção traz evidências de uma estrutura mais gramaticalizada do que o PPC.

Heine (1993, p. 86) afirma que um verbo auxiliar não é nem um verbo lexical, nem uma flexão gramatical pura. Desse modo, compreende-se que o desenvolvimento das categorias lexicais para as mais gramaticais é um processo gradual que exhibe um contínuo semântico entre os domínios envolvidos (Brinton, 1988; Heine et al., 1991; Sweetser, 1990; Traugott e König, 1991). Observamos na seção 4.4.5.2 que a mudança de *posse* (lexicalmente definida) para *aspecto* é uma transferência metafórica que, através de estratégias metonímicas que codificam a duração temporal em termos da noção espacial de *distância*, denota funções possessivas que se mudam do domínio de *espaço* para o de *tempo*. Portanto, pelo processo ser contínuo, confirma-se a possibilidade de as estruturas envolverem mudanças em diferentes graus de saliência quanto às noções possessivas lexicais e temporais. Sabendo-se que o PMQPC é mais gramaticalizado do que o PPC, pode-se dizer que verbo *ter* exerce uma função menos prototípica possessiva no primeiro, enquanto ainda há evidências desses traços no último.

Quadro 14: Resumo do desenvolvimento lexical e gramatical do verbo *ter*.

<p>→ Habere/haver (Tomar posse/adquirir)</p> <p>Esquema de Ação</p> <p>→ Ter</p> <p>Raiz etimológica: (segurar fisicamente) → Novo significado convencionalizado:</p> <p>→ Abstratização: “A mente como contendor” e “ideias são objetos” (Segurar objetos abstratos)</p> <p>Ter possessivo: - Ser proprietário de - Possuir</p> <p>Consideração: Verbo pleno possessivo Fundamento de → Oração existencial → Modalidade de obrigação → Aspecto de perfectividade</p>	
<p>A oração existencial</p> <p>Ter possessivo</p> <p>→ Personificação: “de pessoa para objeto” : Objetos inanimados são possuidores</p> <p>→ Abstratização: “Um objeto é um espaço” e “o espaço como contendor”</p> <p>Existência em localizações: - “Aqui tem gelo” → Nova conceptualização Ter existencial – “Tem gelo aqui”</p>	
<p>Modalidade de obrigação</p> <p>Ter possessivo (posse de objetos nominais) → Enfraquecimento do sentido possessivo</p> <p>→ Forças externas impondo obrigação → Troca de verbo principal para o infinitivo</p> <p>→ Abstratização: → Nova conceptualização: “Posse de obrigação” Ter auxiliar: de modalidade - “Tenho de fazer”</p> <p>→ Omissão de elemento externo</p> <p>→ <i>Subjectification</i>: Aquisição das forças externas pela situação avaliativa, interna, do falante - “Tenho por obrigação de fazer”</p>	
<p>Aspecto de perfectividade</p> <p>Ter possessivo (posse de objetos nominais) → Perda de sentido possessivo</p> <p>→ Abstratização: → Reinterpretação do participio como verbo principal</p> <p>Posse de situações dinâmicas</p> <p>→ Guia metafórico na gramaticalização: “Posse no espaço para posse temporal”</p> <p>→ Estratégia metonímica: “De distância no espaço para duração no tempo”</p> <p>→ Ter auxiliar: de aspecto perfeito - “Tenho corrido...” - “Tinha corrido...”</p>	

Considerações finais

Com o objetivo principal de descrever o desenvolvimento da forma *ter* a partir de processos cognitivos, demonstramos que as conceptualizações modais, aspectuais e existenciais são derivações de um e o mesmo sentido prototípico. Desse modo, os usos cotidianos do verbo registram que o estudo de *ter* é, de fato, um estudo sobre o conceito de *posse* e as capacidades de desenvolvimento que este possui. Entretanto, observamos que o conceito possessivo, em si, não é básico para a mente humana. A diversidade de construções possessivas nas línguas mundiais deriva de esquemas mais concretos de experiência, já que a *posse* representa uma ideia abstrata e depende da conceptualização metafórica de “as ideias serem substâncias”. Em vista disso, compreendemos que as origens do verbo latino *tenere*, que primeiro tratava do ato físico de “segurar”, passa por uma transferência metafórica entre os espaços físico e não-físico a fim de designar a ideia abstrata de “possuir”, preservando a ideia de segurar que permanece em todos os usos do contínuo apresentado no quadro 15.

Quadro 15: O contínuo de desenvolvimento.

Esquema de ação > <i>tenere</i> (<i>habere</i>) > <i>segurar</i> > <i>ter</i> possessivo	→ posse inanimada > <i>ter</i> existencial
	→ posse de obrigação > auxiliar modal
	→ posse temporal > auxiliar de perfeito

A análise do desenvolvimento que deriva do protótipo possessivo prova que as capacidades cognitivas são de fonte inestimável para qualquer estudo de desenvolvimento linguístico. Não dizemos com isto que os fatores que se observam pela análise descritiva são insignificantes. Porém, uma vez que a linguagem se atesta como uma descrição simbólica da “verdade” e das experiências, notamos que a aquisição de novos sentidos depende da compreensão da realidade, que, por si, emerge da cognição humana. Por isso, constatamos que a base do desenvolvimento linguístico reside no fato de que o cérebro é o veículo para as transformações semânticas que ocorrem em relação às palavras e suas designações.

As relações entre os conceitos dos gêneros que atualmente se aplicam ao verbo *ter*, representam sentidos próximos e periféricos com diferentes graus de saliência, na medida em que há casos em que o limite entre a extensão metafórica e o uso pleno pode ser de difícil distinção. Entre os objetivos principais do presente estudo estava, portanto, encontrar o caminho de desenvolvimento entre as origens e as novas conceptualizações. Conforme as teorias de gramaticalização e mudanças lexicais apresentadas no capítulo 2 deste trabalho, observamos que tal fato se registra devido ao fato de o desenvolvimento semântico ser um

processo gradual. De modo particular, destaca-se a teoria da *metáfora emergente*, de Heine et al. (1991) que prova que não, necessariamente, é a criatividade cognitiva que gera as mudanças, mas a relação entre os conceitos que, pelo mecanismo da metonímia no discurso, faz com que as transferências metafóricas aconteçam. Portanto, observamos que as metáforas conceptuais como “a mente é um contentor”, “ideias são substâncias” e a personificação de lugares, de acordo com o desenvolvimento da oração existencial, e a metáfora “uma localização é um contentor” são guias para a realização das novas formas de designação.

O mesmo ocorre ao estudarmos o desenvolvimento do verbo *ter* como item gramatical, de modo que o processo gradual se verifica em determinados estágios intermediários da história e até o presente estado. Em tais estágios demonstramos que o verbo auxiliar em conjunto com o particípio, ou o infinitivo, são *híbridos linguísticos*, cuja existência se confirma pelo verbo anteriormente possessivo adquirir, ao longo dos anos, capacidades temporais. Desse modo, os sentidos das entidades particulares das perífrases interagem, e não há sempre uma distinção óbvia entre o sentido possessivo pleno e o sentido aspectual documentados pela realização de uma ação no passado. Em vista disso, há indícios de que o verbo *ter* como auxiliar possa continuar a se desenvolver, ao passo que a noção possessiva vai se enfraquecendo a cada vez mais a favor de uma função mais gramatical e temporal. No presente estudo tratamos dos tempos verbais PPC e PMQPC que evidenciam a gradualidade do processo de gramaticalização por representarem sentidos aspectuais diferentes. Percebemos traços claros de uso lexical possessivo no primeiro, enquanto o último adquiriu sentidos definidos de uma conceptualização temporal.

Iniciamos este estudo com a afirmação de que a função central da linguagem é interativa, de modo que ela é essencial para nossa existência e para que nos comuniquemos com os outros indivíduos no mundo. As pesquisas realizadas no presente estudo evidenciam que a mente humana é um elemento criativo no desenvolvimento de um sistema linguístico. Quando não existem expressões adequadas para as determinadas situações, o sistema cognitivo utiliza os conhecimentos já existentes para explicitar as novas necessidades que emergem da nossa experiência com o mundo. Desse modo, confirmamos que um estudo pancrônico sobre o verbo *ter* daqui a 50 anos talvez não tenha as mesmas conclusões que fizemos aqui, pois a língua é um fenômeno em mudança contínua. Observamos que não, necessariamente, são os símbolos linguísticos que mudam no correr dos tempos, mas as designações com que uma determinada sociedade linguística os relaciona. Entre os processos cruciais para esse

desenvolvimento estão os processos cognitivos da metáfora e da metonímia, uma vez que a cognição humana é a operadora central na relação entre a palavra e o(s) conceito(s) ao qual refere.

Anexo: Os dados e as fontes literárias

- Abelleira F.M., I.R. Caramés, M.C.R. Castaño e X.X.R. Fernández 1996, *Lírica Profana Galego Portuguesa: Corpus completo das cantigas medievais con estudio biográfico, análise retórica e bibliografía específica*, Santiago de Compostela.
- Almeida, M.V. 2007, *Edição de documentos do século XIX para o estudo da variedade linguística em Porto Feliz*, dissertação (Mestrado), Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Andrade, E.A. de 2007, *Estudo paleográfico e codicológico de manuscritos dos séculos XVIII e XIX: edições fac-similar e semidiplomática*, tese (Doutorado), Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo:
- Assis, M. de 1977, *Ressurreição*, 5. ed., Ática, São Paulo.
- Azevedo, J.L. d' 1925, *A. Vieira, Cartas*, Coimbra.
- Bothe, F.H. 1821, *Titus Maccius Plautus*, Apud H. Voglerum, Halberstadii.
- Camões, L. de 1995 (fac-similar), *Os Lusíadas*, Edição Comemorativa dos 30 anos da Xerox no Brasil feita em regime de Co-Edição com a Fundação Biblioteca Nacional – Departamento Nacional do Livro, do ministério da Cultura, Biblioteca Repográfica Xerox, Rio de Janeiro.
- Castro, G.P. de 2000, *Ulisseia ou Lisboa Edificada, Vol I*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- Cintra, L.F.L. 1984, *Crónica Geral de Espanha de 1344: Edição crítica do texto português de Luís F. Lindley Cintra, vol III*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa.
- Costa, R.F. 2007. *Edição semidiplomática de “Memória Histórica da Capitania de São Paulo” códice E11571 do arquivo do estado de São Paulo*, dissertação (Mestrado), Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Cunha, C.F da 1961, *Estudos de poética trovadoresca, versificação e ecdótica*, MEC/Instituto Nacional do Livro, Rio de Janeiro .
- Du Cange, D.C.S. 1840/50, *Glossarium mediae et infimae latinitatis*, Firmi Didot Frates, Vol. 1, Paris.
- Entwistle, W.J. 1968, *Fernão Lopes, Crónica del Rei Dom Joham I, Parte 2*, Lisboa.
- Fachin, P.R.M. 2006, *Estudo paleográfico e edição semidiplomática de manuscritos do conselho ultramarino (1705-1719)*, dissertação (Mestrado), Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Fleischman, S. 1982, *The Future in Thought and Language: Diachronic evidence from romance*, Cambridge University Press, Cambridge, UK.
- Jensen, F. 1978, *The Earliest Portuguese Lyrics*, Odense University Press, Odense.
- Lapa, M.R. 1970, *Cantigas d'escarnho e de mal dizer dos cancioneiros medievais galego-portugueses*, ed. crítica. 2ª ed. Editorial Galaxia, Vigo. (1ª. ed. Coimbra: Editorial Galaxia, 1965); com “Vocabulário”.
- Lopes, G.V. de, 2002, *Cantigas de Escárnio e Maldizer dos Trovadores e Jograís Galego-Portugueses*, Editorial Estampa, Lda, Lisboa.
- Lopes, F. 1967, *Crónica de D. Pedro*, org., pref. e notas de A. B. Coelho, Portugália Editora, Lisboa.
- Lorenzo, R. 1985, *Crónica Troiana. Introducción e texto*, Fundación Barrié de la Maza, A coruña.
- Mattos e Silva, R.V. 1997, “Observações sobre a variação no uso dos verbos ser, estar, haver, ter no galego-português ducentista”, em *Estudos lingüísticos e literários 19*, p. 253-286.
- 1996. ”A variação haver/ter”. Em Mattos e Silva R.V. (ed), *A Carta de*

- Caminha: testemunho lingüístico de 1500*. EDUFBA/UEFS/CNPq, Salvador, p. 181-194.
- Menéndez Pidal, R. 1926, *Orígenes del español*, Madrid.
- Mettmann, W. 1986, *Cantigas de Santa Maria (cantigas 101 a 260): Alfonso X, el Sabio, Vol II*, Castalia, Madrid.
- Monte, V.M.M. 2007, *Documentos setecentistas – edição semidiplomática e tratamento das Sibilantes*, dissertação (Mestrado), Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Monteiro, A.C. 1968, *Fernão Lopes; Crônicas*, Livraria AGIR Editora, Rio de Janeiro.
- Nóbrega, M. Da. 1955, *Cartas do Brasil e Mais Escritos*, Universidade de Coimbra, Coimbra.
- NURC - Projeto Norma Linguística Urbana Culta (Rio de Janeiro): Informações obtidas em: <http://www.lettras.ufrj.br/nurc-rj/>
- Oliveira, C. de e S. Machado 1959, *Textos portugueses medievais*, Coimbra Editora, Coimbra.
- Prinz, O. 1960, *Itinerarium Egeriae (Peregrinatio Aetheriae)*, Heidelberg.
- Roberts, I. 1993, *Verbs and diachronic syntax*, Kluwer Academic Publishers, Dordrecht.
- Sponer, M. 1934, “Documentos antigos de Galicia”, em *Anuari de l’Oficina Romànica de Lingüística i Literatura VII*, p. 113-192.
- Vasconcelos, C. M. de 1990, *Cancioneiro da Ajuda*, edição Crítica e comentada por Carolina Michaelis de Vasconcelos, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa. Reimpressão da edição de Halle 1904, 2 Volumes.
- 2004, *Glosas Marginais ao Cancioneiro Medieval Português*, Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Wlodek, M. 2003. “O particípio português – Formas e usos”. *Romansk Forum*, 17.

Referências:

- Akmajian, A. e F. Heny 1975, *An Introduction to the Principles of Transformational Syntax*, The MIT Press, Cambridge.
- Akmajian, A., S.M. Steele e T. Wasow 1979, “The category AUX in universal grammar”, *Linguistic Inquiry* 10; p. 1-64.
- Antilla, R. 1972, *An Introduction to Historical and Comparative Linguistics*, Macmillan, New York.
- Auerbach, E. 1970, *Introdução aos Estudos Literários*. Tradução de José Paulo Paes, Cultrix, São Paulo.
- Bauer, B. 2000, *Trends in Linguistics: Archaic syntax in indo-european*, Mouton de Gruyter, Berlin.
- Bechara, E. 1991, “As fases da lingua portuguesa escrita”, *Actes du XVIIIe. Congrès International de Linguistique et Philologie Romanes*. Ed. D. Kremer, vol. III, Tubingen, Max Niemeyer, p. 68-76.
- Benveniste, E. 1960, “*Etre et Avoir* dans leurs fonctions linguistiques”, *Problèmes de linguistique général* I, 1966; p. 187-207.
- 1968, “Mutations of linguistic categories”, Em W. P. Lehmann e Y. Malkiel, *Directions for historical linguistics: A symposium*, University of Texas Press, Austin, p. 83-94.
- 1995 [1966], *Problemas de lingüística geral*, trad. M. da G. Novak e M.L. Néri, rev. Prof. I.N. Salum. 4. ed., pontes, Campinas, SP.
- Bennett, C.E. 1914, *Syntax of Early Latin, II The Cases*, Stauffer, Leipzig.
- Bertinetto, P.M. 1986, *Tempo, Aspetto e Azione nel verbo italiano. Il sistema dell' indicativo*, Accademia della Crusca, Firenze.
- Boléo, M.P. 1936, *O pretérito e o perfeito em português em confronto com as outras línguas românicas (Estudo de carácter sintáctico-estilístico)*, Biblioteca da Universidade, Coimbra.
- Bollinger, D. 1980, *Language-The Loaded Weapon: The use and abuse of language today*, Longman, London.
- Brinton, L.J. 1988, *The Development of English Aspectual Systems: Aspectualizers and post-verbal particles*, (Cambridge Studies in Linguistics, 49) Cambridge University Press, Cambridge.
- 1996, *Pragmatic markers in English: grammaticalization and discourse function*, Mouton de Gruyter, Berlin.
- Brugmann, C.M. 1988, *The syntax and semantics of HAVE and its complements*. Ph.D. dissertação, Universidade de California, Berkley.
- Bueno, F. da S. 1967, *Grande dicionário etimológico, prosódico da lingua portuguesa*, Saraiva, São Paulo.
- Bybee, J. e Ö. Dahl 1989, “The creation of tense and aspect systems in the languages of the world”, *Studies in Language* 13,1, p. 51-103.
- Bybee, J., R. Perkins e W. Pagliuca. 1994, *The Evolution of Grammar: Tense, aspect and modality in the languages of the world*, University of Chicago Press, Chicago.
- Callou, D. e J. Avelar 2000, “Sobre *ter* e *haver* em construções existenciais: Variação e mudança no português do Brasil”, em *Gragoatá* 9, p. 85-114.
- 2002, “Estruturas com ‘ter’ e ‘haver’ em anúncios do século XIX”, em T. Alkmim (ed.), *Para a história do português brasileiro*, III, Humanitas-USP, São Paulo, p. 47-68.
- 2007, “Sobre a Emergência do Verbo Possessivo em Contextos Existenciais no Português Brasileiro”, em A. Cstilha et al. (eds.). *Descrição, História e Aquisição do Português Brasileiro*, Editora Pontes, São Paulo, p. 375-402.

- Castro, I. 2008, *Introdução à História do Português*, Edições Colibri, Lisboa.
- Chomsky, N. 1957, *Syntactic Structures*, Mouton, Den Haag.
- Clark, E.V. 1978, "Locational: Existential, Locative and Possessive Constructions", em J. H. Greenberg (ed.), *Universal of Human Language*, v. 4, *Syntax*, Stanford University Press, Stanford.
- Claudi, U. 1986, "To Have or not to Have: On the conceptual base of predicative possession in some african languages", artigo, Universidade de Cologne.
- Coates, J. 1983, *The Semantics of the Modal Auxiliaries*, Croom Helm, London e Canberra.
- Comrie, B. 1985, *Tense*, Cambridge University Press, Cambridge.
- Costa, M. J. 1998, "Contributos para o estudo das perífrases verbais com "aver" e "teer" no português medieval", em Correia, Clara Nunez; Gonçalves, Anabela, *Actas do XVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística* (Coimbra, 28-30 de setembro de 2000), Associação Portuguesa de Linguística 2001, Lisboa, p 179-186.
- Coutinho, I. de L. 1974, *Pontos de Gramática Histórica*, 6ª ed., Livraria Acadêmica, Rio de Janeiro.
- 1976, *Gramática Histórica*, 7ª ed., Ao Livro Técnico S/A, Rio de Janeiro.
- Croft, W. 1993, "The Role of Domains in the Interpretation of Metaphors and Metonymies", em *Cognitive Linguistics*, 4, p. 335-370.
- 2000, *Explaining Language Change: An evolutionary approach*, Longman, London.
- 2003, *Typology and Universals*, 2ª ed., Cambridge University Press, Cambridge.
- Cunha, C. 1972, *Gramática da língua portuguesa*, MEC, Rio de Janeiro.
- Cunha, C. e L. Cintra 1985, *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, 2ª ed., 21ª reimp., Nova Fronteira, Rio de Janeiro.
- Dik, S.C. 1987, "Copula auxiliarization: How and why?", em M. Harris & P. Ramat (eds) *Historical Development of Auxiliaries*, Mouton De Gruyter, Berlin, p. 54-84.
- Edmondson, J.A. e F. Plank 1975, "Auxiliaries and main verbs reconsidered", *Lingua* 38, p. 109-23.
- Evans, V. e M. Green 2006, *Cognitive Linguistics: An introduction*, Edinburgh University press, Edinburgh.
- Fillmore, C. 1982, "Frame Semantics", em *Linguistic Society of Korea* (ed.), *Linguistic Structure Processing*, North Holland, Amsterdam, p. 55-82.
- 1985, "Frames and the Semantics of Understanding", em *Quaderni di Semantica* 6, nr. 2, p. 222-253.
- Fleischman, S. 1982, *The Future in Thought and Language: Diachronic evidence from romance*, Cambridge University Press, Cambridge, UK.
- Franchi, C., E. Negrão e E. Viotti 1998, "Sobre a gramática das orações impessoais com Ter/Haver", em *DELTA*, 14, no. especial, p. 105-131.
- Freeze, R. 1992, "Existentials and other locatives", *Language* 68, p. 553-595.
- Giorgi, A. e F. Pianesi 1997, *Tense and Aspect: From semantics to morphosyntax*, Oxford University Press, New York / Oxford.
- Givon, T. 1975, "Serial Verbs and Syntactic Change: Niger-Congo", em *Word Order and Word Order Change*, C.N. Li (ed.), University of Texas Press, Austin.
- 1979, *On Understanding Grammar*, Academic Press, New York.
- 1989, *Mind, code and context: Essays in pragmatics*, Lawrence, London.
- 1993, "Verbal Inflections: Tense, aspect, modality and negation", em *English Grammar: A functional-based introduction. Vol I.*, John Benjamins Publishing Co.. Amsterdam/ Philadelphia.
- Harre, C. 1991, *Tener + Past Participle: A case study in linguistic description*, Routledge, London e New York.
- Harris, M. 1982, "The 'past simple' and the 'present perfect' in Romance", em N. Vincent e

- M. Harris (eds.), *Studies in the Romance Verb*, Croom Helm, London, p. 42-70.
- Heine, B., U. Claudi e F. Hünnemeyer 1991, *Gramaticalization: a conceptual framework*, University of Chicago Press, Chicago.
- Heine, B. 1993, *Auxiliaries: Cognitive forces and grammaticalization*, Oxford University Press, New York/Oxford.
- 1994, "On the nature of semantic change in gramaticalization", em M. Negri e D. Poli (eds.), *La semantica in prospettiva diacronica e sincronica: atti del Convegno della Società Italiana di Glottologia, Macerata – Recanati, 22-24 di ottobre, 1992*, Giardini Editori e Stampatori, Pisa.
- 1997, *Possession: Cognitive sources, forces, and grammaticalization*, Cambridge Studies in Linguistics, Cambridge University Press, Cambridge.
- Hengeveld, K. 1992, *Non-verbal predication theory, typology, diachrony*, Mouton de Gruyter, Berlin.
- Hopper, P. 1987, "Emergent Grammar", em *Proceedings of the Berkleys Linguistics Society*, 13, 139-157.
- 1994, "Phonogenesis", em W. Pagliuca (ed.), *Perspectives on Grammaticalization [Current issues in linguistic theory, 109]*, John Benjamins, Amsterdam.
- Hopper, P. e E.C. Traugott, 1993, *Gramaticalization*, Cambridge University Press, Cambridge.
- 2003, *Gramaticalization*, 2ª ed., Cambridge University Press, Cambridge.
- Huddleson, R. 1984, *An Introduction to the Grammar of English*, Cambridge University Press, Cambridge.
- Ilari, R. 2001, *A expressão do tempo em português*, 2ª ed., Contexto, São Paulo.
- Irmen, F. 1966, "O preterito composto em português", *Revista de Portugal, Série A: Língua Portuguesa* 31, p. 222-238.
- Isacenko, A.V. 1974, "On have and be languages: aA typological sketch", em M. Flier, (ed.), *Slavic Forum: Essays in linguistics and literature*. The Hague, p. 43-77.
- Jackendoff, R. 1972, *Semantic Interpretation in Generative Grammar*, MIT Press, Cambridge, MA.
- Johnson, M. 1987, *The Body in the Mind; The bodily basis of meaning, imagination, and reason*, University of Chicago Press, Chicago e London.
- Kato, M. 2004, "Desvendando a gramática do português brasileiro", em Albano, Coudry, Possenti e Alkmim, *Saudades da língua*, Mercado de Letras/IEL-UNICAMP, Campinas, p. 261-271.
- Keller, R. 1994, *On Language Change: The invisible hand in language*, Routledge, London.
- Kövecses, Z. 2002, *Metaphor: A practical introduction*, Oxford University Press, New York/Oxford.
- 2006, *Language, mind and culture: a practical introduction*, Oxford University Press, Oxford.
- Kövecses, Z. e G. Radden 1998, "Developing a cognitive linguistic view", em *Cognitive Linguistics*, 9, p. 37-77.
- Kurylowicz, J. 1975, "The evolution of grammatical categories", em *Essais Linguistiques*, Fink Verlag, II, Munich, p. 38-54.
- Lakoff, G. e M. Johnson 1980, *Metaphors We Live By*, ed. atualizada, Chicago University Press, 2003, Chicago.
- 1999, *Philosophy in the flesh: The embodied mind and its challenge to western thought*. Basic Books, New York.
- Lakoff, G. 1987, *Women, fire and dangerous things: What categories reveal about the mind*, University of Chicago Press, Chicago and London.
- Langacker, R. 1977, "Syntactic reanalysis", em *Mechanics of Syntactic Change*, Charles N. Li

- (ed.), University of Texas Press, Austin, p. 59–139.
- . 1978, “The Form and Meaning of the English Auxiliary”, em *Language*, 54, 4: 853-884.
- . 1987, *Foundations of Cognitive Grammar, volume I*, Stanford University Press, Stanford, CA.
- . 1990, “Subjetification”, em *Cognitive linguistics*, Nijmegen,1, p.5-37.
- . 1991, *Foundations of Cognitive Grammar, volume II*, Stanford University Press, Stanford, CA.
- . 1993, “Reference Point Constructions”, em *Cognitive Linguistics*, 4, p. 1-38.
- Lapesa, R. 1984, *Historia de la lengua española*, (Biblioteca Románica Hispánica, III, Manuales, 45) Gredos, Madrid.
- Lee, D. 2001, *Cognitive Linguistics: An introduction*, Oxford University Press, Oxford.
- Lehmann, C. 1982, *Thoughts on grammaticalization: A programmatic sketch, vol.1*, Universidade de Köln, Köln.
- Locker, E. 1954, “Etre et Avoir: Leur expressions dans les langues”, em *Antrophos*, p. 481-510.
- Löfstedt, B. 1963, “Zum Lateinischen Possessiven Dativ”, em *Zeitschrift für Vergleichende Sprachforschung auf dem Gebiete der Indogermanischen Sprachen*, p. 64-83.
- Lyons, J. 1967, “A note on possessive, existential and locative sentences”, em *Foundations of Language* 3, p. 390-396.
- . 1977, *Semantics*. Two volumes. Cambridge University Press, Cambridge, London, New York, Melbourne.
- . 1979, *Introdução à linguística teórica*, Companhia das Letras, São Paulo.
- . 1995, *Linguistic Semantics: An introduction*, Cambridge University Press, New York.
- Matthews, P. 1981, *Syntax*, Cambridge University Press, Cambridge.
- Mattos e Silva, R.V. 1981, “Um Aspecto auxiliar no Português Arcaico”, em *Tulane Studies in Romance Languages and Literature*, 10, p. 93-109.
- . 1989, *Estruturas Trecentistas: Elementos para uma gramática do Português Arcaico*, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, Lisboa.
- . 1991, *O português arcaico: Fonologia*, Contexto/EDUFBA, São Paulo.
- . 1994, *O Português Arcaico: Morfologia e Sintaxe*, Ed. Contexto, São Paulo.
- . 1996, “A variação haver/ter”, em Mattos e Silva R.V. (ed), *A Carta de Caminha: Testemunho lingüístico de 1500*, EDUFBa/UEFS/CNPq, Salvador, p. 181-194.
- . 2004, “Novos indicadores para os limites do português arcaico”, em *Revista da Abralin* 3 (1 e 2), p. 259-268.
- Mattoso Camara J.Jr. 1956, *Uma forma verbal portuguesa*, Livraria Acadêmica, Rio de Janeiro.
- . 1975, *Coleção Estante de Língua Portuguesa: Dispersos*, 2ª ed. FGV – Instituto de Documentação, Editora da Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro.
- . 1976, *História e Estrutura da Língua Portuguesa*, 2a ed., Livraria e Editora Padrão, Rio de Janeiro.
- . 1985, *História e Estrutura da Língua Portuguesa*, 4. ed., Padrão, Rio de Janeiro.
- Megale, H. 1998, “Pesquisa Filológica: os trabalhos da tradição e os novos trabalhos em língua portuguesa”, em *Estudos Lingüísticos, XXVII Anais de Seminários do GEL*, S. José do Rio Preto, São Paulo.
- Meillet, A. 1923, “Le développement du verbe ‘avoir’”, em *Festschrift Jacob Wackernagel zur Vollendung des 70. Lebensjahres*, Vandenhoeck e Ruprecht, Göttingen, p. 9-13.
- Melo, G. C. 1968, *Gramática fundamental da língua portuguesa*, Livraria Acadêmica, Rio de

- Janeiro.
- Miller, G. 1979, "Images and models, similes and metaphors" em A. Ortony (ed.), *Metaphor and thought*, p. 202-250, Cambridge University Press, Cambridge, England.
- Myhill, J. e L. Smith 1995, "The Discourse and Interactive Functions of Obligation Expressions", em J. Bybee e S. Fleischman, *Modality in Grammar and Discourse*, John Benjamins, Philadelphia, p. 239-292.
- Naro, A.J. e M. Lemle 1977, "Syntactic diffusion", em *Ciência e Cultura*, São Paulo, 29 (3), p. 259-268.
- Nogueira, J. 1960, *Dicionário e Gramática de Os Lusíadas*, Livraria Freitas Bastos, São Paulo.
- Oliveira, M. 2005, "Interface lingüística histórica e filologia", em *Domínios de linguagem V*, 1, Plêiade, São Paulo, p. 171-183.
- Oliveira, J. M. de 2006, *O futuro da língua portuguesa ontem e hoje: Variação e mudança*, (Tese de Doutorado em Língua Portuguesa), UFRJ, Faculdade de Letras, Rio de Janeiro.
- Palmer, F. R. 1986, *Mood and modality*, Cambridge University Press, London.
- Pawley, A. 1973, "Some Problems in Proto-Oceanic Grammar", em *Oceanic Linguistics* 12, 1/2: p. 103-188.
- Pereira, E. C. 1927, *Gramática histórica*, 5ª ed, Companhia Editora Nacional, São Paulo.
- Pereira, T.L.G. 2001, "Observações sobre a expressão verbo-temporal do latim ao romance", em *Estudos linguísticos e literários*, 27/28, Universidade federal da Bahia, p. 139-146.
- Pinkster, H. 1987, "The strategy and chronology of the development of Future and Perfect Tense Auxiliaries in Latin", em M. Harris e P. Ramat, *Historical development of auxiliaries*, Mouton/de Gruyter, Berlin, p. 193 - 223.
- 1989, "Some Methodological Remarks on Research on Future Tense Auxiliaries in Latin", em C. Gualtieri (ed.), *Subordination and Other Topics in Latin, Proceedings of the Third Colloquium on Latin Linguistics*, John Benjamins Publishing Co., Amsterdam/Philadelphia.
- Pountain, C.J. 1985, "Copulas, verbs of possession and auxiliaries in Old Spanish: The evidence for structurally interdependent changes", em *Bulletin of the Hispanic Society*, p. 337-355.
- Pullum, G.K. 1979, *Rule Interaction and the Organization of a Grammar*, Garland, New York.
- Pullum, G.K e D. Wilson 1977, "Autonomous syntax and the analysis of auxiliaries", em *Language* 53, p. 741-788.
- Rosch, E. 1973, "Natural Categories", em *Cognitive Psychology* 4, p. 328-350.
- 1975, "Cognitive Representations of Semantic Categories", em *Journal of Experimental Psychology, General*, p. 192-223.
- 1978, "Principles of categorization", em B. Lloyd e E. Rosch, *Cognition and Categorization*, Hillsdale, NJ: Erlbaum, p. 27-48.
- Ross, J. 1969, "Auxiliaries as main verbs", em *Studies in philosophical linguistics*, Ed. de W. Todd, Great Expectations, Evanston, p. 77-102.
- Said Ali, M. 1964, *Gramática histórica da língua portuguesa*. 3ª edição melhorada e aumentada. Estabelecimento do texto, revisão, notas e índices pelo Prof. Maximiano de Carvalho e Silva. Edição Melhoramentos.
- 1966, *Dificuldades da L. Portuguesa: Estudos e observações*, Livraria Acadêmica, Rio de Janeiro.
- 2001 [1921]. *Gramática histórica da língua portuguesa*. São Paulo.
- Salgado Jr.A. 1949, "Luís António Verney, Verdadeiro Método de Estudar", em *Vol. 1: Estudos Linguísticos*. Sá da Costa, Lisboa.

- Sampaio, M.L.P. 1978, *Estudo diacrônico dos verbos ter e haver: Duas formas em concorrência*, Nigro, Assis (SP).
- Saussure, F. de. 1916, *Cours de Linguistique Générale*, trad. de R. Harris 1983, *Course in General Linguistics*, Duckworth, London.
- Squartini, M. 1998, *Verbal periphrases in romance: Aspect actionality and Grammaticalization*, Mouton de Gruyter, Berlin/New York.
- Squartini, M. e P.M. Bertinetto 2000, "The simple and Compound past in Romance Languages", em Ö. Dähl (ed.), *Tense and Aspect in the Languages of Europe*, Mouton de Gruyter, Berlin/New York, p. 403-439.
- Scachter, P. 1983, "A Note on Syntactic Categories and Coordination" em *NLLT* 2, p. 269-281.
- Seiler, H. 1977, "On the semanto-syntactic configuration 'Possessor of an Act'", em H. Seiler, *Sprache und Sprachen: Gesammelte Aufsätze*, Wilhelm Fink, Munich.
- Silva, A.S. da 1999, *A Semântica de Deixar: Uma contribuição para a abordagem cognitiva em semântica lexical*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- Silva Neto, S. Da, 1986 [1950], *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*, Presença, Rio de Janeiro.
- Soares, M. 1888, *Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro.
- Squartini, M. 1998, *Verbal periphrases in Romance: Aspect, actionality and Grammaticalization*, Mouton de Gruyter, Berlin.
- Stassen, L. 1995, "The typology of predicative possession", artigo apresentado em *Annual Meeting of the Societas Linguistica Europea. 31 August – 2 September 1995*, Universidade de Leiden.
- Steele, S. 1978. "The category AUX as a language universal", em Greenberg, J.J. (ed.), *Universals of Human Language, Vol. 3: Word Structure*, Stanford University Press, Stanford, p. 7-45.
- Steele, S., A. Akmajian, R. Demers, E. Jelinek, C. Kutagawa, R. Oehrle, e T. Wasow 1981, *The Encyclopedia of AUX. A Study of Cross-Linguistic Equivalence*, MIT Press, Cambridge.
- Stengaard, B. 1999. "The subject-role and the Relexicalization of Old Spanish and Old Portuguese *aver*", em R. Blake et al. (eds.), *Essays in Hispanic Linguistics dedicated to Paul M. Lloyd*, Juan de la Cuesta, Newark, Delaware, p. 13 - 23.
- Stoltz, T. 1994, "Über Komitative: Natürlichkeit und Grammatikalisierung, Prädiktibilität von Struktureller Organisation und Dynamic", artigo, Universidade de Bochum.
- Strunk, K. 1968, "Zeit und Tempus in altindogermanischen Sprachen", em *IF* 73, p. 279-311.
- Suter, A. 1984, *Das portugiesische Pretérito Perfeito composto*, Francke, Bern.
- Sweetser, E. 1988, "Grammaticalization and Semantic Bleaching", em S. Axmaker, A. Jaisser e H. Singmaster (eds), *Proceedings of the 14th Annual Meeting of the Berkley Linguistic Society*, Berkley Linguistics Society, Berkley, p. 389-405.
- 1990, *From Etymology to Pragmatics: Metaphorical and cultural aspects of semantic structure*, Cambridge University Press, Cambridge.
- Taylor, J.R. 1989, *Linguistic Categorization: Prototypes in linguistic theory*, Clarendon Press, Oxford.
- Taylor, J.R. 2002, *Cognitive Grammar*, Oxford University Press, Oxford.
- Tomassello, M. 2003, *Origens culturais da aquisição do conhecimento humano*, Martins Fontes, São Paulo.
- Traugott, E.C. 1988, "Pragmatic Strengthening and Grammaticalization", em S. Axmaker, A. Jaisser, e H. Singmaster (eds.), *Proceedings of the Fourteenth Annual Meeting of the Berkeley Linguistics Society*, Berkeley Linguistics Society, Berkeley, CA, p. 406-416.

- , 1989, "On the Rise of Epistemic Meanings in English: An example of subjectification in semantic change", em *Language* 57, p. 33-65.
- , 2003, "From subjectification to intersubjectification", em R. Hickey, (ed.), *Motives for Language Change*, Cambridge University Press, Cambridge, p. 124-139.
- Traugott, E.C. e E. König 1991, "The Semantics Pragmatics of Gramaticalization Revisited", em E.C. Traugott e B. Heine (eds.), *Approaches to Gramaticalization. Vol 1.*, John Benjamins, Amsterdam, Philadelphia, p. 189-218.
- Vendryes, J. 1937, "Sur l'emploi de l'auxiliaire 'avoir' pour marquer le passé", em *Mélanges*, p. 85-92.
- Vincent, N. 1982, "The development of the auxiliaries HABERE and ESSE in Romance. Studies in the Romance verb", em N. Vincent e M. Harris (eds.), *Studies in the Romance Verb*, Croom Helm, London, p. 71-96.
- Visser, F.T. 1969, *An Historical Syntax of the English Language: Part 3, 1st Half. Syntactical units with two verbs*, E. J. Brill, Leiden.
- Wierzbicka, A. 1988, *The semantics of grammar*, John Benjamins, Amsterdam.
- Williams, E.B.. 1975, *Do Latim ao Português*, 3ª ed., trad. A. Houaiss, Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro – RJ.
- Wittgenstein, L. 1953, *Philosophical Investigations*, Macmillan, New York.
- Wlodek, M. 2003, "O particípio português: Formas e usos", em *Romansk Forum*, 17.
- Yllera, A. 1980, *Sintaxis histórica del verbo en español: las perífrasis medievales*, (Departamento de Filología Francesa), Universidade de Zaragoza, Zaragoza.